



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras

Departamento de História

*O Médio Tejo dos meados do século IX
à primeira metade do século XIII:
Militarização e Povoamento*

Filipa Santos

Dissertação de mestrado
em História Medieval

Lisboa

2011



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras

Departamento de História

*O Médio Tejo dos meados do século IX
à primeira metade do século XIII:
Militarização e Povoamento*

Filipa Santos

Dissertação de mestrado em História Medieval

apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,

orientada pelo Professor Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes

e co-orientada pelo Professor Doutor José Manuel Henriques Varandas

Lisboa

2011

**«O descuido dos antigos nos roubou
a notícia de causas tão notáveis»¹**

¹ Frei António Brandão, *Monarquia Lusitana, Parte Terceira*, Livro X, cap. XVII, [ed. Facsímil, Lisboa, INCM, 2008, p. 152.

Índice

Resumo	5
<i>Abstract</i>	6
Palavras-chave / <i>Keywords</i>	7
Abreviaturas e siglas utilizadas	8
Introdução.....	9
Parte I – O Médio Tejo no período muçulmano. De meados do século IX ao XII.	
Territorialização e Militarização	11
I. A Presença Muçulmana no Médio Tejo a partir dos geógrafos e cronistas árabes.....	12
a) O território de <i>Antaniya</i>	16
b) O território de <i>Shantarin</i>	21
c) O espaço entre <i>Shantarin</i> e <i>Antaniya</i> no século XII: <i>Taman, Turrush e Quluj</i> ... 27	
II. <i>Shantarin</i> e <i>Antaniya</i> : as <i>mudun</i> do Médio Tejo	32
Parte II – O Médio Tejo de 1147 ao século XIII. Conquista e Militarização.....	34
I. Nótulas sobre a presença das Ordens Militares no Médio Tejo.....	35
II. A conquista militar cristã do Médio Tejo no século XII.	
De Soure à «linha do Tejo» (dos anos 20 à década de 60).....	40
III. O Tejo como fronteira: a castralização da segunda metade do século XII.....	50
IV. A ofensiva almóada no Médio Tejo a partir das crónicas árabes (anos 80 e 90 do século XII).....	59

Parte III – Algumas aproximações à Toponímia e ao Povoamento no Médio Tejo.....	63
I. Alguns problemas em torno da toponímia no Médio Tejo.....	64
II. Algumas aproximações ao povoamento no Médio Tejo.....	71
Conclusão	82
Anexos – Tabelas	88
Tabela I – Doações Régias à Ordem do Templo na Região do Médio Tejo	89
Tabela II – Património da Ordem do Templo na Região do Médio Tejo.....	91
Anexos – Documentos.....	94
Documento I.	95
Documento II.	96
Documento III.	96
Documento IV.	97
Documento V.....	97
Documento VI.	98
Documento VIII.....	99
Anexos – Mapas	100
Mapa I – Topónimos atestados na Geografia e na Cronística árabes.....	101
Mapa II – Doação do Castelo de Ceras com seus limites à Ordem do Templo (1159)	102
Mapa III – Doação de Idanha e Monsanto à Ordem do Templo (1165)	103
Mapa V – Doação de Abrantes à Ordem de Santiago (1173)	104
Mapa VI – Doação da Herdade de Guidimtesta à Ordem do Hospital (1194).....	105
Mapa VII – Doação de Açafa à Ordem do Templo (1199)	106
Mapa VIII – Sobreposição territorial das doações régias.....	107
Fontes e Bibliografia	108
I. Fontes	108
1. Manuscritas.....	108
2. Impressas	108

Fontes Árabes	108
Fontes Cristãs	113
 II. Bibliografia	 115
1. Obras de carácter geral.....	115
2. Corografias	117
3. Dicionários e enciclopédias.....	118
4. Estudos	119

Resumo

Este estudo tem como objectivo principal dar a conhecer as estruturas de povoamento e os sistemas militares existentes no Médio Tejo entre os meados do século IX e a primeira metade do século XIII.

Deste modo, e a fim de perceber as continuidades e/ou rupturas face ao modelo muçulmano, tomou-se como ponto de partida o século IX, data dos mais antigos textos árabes referentes ao *Gharb Al-Andalus* e à região do Médio Tejo, e terminámos na primeira metade do século XIII, a qual marca o fim da linha do Tejo como fronteira, e a consequente modificação dos modelos de militarização, territorialização e povoamento.

Por esse motivo, o trabalho foi dividido em duas grandes partes: a primeira centra-se no período muçulmano, na qual procuraremos identificar as estruturas de povoamento (urbanas e/ou rurais); a segunda corresponde à conquista cristã do espaço e consequente doação dos territórios recentemente conquistados às Ordens militares. Procurámos ainda conhecer os modelos de povoamento que esses novos poderes implementaram na região do Médio Tejo.

Relativamente à metodologia, o trabalho assentou na consulta de fontes escritas, tanto muçulmanas como cristãs. As primeiras são essencialmente textos de carácter geográfico e cronístico. As fontes cristãs variam entre os livros das chancelarias régias, das Ordens militares e as crónicas.

Abstract

The main objective of our study aims to know the settlement and military structures in the Middle Tagus Valley between the mid-ninth and the first half of the 13th century.

In order to understand the continuities and/or ruptures with the Muslim world, we began our work in the 9th century, date of the most ancient texts relating to *Gharb Al-Andalus* and Middle Tagus valley finished in the first half of the 13th century, marking the line of the Tagus as a natural frontier.

For this reason, our work is divided into two major sections: the first one focuses on the Muslim period, as an attempt to identify the settlement structures (both urban and rural). The second one corresponds to the Christian conquest and the donation of the newly acquired territories to the Military Orders. We try to understand the models settlement that these new powers had implemented in the Middle Tagus Valley.

Regarding the methodology to this study, we have consulted both Muslim and Christian sources. While the Muslim texts are essentially focused on geographical sources and chronicles, the Christian sources range from books of royal chancery, Military Orders, and chronicles.

Palavras-chave / *Keywords*

- Militarização; territorialização; povoamento; liminaridade; Ordens Militares; Templários
- Militarisation; territorialisation; settlement; liminality; Military Orders; Templars

Abreviaturas e siglas utilizadas

AH	Ano da Hégira
CGOT	<i>Cartulaire Général de l'Ordre du Temple</i>
Cód.	Códice
DMP	<i>Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios</i>
DOE	<i>Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa</i>
DCAH	<i>Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques</i>
Doc.	Documento
DS	<i>Documentos de Sancho I</i>
fol., fls	Fólio, fólios
Gav.	Gavetas
Lat.	Latim
LN. LM	<i>Leitura Nova. Livro dos Mestrados</i>
Mç.	Maço
MH	<i>Monumenta Henricina</i>
OC/CT	<i>Ordem de Cristo/Convento de Tomar</i>
PMH	<i>Portugaliae Monumenta Historica</i>
pl.	Plural
TC	Tombos de Comenda
v.	Verso

Introdução

A nossa dissertação intitulada *O Médio Tejo, Militarização e Povoamento (Meados do século IX à primeira metade do século XIII)* visa compreender a evolução dos sistemas de povoamento e estruturas militares no vale do Médio Tejo, na transição do mundo muçulmano para o cristão.

Começámos, primeiramente, por definir um espaço geográfico que tem, como limites: a jusante, a área de influência setentrional de Santarém; a montante a área de influência de Açafa (Ródão); a Norte, na margem direita do Tejo, incluímos os vales do Nabão e do Zêzere na confluência com o Tejo, seguindo o Zêzere até à Foz de Cambas, a Sul da Serra da Gardunha, e daí em linha recta até ao rio Erges; e a Sul, na margem esquerda, considerámos a área a Sul de Santarém até Ponte de Sôr, continuando em linha recta até Marvão e daí ao rio Sever até confluir no Tejo. Os limites que englobam as duas margens do rio seguem os limites indicados nas cartas de demarcação do século XII. Os limites mencionados enquadram-se geograficamente na nossa definição de Médio Tejo, ou seja, o seu curso entre o rio Sever e Santarém.

No que respeita à cronologia, estabelecemos como *terminus a quo* o século IX, sendo que o *terminus ad quem* se situa no século XIII. A escolha do primeiro marco temporal prende-se com o facto de datarem desse período as mais antigas referências escritas muçulmanas à região em estudo. Relativamente ao século XIII, optámos pelo fim do reinado de Sancho II, pois é nesse período que o Médio Tejo deixa de ser um território de fronteira.

O nosso trabalho divide-se em três partes. Na primeira, intitulado *O Médio Tejo no período muçulmano. De meados do século IX ao XII. Territorialização e a*

Militarização, procurámos conhecer as estruturas de povoamento, sendo que, e guiados pelas fontes árabes, nos focámos na área de influência de *Shantarin*, a mais importante estrutura urbana para o nosso espaço até ao período da «Reconquista», e de *Antaiya*. Paralelamente, tentámos identificar sistemas defensivos.

Na segunda, que intitulámos *O Médio Tejo de 1147 ao século XIII. Conquista e Militarização*, procurámos seguir os processos militares que possibilitaram a conquista do vale do Tejo, transformando esta vasta região numa zona de fronteira. De facto, a ideia de liminaridade é muito importante no nosso estudo, dado que entendemos que foi a sua posição de fronteira face ao Islão que possibilitou a doação daquelas terras às Ordens militares (designadamente Templários e Hospitalários), que se estabeleceram no Médio Tejo como forças tampão ao poder muçulmano. E ao mesmo tempo iniciaram o processo de militarização da «linha do Tejo» através da edificação de estruturas militares.

A última parte, intitulada *Algumas aproximações à Toponímia e ao Povoamento no Médio Tejo*. O estudo da toponímia tem como objectivo perceber através dos étimos que encontrámos referenciados, estruturas de povoamento no Médio Tejo. Nesse sentido, procurámos analisar somente as referências toponímicas atestadas em fontes coevas, tanto muçulmanas como cristãs, evitando desse modo anacronismos linguísticos e históricos. Pretendemos, ainda, conhecer as dinâmicas de povoamento instituídas pelas Ordens Militares, através do estabelecimento de forais, aforamentos e outros contratos de carácter económico.

Deve-se referir que, ao longo do nosso trabalho, são frequentes as referências a topónimos e antropónimos de origem árabe. Por questões de simplificação tipográfica, as consoantes enfáticas surgem grafadas sem quaisquer diacríticos.

Parte I

O Médio Tejo no período muçulmano. De meados do século IX ao XII.

Territorialização e Militarização

I. A Presença Muçulmana no Médio Tejo a partir dos geógrafos e cronistas árabes

A linha do Tejo marcou, ao longo do século XII, um *limes* entre o mundo cristão e o muçulmano, caracterizado por avanços e recuos constantes, realidade que estruturou profundamente o território em causa. Importa, portanto, perceber como se organizava este espaço no período muçulmano, concretamente o Médio Tejo, delimitado, como já vimos anteriormente, a montante pelos territórios a Norte de Santarém e a jusante pelo vasto território de Açafa (Ródão). Assim, e para compreender as dinâmicas e as estruturas do espaço tagano, sobretudo no que se refere à ocupação do espaço, partiremos das fontes muçulmanas coevas, analisando as geográficas e as de carácter cronístico/historiográfico, sendo que as primeiras nos dão informações sobre o espaço e a organização do território, enquanto as últimas nos relatam os acontecimentos cronísticos considerados mais relevantes ocorridos no mesmo.

A produção textual árabe, sobretudo a geográfica, é aquela que mais informação nos dá sobre o espaço de análise que definimos como “Médio Tejo”. No entanto, e apesar de essenciais para que possamos cartografar os modelos de ocupação da região, estas fontes apresentam algumas lacunas, sobretudo se considerarmos que a construção do discurso geográfico muçulmano, como lembra Maíllo Salgado, não é mais do que a «refundição» de obras anteriores². Embora a expressão do autor nos pareça redutora, tal refere-se ao facto de os escritores muçulmanos citarem e reproduzirem constantemente os seus antecessores, de forma acrítica, sem interpretarem os textos, baseando-se no elemento da autoridade. Com efeito, é mesmo possível construir uma estratigrafia da produção textual árabe, não só em relação às obras geográficas, como também às cronísticas.

As mais antigas descrições geográficas árabes referentes especificamente ao *Gharb al-Andalus* datam do século X, designadamente as obras de Ibn Istarik, Ibn Hawqal, ou Al-Razi (AH.274/888-AH.344/955), todas elas redigidas durante o reinado de Abd al-Rahman III. A geografia arabo-andalusa teve como autor primordial

² Cfr. F. Maíllo Salgado, *De Historiografía árabe*, Madrid, Abada Editores, 2008, p. 86.

Muhammad al-Razi, cuja obra *Ajbar muluk al-Andalus*³ influenciou os geógrafos e historiadores muçulmanos ocidentais, entre os quais encontramos Al-Udri (AH.393/1003-AH.478/1085), Al-Bakri (AH.405/1014-AH.487/1094), Al-Idrisi (AH.493/1100-AH.560/1165), Ibn Galib (m. AH.571/1175), Ibn Sa'id al-Magribi (AH.610/1213-AH.685/1286), Al-Himyari (século XIV), o autor Anónimo da obra *Dikr Bilad al-Andalus* (finais do século XIV e inícios do XV) e Al-Maqqari (AH.986/1578-AH.1041/1631). Também entre os autores orientais, a influência de Al-Razi foi notória, como podemos observar em Yaqut (m. AH.626/1228), Al-Qazwini (AH.600/1203-AH.682/1283), Abu-l-Fida (AH.672/1273-AH.732/1331), ou Al-Qalqashandi (AH.756/1355-AH.821/1418)⁴.

Considerada como referência do ponto de vista da seriedade narrativa, a obra de Al-Razi foi reproduzida e citada pelos sucessivos autores que escreveram sobre o *al-Andalus*, transpondo mesmo a fronteira do Islão, dado que também para o mundo cristão foi considerada como obra de extrema relevância, nomeadamente no Portugal de Trezentos, quando incluída na *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁵, atribuída a Pedro Afonso, Conde de Barcelos. A sua obra deixou uma marca inquestionável na historiografia árabe, sobretudo se tivermos em consideração a sua intemporalidade, uma vez que foi citada por várias gerações de geógrafos e historiadores, desde o século XI até ao século XVII.

As crónicas muçulmanas são, geralmente, de carácter áulico, focadas nos feitos bélicos dos príncipes. A produção historiográfica que mais nos importa é aquela produzida sobretudo nos séculos XII, XIII e inícios do XIV, por cronistas como Ibn Sahib Al-Sala (1142-1197), Ibn Al-Athir (1160-AH.630/1233), Al-Marrakushi (século XII-XIII), Ibn Idhari (séculos XIII-XIV), Al-Himyari, Ibn Abi Zar ou a crónica anónima *Al-Hulal al Mawsiyya*, datada do século XIV.

Os geógrafos árabes são unânimes em centrar a sua descrição no elemento estrutural para a organização territorial, que é a cidade (madina). A quase totalidade dos catálogos geográficos limita-se a elencar as várias cidades que constituem o país descrito, esquecendo o mundo rural. A geografia árabe é, portanto, a geografia das

³ Cfr. Diego Catalan y M.^a Soledad de Andres, *Fuentes Cronísticas de España: Crónica de moro Rasis*, Madrid, Ed. Gredos, 1975.

⁴ Vide J. Vallvé, *La división territorial de la España Musulmana*, Madrid, CSIC. 1986. p. 67.

⁵ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4 vols; 2.^a ed.; edição crítica do texto port. por Luís Filipe Lindley Cintra, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

idades, pelo que as descrições geográficas do *al-Andalus* se focam, sobretudo, no mundo urbano, herdado do Império Romano.

Aquando da conquista árabe da Península em AH.92/711, vigoravam ainda na Hispânia as divisões político-administrativas implementadas pelos Romanos. No século I a. C., quando o imperador Augusto redefine o ordenamento das províncias, o actual território português é repartido entre duas províncias: a Tarraconense, situada a Norte do rio Douro, e a Lusitânia, a Sul do mesmo, sendo que esta é dividida em três *conuenti*. O território que nos importa enquadra-se no *conuentus scallabitanus*, o qual estaria delimitado pelos rios Douro, a Norte, e Tejo, a Sul, e a Oriente faria fronteira com o *conuentus emeritensis*, que englobava a actual Beira e o nordeste alentejano⁶. Capital do *conuentus scallabitanus*, a *ciuitas* de *Scallabis* dominava uma vasta região, o que dependia em larga medida da sua posição estratégica no Tejo, em torno da qual orbitavam inúmeros aglomerados populacionais rurais, as *uillae*, e núcleos urbanos como *Sellium*, *Tabuci* ou *Aritium*, como comprovam os vestígios arqueológicos. O *conuentus* era atravessado pelo eixo viário que ligava a cidade de *Olisipo* a *Bracara Augusta*, passando por *Scallabis*, *Conimbriga* e *Aeminium*. Mais tarde, durante o apogeu do reino visigodo, o Ocidente peninsular é dividido em arquidioceses que se subdividiam em bispados. Assim, no território hoje Portugal, e dependentes da arquidiocese de Braga, encontravam-se os bispados de Conímbriga, da *Antaniya*, de Lamego, e de Viseu⁷.

Com a conquista muçulmana, uma nova realidade administrativa foi implementada, sem que a anterior tenha sido totalmente abandonada. Na verdade, a nova organização territorial sobrepôs-se «à organização tradicional romana e à delimitação eclesiástica pré-existente»⁸, aplicando o modelo das *kuwar* (pl. de *kura*), ou seja, regiões, governadas por um *wali*, geralmente nomeado pelo poder central. Os distritos, em árabe *aqalim* (pl. de *iqlim*), seguiam o modelo romano, ou seja, eram alicerçados na cidade ou *madina* (pl. *mudun*), que funcionava como o pólo ordenador de um determinado território, e da qual dependiam os núcleos de povoamento rural, como as *qura* (pl. de *qarya*, aldeias). Existiam, ainda, estruturas de carácter militar, como os

⁶ Cfr. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, Coord. Jorge de Alarcão, *Portugal das Origens à Romanização*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 1990, p. 383 *et passim*.

⁷ Pertenciam ainda à diocese vários outros bispados situados na região da Galiza. Cfr. *Nova História de Portugal*, vol. II, p. 83 *et passim*, e Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. I, *Formação e Limites da Cristandade*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 137 *et passim*.

⁸ Vide Manuel Sílvia Alves Conde, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo em finais da Idade Média*, Cascais, Patrimonia, 2000, p. 45.

husun (pl. de *hisn*, castelos), as atalaias (*at-talai'a*, pl. *tali'a*) ou as torres (*buruj*, pl. de *burj*). Sob o ponto de vista militar, o mais importante elemento ordenador do território no *al-Andalus* é o *taghr* (pl. *tughur*, fronteira), que tem o sentido de marca ou fronteira, e que se reportava às zonas fronteiriças de guerra. O *taghr* é, pois, um espaço fluído, móvel e impreciso. Com um propósito militar, a *Tagr*, está geralmente polvilhada de estruturas militares.

O que nos importa perceber é precisamente o modelo árabe e o seu funcionamento, particularmente no vale tagano. Para que possamos compreender a presença muçulmana no Médio Tejo temos que procurar nas fontes os vários elementos que nos permitam identificar a organização espacial desse território. O conhecimento da geografia ajudar-nos-á a entender as várias relações entre a comunidade e o espaço, enquanto as crónicas permitem conhecer o que de relevante aconteceu nesse mesmo espaço. Definido este, há que estudar diversos factores, como o ordenamento do território, as relações de dependências entre as várias estruturas organizativas, os núcleos populacionais, a economia, o sistema militar e as redes de comunicação. As informações de carácter territorial são as mais abundantes, no sentido em que são mais vezes repetidas pelos autores, os quais geralmente centram a sua descrição nos limites das várias circunscrições, quer se tratem de *kuwar* ou de *mudun*.

Os autores árabes consideravam que o país de *al-Andalus* tinha forma triangular, e que estava rodeado por mares, o mar Oceano e o mar Mediterrâneo⁹.

Segundo os geógrafos, a região tagana ficava situada no quinto clima, no qual também se encontravam as *kuwar* de *Shantarin*, de *Ushbuna* e de *Qulunbiryā*¹⁰.

De acordo com Ibn Hawqal, a cidade de Santarém estava ligada a outras importantes *mudun* do *Gharb al-Andalus* como, *Ocsonoba*, Silves, Alcácer do Sal, Almada, Lisboa, Juromenha, Avis ou Elvas¹¹. Enquanto Ibn Istarik, no século X, refere que as mais importantes cidades do *Gharb* eram *Qulumbirya*, *Ushbuna*, *Shantarin* e *Antaniya*.

Deste modo, e seguindo os autores muçulmanos vejamos o que nos relatam sobre as cidades *Antaniya* e *Shantarin* e os seus territórios.

⁹ Cf. Al Bakri, *Geografía de España (Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik)*, Zaragoza, Anúbar Ediciones, 1982, p. 19-20

¹⁰ Cf. Idem, *idibem*, p. 18.

¹¹ Cf. Ibn Hawqal, *Configuración del mundo*, trad. e índices por Maria José Romani Suay, Valencia, Anubar Ediciones, 1971, p. 15.

a) O território de *Antaniya*

O *al-Andalus* subdividia-se em várias regiões. No século X, Ibn Istarik indica um total de oito, sendo que uma delas é a de Santarém. A divisão apresentada por al-Razi faz equivaler cada cidade a uma região. Para o *Gharb*, apresenta as seguintes cidades-região: *Qulunbiryā*, *Usbuna*, *Shantarin* e *Antaniya*. Esta organização do espaço administrativo que faz corresponder cidades a regiões também é seguida por Ibn Galib. Os geógrafos Al-Bakri e al-Idrisi têm uma organização mais compartimentada, pois dividem o território do *al-Andalus* em vinte e seis regiões. No século XII, o autor anónimo do *Dikr Bilad al-Andalus*, que reproduz os autores anteriores (em especial Al-Udri), enumera trinta e seis cidades para *Al-Andalus*, nomeadamente *Shantarin*. Ao contrário de Al-Razi, o autor não indica a cidade de *Antaniya*, mas aquela que lhe está mais próxima, a cidade de Alcântara. Na obra deste autor, a cidade da *Antaniya* é descrita como sendo uma *madina* muito importante; no entanto, Ibn Hayyan, cronista seu contemporâneo, não menciona qualquer nomeação político-administrativa para a cidade na sua lista de governadores, o que significa, portanto, que não se conhece a origem das elites locais. No século IX, Al-Razi descreve o término da *Antaniya*, cujos limites tocavam os de *Qulunbiryā*. O mesmo autor relata-nos, ainda, que nesta circunscrição haveria vários castelos para além do de *Antaniya*, tais como Monsanto, *Arraches*, *Malvan*, e o de Alcântara¹². A referência ao castelo de Monsanto constitui um dado importante, se o identificarmos com o actual castelo de Monsanto, situado no concelho de Idanha-a-Nova, na medida em que a sua construção tem sido atribuída aos Templários. Terão os cavaleiros do Templo reutilizado um *hisn* muçulmano que dataria, pelo menos, do século X? Terá esta fortificação sido uma das estruturas militares reutilizadas pelos cristãos na segunda metade do século XII? Os castelos *Arraches* e de

¹² Cf. Al-Razi, *op. cit.*, p. 87. Seguimos a edição castelhana de Diego Catalan y M.^a Soledad de Andres, a qual na entrada referente à *Antaniya* faz menção ao *hisn* de *Marvan*. A tradução francesa de E. Lévi-Provençal, porém, apresenta uma tradução com algumas diferenças, designadamente ao nível da toponímia. De acordo com a tradução: «(...) Dans ce district, il y a des châteaux forts, où le clima est très sain: ainsi, celui de Monsanto, qui est très solide; celui de Arronches; celui de Montalvão, qui se trouve au sommet d'un piton très élevé; celui d'Alcántara, qui est une belle localité (...)», in E. Lévi-Provençal, «*La Descripción de l'Espagne d'Ahmad Al-Razi. Essai de reconstitution de l'original arabe et traduction française*», *Alcantara*, Vol. XVIII, 1953, pp. 89-90. Existe ainda uma outra tradução, a de P. de Gayangos, segundo a qual: «(...) Et ha un su termino muchos castillos e muy fuertes. Uno de los cuales es Montesanto, que es muy fuerte a maravilla. El otro es Arache et el otro es Ucalvan, este yaze en somo de una penna muy alta e et muy fuerte; et el otro es Alcantara qui es muy bella villa (...)», in *La Crónica denominada del moro Rasis*, Memorias de la Real Academia de la Historia, trad. española publicada por P. de Gayangos, vol.III, Madrid, 1852, p. 59. Apesar das diferentes traduções apresentadas aceitamos a tradução sugerida por de Diego Catalan y M.^a Soledad de Andres.

Malvan podem talvez ser identificados como o castelo de Arronches e Marvão, respectivamente, atendendo à semelhança gráfica e fonética. Note-se que, quando Al-Razi escreveu, este último castelo já tinha um século de existência, tendo sido o baluarte das revoltas muladis protagonizadas por Ibn Marwan, no final do século IX. No que concerne ao *hisn* de Alcântara, e segundo Al-Razi, este situava-se no *iqlim* da *Antaniya*. Curiosamente, a referência a Alcântara como sendo um dos vários *husun* que polvilhavam aquele território desaparece das fontes muçulmanas posteriores a Al-Razi, tal como a própria descrição geográfica e administrativa da *Antaniya*¹³. No entanto, as referências a Alcântara são recorrentes nas obras de carácter geográfico e/ou cronístico. Assim, encontramos no século XII a menção de Al-Zuri, o Anónimo de Almeiría¹⁴, ou a descrição de Al-Maqqari, no século XVII¹⁵. Do desaparecimento de *Antaniya* das fontes muçulmanas podemos inferir que a cidade ter-se-á eclipsado face a outros centros locais.

Segundo a descrição de Al-Razi, o território da *Antaniya* era muito extenso e militarizado, com vários castelos que formavam uma rede defensiva, permitindo o controlo económico, fiscal e social do espaço. Esse domínio prende-se com os vastos recursos naturais da região, como assinala o autor andaluso, ao referir a abundância de «pan, de viñas, e de caça e de pescado»¹⁶. Controlar os recursos económicos permitia às elites locais controlar a região. Se o autor aponta uma florescente e rica actividade económica, e enumera vários castelos, podemos concluir que, pelo menos durante o século X, a região ainda detinha importância, não só na micro-região da *Antaniya*, como na macro região do vale tagano. No século XI, Al-Bakri também nos narra a riqueza natural da região da *Antaniya*, onde havia uma rocha única, que pela sua qualidade era exportada do *al-Andalus* para «todos los países»¹⁷, dando-nos conta de uma rede de comércio inter-regional, que provavelmente usava a rede viária e/ou a rede fluvial, pois o Tejo, como nos indica al-Idrisi, era navegável, sendo possível a partir da *Antaniya*

¹³ Com a excepção de Al-Bakri que, no século XI, sobre *Antaniya* nos escreve, «Los fragmentos y roca de marcasita dorada, en los montes de Antaniya; no hay en el mundo otra igual; por su calidad se exporta de al-Andalus a todos los países», in Al-Bakri, *op. cit.*, p. 38.

¹⁴ Descreve o autor: «Entre esta villa (Santarem), y la ciudad de Talavera, está la gran puente conocido como *Puente de la Espada* que es una de las maravillas del mundo (...)», *Anónimo de Almería*, Ed. Y trad. de R. Basset, *Extrait de la Descripción de l'Espagne tiré de l'ouvrage du Géographe anonyme d'Almería*, en Homenaje a Codera, Zaragoza, 1904, p. 638.

¹⁵ Segundo Al-Maqqari, «Between Lisbon and Talavera, a city placed on the banks of the river that comes from Toledo, stands the famous brigde know by the name of *al-kantartu-s-seyf* (...)», Al-Maqqari, *The History of the Muhammedan Dynasties in Spain*, vol. I, p. 61.

¹⁶ Cf. Al-Razi, *op. cit.*, p. 87.

¹⁷ Cf. Al-Bakri, *op. cit.*, p. 38.

alcançar a cidade de Lisboa, «por tierra y por agua»¹⁸. Tanto Al-Razi como Al-Bakri descrevem, pois, uma *Antaniya* poderosa do ponto de vista político e territorial, dado que domina vários castelos e tinha uma economia forte assente nas riquezas naturais da região. Essa vitalidade económica e, consequentemente, também populacional, traduz-se num modelo de ocupação do espaço que orbita em torno dos *husun*, o que é incongruente com a tese do ermamento, pois se é verdade, que muitas terras entre Douro e Tejo terão sido fortemente fustigadas por fossados cristãos e algaras muçulmanas, outras certamente terão sobrevivido relativamente incólumes e mantido as suas estruturas, como parece ser o caso da *Antaniya*.

Os geógrafos não referem cidades, a estrutura base da organização em todo o Mediterrâneo arabizado, para a região; mencionam, porém, um conjunto de castelos, certamente centrados numa organização rural. Esta ruralidade teria elementos aglutinadores, designadamente o elemento religioso. Conhecemos, na *kura* da *Antaniya*, o santuário de Santa Maria do Almortão. A sua existência está atestada no foral de Idanha-a-Velha, atribuído em 1229 por Sancho II, no qual são indicados os limites do termo, e onde se lê: «(...) ad Sancta Mariam de Almortam (...)»¹⁹. É possível que se trate de um local de culto moçárabe. A permanência de cultos marianos durante o domínio muçulmano é um fenómeno que se pode observar noutras regiões do *Gharb al-Andalus*, como *Shanta Mariyya al-Harun* (Faro).

As referências explícitas a populações ou estruturas populacionais para as *kuwar* de *Shantarín* ou da *Antaniya* são escassas. Para a cidade escalabitana, existem apenas algumas notícias sucintas como: «este es un río sobre el que se encuentran ciudades, distritos e cantones rurales»²⁰, ou «más de mil aldeas»²¹. Outra fonte útil para perceber qual a realidade populacional da região é o *Muqtabis*, de Ibn Hayyan. Nesta obra existe uma passagem na qual se refere que, no vale tagano, «por la zona inmediata a Alcántara, aguas abajo del río, debía encontrarse el *iqlim* o distrito de Mistasa, poblado por gentes de esta tribu berbere, sobre el wadi tayo»²². O mesmo cronista refere este *iqlim* como sendo um ponto de travessia do Tejo, dado que teria sido por esta zona que

¹⁸ Cf. Al-Idrisi, *Geografía de España*, textos preparados por R. Dozy e M. Goeje, fac-simile da trad. cast. de E. Saverda e A. Blázquez, introd. de A. Ubieto Arteta, Valencia, Anubar Ediciones, 1974, p. 174.

¹⁹ Vide *PMH, Leges*, p. 613.

²⁰ Cf. Ibn Hawqal, *op. cit.*, p. 15.

²¹ Cf. *Una descripción anónima del al-Andalus (Dirk Bilad al-Andalus)*, Editada y traducida com introd., notas y índices por Luis Molina, Tomo II – Trad. y estudio, Madrid, CSIC, 1983, p. 59.

²² Cf. Ibn Hayyan, *Al-Muqatis min anba ahl al-Andalus*, ed. Mahmud Ali Makki, El Cairo, 1390/1971, pp. 361-362.

Ibn Marwan, no século IX, tinha atravessado o rio em direcção a Norte, ao *hisn* de *Mont Salud*, onde fora recebido por Sa'dun al-Surunbaki que, de acordo com o *Muqtabis V*, ocupou a cidade da *Antaniya*. Também neste distrito teria tido abrigo Mahmud b. Abd al-Yabbar, berbere pertencente à tribo dos Masmuda²³. Diversas propostas têm sido apontadas a fim de estabelecer a localização exacta de *Mont Salud*. Aquela que mais consenso tem é a que situa o *hisn* junto a Ferreira do Zêzere, hipótese enunciada por Martim Velho, que identifica o topónimo árabe com o da actual localidade portuguesa Monsalude. Uma outra hipótese situa o *iqlim* de Mistasa na vasta região que está compreendida entre as actuais vilas de Constância e Vila Velha de Ródão²⁴. Não se percebe, no entanto, se este distrito estaria sob a jurisdição de *Shantarin* ou de *Antaniya*. O distrito de Mistasa não aparece nas fontes geográficas mencionados, as quais, no entanto, referem a existência de vários *aqalim*, pelo que podemos perguntar se seria Mistasa um deles? Lembramos que, quando os geógrafos e cronistas descrevem as duas *kuwar*, referem que *Antaniya* exercia o seu poder sobre muitos castelos²⁵, como o de Monsanto, mas sobre Santarém apenas nos informam que, «sus vastas dependencias abarcan más de mil aldeas»²⁶. O que nos permite concluir que tanto as regiões de Santarém, como a da *Antaniya*, eram povoadas, embora as estruturas de povoamento tivessem uma orgânica diferente, pois se a primeira era fortemente militarizada e rural, a segunda era fundamentalmente urbana.

O geógrafo Idrisi fornece-nos ainda uma importante informação relativa ao vale tagano. Trata-se da referência a um lugar chamado *Qunaytirat Mahmud* (Conetira Mahmoud), que se situa sobre o rio Tejo. Conta Idrisi: «En cuanto á este ultimo río, tienne su origen en los montes que se prologan desde Alcalá hasta Alpuente; después, dirigiéndose al O., descende hasta Toledo, después Talavera, después al-Makhada, después á Alcântara, después a Conetira Mahmoud (el pequeño puente de Mahmud), después á la villa de Santarem y después á Lisboa, desde donde vierte sus aguas en el

²³ Vide E. Manzano Moreno, *La frontera de al-Andalus en época de los omeyas*, Madrid, CSIC, 1991, p. 190.

²⁴ vide E. Manzano Moreno, *op. cit.*, pp. 194-195. A referencia a Masmuda é do autor Ibn Hazam, *apud*, E. Manzano Moreno, «Beréberes de Al-Andalus: los factores de una evolución histórica», *Al-Qantara*, Madrid, vol. XI, fasc. 2, 1990, p.418.

²⁵ Conta-nos al-Razi, a propósito da *Antaniya*: «e há en su termino muchos castillos e muy fuertes», Cfr. Diego Catalan, *Fuentes Cronísticas de España...*, pp. 86-87;

²⁶ Cf. *Una descripción anónima de al-Andalus*, *op. cit.*, p. 59.

mar»²⁷. A localização deste lugar não é precisa; Eduardo Saavedra, porém, apresenta algumas sugestões, como Abrantes ou Vila Velha de Ródão²⁸.

Mas qual a origem das populações que habitavam estes espaços? As crónicas associam à cidade da *Antaniya* populações de origem berbere. Sabemos que no século VIII, nos anos seguintes à conquista, os chefes árabes atribuíram vastos territórios aos berberes pelos seus serviços militares. Estes berberes foram fixados pelo poder central nas zonas montanhosas, das periferias e da Meseta, onde a agro-pastorícia constituía a principal actividade económica. A actual região de Beira Baixa e da Extremadura espanhola foram, pois, espaço preferencial de ocupação berbere, como nos conta Ibn Hayyan no *Muqtabis II*, quando dá notícia da existência da tribo dos Baranis entre a região da *Antaniya* e de Coria²⁹.

²⁷ Vide Al-Idrisi, *op. cit.*, p. 180.

²⁸ Cfr. idem, *ibidem*, p. 52.

²⁹ Cf. Al-Hayyan, *op. cit.*, p. 363.

b) O território de *Shantarín*

A riqueza, sobretudo agrícola, da região do Médio Tejo, constitui um dos temas mais glosados da literatura árabe. A agricultura tinha tal importância na economia que vários autores ensaiaram *Tratados de Agricultura*, tais como Ibn al-Awwan (segunda metade do século XII – meados do século XIII) ou Ibn Bassal (século XII)³⁰. Muitos foram também os geógrafos que escreveram sobre a riqueza e a abundância do *al-Andalus* em geral, e no *Gharb* em particular, sobretudo quando mencionavam o rio Tejo e a área de Santarém.

Al-Idrisi, quando descreve a região, refere que Santarém não é uma província, mas que pertencia a uma outra província, a da *Balata*, na qual também estão incluídas as cidades de Lisboa e Sintra³¹. Trata-se da primeira referência específica à Balata. O autor assinala que a sua importância no quadro regional seria sobretudo económica, na medida em que era rica no cultivo do trigo, abundante em «jardines que producen frutos y legumbres de toda especie»³². A área de grande produção agrícola é indicada como sendo a planície da Balata, situada entre Santarém e Lisboa. A sua localização geográfica também foi glosada por Al-Himyari no seu *Kitab ar-Rawd al-Mi'tar*, onde diz que «se encuentra entre Lisboa y Santarem»³³. A descrição da sua localização remete-nos para as palavras de Al-Idrisi, que afirmava que a Balata estava situada entre as cidades de Lisboa e Santarém. A toponímia legou-nos a memória da Balata, pois na lezíria ribatejana, existe a localidade da Valada, no concelho do Cartaxo.

A principal fonte de Al-Himyari parece ter sido Al-Bakri e, sobretudo, Al-Idrisi, como podemos depreender quando atentamos à sua descrição sobre a riqueza da região, isto porque reproduz de forma muito aproximada o geógrafo do século XII, ao dizer que «en los alrededores de Santarem hay numerosos jardines, árboles frutales y huertos»³⁴. O autor do *Kitab ar-Rawd al-Mi'tar* conta-nos ainda que num dos distritos de Santarém está situado o terreno mais fértil do mundo, o distrito de *Saklab*. A sua

³⁰ Vide J. Vallé, «La agricultura en Al-Andalus», *Al-Qantara*, vol. III, Madrid, 1982, p. 264.

³¹ Cf. Al-Idrisi, *op. cit.*, p. 163.

³² Cf. Idem, *Ibidem*, p. 175.

³³ Cf. Al-Himyari, *Kitab ar-Rawd al-Mi'tar*, trad. M.^a Pilar Maestro González, Valencia, Anubar Ediciones, 1963, p. 99.

³⁴ Cf. Idem, *ibidem*, p. 234.

riqueza, diz Al-Himyari, está directamente relacionada com as inundações periódicas do Tejo. Entre as obras geográficas por nós compiladas, esta é a única referência ao distrito do *Saklab*³⁵, o qual do ponto de vista fonético parece indicar uma arabização do topónimo *Scallabis*. Tratar-se-ia, nesse sentido, da preservação da memória colectiva e consequentemente uma confusão entre a cidade romana e a cidade muçulmana. Se considerarmos que *Saklab*, no período árabe, teria existido como distrito, a sua localização exacta é difícil de apontar. Assim, e de acordo com os testemunhos dos geógrafos, em torno da região de Santarém existiam vários aglomerados rurais, as *qura*, cuja subsistência provinha da agricultura.

Uma outra fonte de extrema relevância para o conhecimento de *Shantarín* é a crónica anónima intitulada *Dikr Bilad al-Andalus*, que nos dá notícia da organização da *madina* escalabitana, ao mencionar os vários edifícios que a compõem, os religiosos, com a existência de uma mesquita aljama mandada edificar pelo imã Al-Hakam, e os económicos, com a notícia de vários mercados, ou seja, a descrição das estruturas vitais da cidade centradas no poder político e no aspecto económico. Conta-nos, ainda, que dependiam dela múltiplas aldeias, «todas las cuales tomam su agua de río que las travessia llamado Guadiana»³⁶. O autor confunde o rio Guadiana com o rio Tejo, cujas inundações são comparadas às do Nilo, reforçando a ideia da abundância sobretudo piscícola, quando nos diz que «neste rio hay abundante pesca»³⁷. É ainda assinalada a inexpugnabilidade da fortaleza, que é defensável graças à imponente muralha e às torres fortificadas³⁸. A descrição de muralhas ou estruturas defensivas em relação a Santarém são relativamente comuns entre os geógrafos, dado que uma *madina*, como *Shantarín* é geralmente designada, é um centro político-administrativo e militar, na qual existe uma residência amuralhada onde se encontram as oligarquias locais.

O interesse pela geografia do *al-Andalus* também fascinou geógrafos orientais como Yaqut, que elaborou um vasto repertório enciclopédico de cidades, castelos e lugares, no qual incluiu referências a Santarém. A sua obra é muito metódica, no sentido em que procura elencar de forma quase científica os aspectos geográficos, fonético-linguísticos, territoriais, económicos e literários referentes a cada entrada da sua obra. Começa, sempre, por enunciar a grafia e/ou etimologia do topónimo, seguidamente

³⁵ Cf. Al-Himyari, *op. cit.*, p. 236.

³⁶ Cf. *Una descripción anónima de al-Andalus*, *op. cit.*, p. 58.

³⁷ Cf. Idem, *ibidem*, p. 59.

³⁸ Cf. Idem, *ibidem*, p. 59.

define qual o carácter administrativo do mesmo, ou seja, a sua categoria. Por último, menciona nomes célebres relativos àquela cidade ou região. Ao indicar um determinado topónimo, o autor procura sempre esclarecer se este se refere a uma região ou cidade, e se do mesmo dependem castelos ou aldeias. Assim, e para o caso de Santarém, Yaqut refere que se trata de uma *madina*, cujas dependências faziam fronteira com as de Beja. Todavia, e apesar da abundância de castelos e lugares referenciados na obra, para a *kura* de Santarém, Yaqut apenas refere *Shirush*³⁹ (identificado com Vila Franca de Xira) como sendo um dos vários distritos (*iqlim*) daquela região. Inferimos da sua afirmação que este *iqlim* não seria o único na região, sendo possível que o autor não relate outros talvez por desconhecimento efectivo do território circundante, ou ainda por outros antes dele não o mencionarem.

Com efeito, o desconhecimento da região que é descrita não parece ter sido exclusivo de Yaqut, dado que outros autores apresentam alguma confusão espacial, sobretudo quando o autor não era andalus. Al-Qazwini, de origem persa, que viveu no século XIII, sobre Santarém escreveu: «se encuentra cerca de la cidade de Beja, a la orilla del mar». O geógrafo refere ainda que Santarém se situa «junto al río de Beja»⁴⁰, que é comparado ao Nilo. Lembramo-nos que diversos autores antes de Al-Qazwini haviam comparado o rio Tejo ao rio Nilo, num paralelo que claramente remetia para a abundância cerealífera da região. O facto de Al-Qazwini localizar a cidade escalabitana junto à costa é naturalmente uma incorrecção. Por outro lado, o estabelecimento dos confins fronteiriços de Santarém com a cidade de Beja é semelhante a referências anteriores, como as de Yaqut, que remetem para as anteriores menções de Al-Razi ou Ibn Galib, provavelmente herança do mundo romano, com os *conventus* de *Scallabis* e *Pax Iulia* a repartirem entre si o espaço da Lusitânia. Esses mesmos autores, porém, referem o Tejo como sendo o rio que se situa junto à cidade. Também Abu-l-Fida apresenta no seu texto alguma confusão geográfica, dado que situa a cidade de Santarém no Norte do *al-Andalus* e junto ao mar da Bretanha. Menciona-nos ainda que a sua fonte

³⁹ Vide Gamal Abd al-Karim, *La España Musulmana en la obra de Yaqut (s. XII-XIII). Extraído del Mu'jam al-buldan (diccionario de los países). Repertorio enciclopédico de ciudades, castillos y lugares de al-Andalus*, Granada, Publ. del Seminario de Historia del Islam – Universidad de Granada, 1974, p. 213.

⁴⁰ Vide F. Roldán Castro, *El Occidente de al-Andalus en el Atar al-bilad de Al-Qazwini*, introd., trad., y notas, Sevilla, Ediciones Alfar, 1990, p. 125.

textual é Ibn Said, segundo o qual esta era uma das mais importantes cidades do Ocidente⁴¹.

É possível, portanto, que estes autores orientais tivessem escrito sobre o *al-Andalus* sem nunca ter viajado até Ocidente, e como tal se limitassem a reproduzir informações anteriores sem perceber que algumas delas constituam dados menos precisos ou mesmo incorrectos. As incorrecções geográficas são, como vimos, um dado presente, sobretudo nos textos produzidos pelos autores orientais. Este factor poderá ainda estar relacionado com o facto de estes autores escreverem no coração do Islão sobre um território que do ponto de vista espacial é uma periferia. Um outro elemento a considerar, para que possamos compreender ou mesmo explicar as incongruências narrativas, é o facto destes autores, como Yaqut ou Abu-l-Fida, construírem o seu discurso geográfico a partir de textos manuscritos mais antigos que foram sucessivas vezes copiados, provavelmente com algumas alterações, designadamente ao nível da grafia. Consequentemente, os autores estariam a reproduzir os erros ou as incorrecções dos copistas⁴².

No concernente à descrição do território, um dos *tópoi* da literatura geográfica árabe é a referência aos caminhos (*masalik*) do *al-Andalus*. De facto, para os autores, as distâncias e os vários itinerários eram de extrema relevância, dado que a rede viária que percorria o território constituía um elemento crucial, não apenas do ponto de vista político-económico, como também militar. Todavia, as descrições apresentam-nos algumas lacunas, pois se por um lado os itinerários descritos são precisos quando indicam as jornadas ou as milhas despendidas entre cada um dos pontos, por outro são omissos quanto ao percurso efectuado entre os mesmos, limitando-se a elencar a partida e o destino. Apesar das parcas notícias, podemos supor que estes caminhos são as velhas estradas romanas, cuja rede viária há séculos cruzava a Península Ibérica, dado que muitos dos percursos indicados pelos geógrafos surgem nos itinerários romanos, designadamente no *Itinerário de Antonino*, datado do século III d. C.⁴³.

Para o Médio Tejo são indicados vários itinerários, que têm como ponto de referência a cidade de Santarém, e que ligavam a região não só ao *Gharb* mas também

⁴¹ *Géographie d'Aboulféda*, trad. par M. Reinaud, Paris, L'Imprimerie Nationale, 1868, p. 245.

⁴² No que concerne à questão da grafia, J. A. Bolufer, *La Geografía de la Península Ibérica en los Escritores Árabes*, Granada, 1921, p. 81), dá-nos um exemplo esclarecedor ao mencionar o topónimo Arnedo que Yaqut terá confundido com Oviedo. Note-se que a grafia de ambos em árabe é muito semelhante.

⁴³ Vide Jorge de Alarcão, *Portugal Romano*, Lisboa, 1974, p. 83 *et passim*.

ao coração do *al-Andalus*. Assim, e de acordo com Ibn Hawqal, entre a cidade de Santarém e a de Sintra distavam dois dias, e entre Santarém e Avis, quatro dias⁴⁴. É curioso notar que o autor não indica a distância entre Santarém e Lisboa, mas entre esta e Sintra que, de acordo com vários geógrafos, tinha uma posição subsidiária, ou de dependência político-administrativa em relação a *Usbuna*. De assinalar, ainda, a menção a Avis, lugar de ligação ao Sul, a Juromenha e a Elvas e naturalmente à *kura* de Beja, e às cidades de *Ocsonoba*, *Shilb* e Alcácer do Sal.

O itinerário indicado por Al-Idrisi é o de Santarém a Badajoz, que conta com doze milhas, indicando, ainda, que entre uma cidade e outra se situa Elvas. Ao longo do século XI, esta cidade estava sob o controlo administrativo da taifa de *Batalyaws*⁴⁵; não admira, portanto, que seja a distância até à capital da taifa aquela que é assinalada, uma vez que naquele momento era o itinerário mais importante, porque ligava o centro político à periferia. O autor anónimo do *Dikr Bilad al-Andalus*, indica que entre a cidade de Santarém e a cidade de Silves «hay sesenta millas y entre ella y Córdoba, ocho jornadas»⁴⁶.

Santarém apresenta-se, portanto, numa posição estratégica e central no Médio Tejo, sendo que é a partir dela que se efectuam as comunicações viárias para as outras cidades do *al-Andalus*, e que se indicam as direcções e as distâncias relativas às outras cidades. A sua localização geográfica assegura também, um dinamismo da economia, pois estaria no centro de rotas comerciais, assumindo-se como cidade distribuidora de bens e produtos certamente provenientes dos campos férteis que circundam a cidade. A localização de Santarém é igualmente estratégica se pensarmos no elemento militar, isto porque o conhecimento da rede viária tem uma importância vital para a máquina militar muçulmana. A consciência da sua importância é por demais evidente nas crónicas, que recorrentemente assinalam os vários caminhos e as distâncias entre os pontos de referência, como por exemplo, no *Kitab al-Mu'yib fi Taljis Ajbar al-Magrib*, de Al-Marrakushi, que nos indica a distância entre Toledo e Santarém, entre as quais distam dez jornadas, e entre esta e Lisboa, com três jornadas⁴⁷.

As informações coligidas pelos autores árabes fornecem-nos alguns aspectos relacionados com a questão militar. As referências às estruturas militares são frequentes,

⁴⁴ Cf. Ibn Hawqal, *op. cit.*, p. 68.

⁴⁵ Cf. Idem, *ibidem*, p. 175.

⁴⁶ Cf. *Una descripción anónima del al-Andalus*, *op. cit.*, p. 60.

⁴⁷ Cf. Al-Marrakushi, *op. cit.*, p. 307.

sobretudo porque a própria classificação ou terminologia árabe para denominar as estruturas administrativas e organizativas dos núcleos populacionais está fortemente centrada em vocábulos de cariz militar. Assim, os geógrafos ao referir determinado local categorizam-no como *hisn*, o que significa que a sua designação se prende com a função que desempenha. Do ponto de vista estritamente militar, os geógrafos apenas nos facultam informações relacionadas com a terminologia. De facto, são os cronistas que mais notícias militares nos fornecem, como podemos comprovar lendo uma passagem de Al-Marrakushi: «el castillo de Santarém (...) era uno de los más sólidos baluartes (...), esta fortaleza, a cuya explanada llegamos y de cuyos flancos nos hemos apoderado es la más amplia de las ciudades en limites para los ojos y la de tierra más fértil»⁴⁸. Curiosamente, a passagem citada mescla a tradição textual geográfica com a tradição da cronística, ao enaltecer a fertilidade dos campos e a dimensão militar da cidade.

No caso de Santarém, os geógrafos são unânimes em designá-la como *madina*, ou seja, cidade. Esta denominação sintetiza aquilo que os árabes consideraram um centro de poder. A *madina* controlava, sob o ponto de vista administrativo, uma vasta região, na qual também estavam incluídas as estruturas militares. A *madina* de Santarém exercia o seu domínio sobre uma rede de castelos e aldeias, constituindo-se como o centro estruturador da *kura*. Da *madina*, estavam dependentes o alfoz, o *iqlim*, os *husun*, e os núcleos rurais.

⁴⁸ Cf. Al-Marrakushi, *op. cit.*, pp. 122-123.

c) O espaço entre *Shantarin* e *Antaniya* no século XII: *Taman*, *Turrush* e *Quluj*

Os modelos de povoamento que se desenvolveram no Médio Tejo não podem ser conhecidos na sua totalidade sem o contributo da cronística, dado que as crónicas árabes deixaram testemunhos que indiciam a existência de grupos populacionais no território antes da «Reconquista» cristã. Em todas as crónicas muçulmanas coevas existe um particular enfoque nos episódios bélicos que ocorrem no *Gharb*, no último quartel do século XII, protagonizados pelos príncipes magrebinos da dinastia almóada, e que tinham como principal objectivo submeter os poderes regionais do *al-Andalus*, e travar os fossados cristãos em território muçulmano. No que se refere ao território do *Gharb*, as campanhas mais narradas são a de 1184, com o ataque ao castelo de *Fonch* e a Santarém, este último marcado pela morte do califa Abu Yaqub, e a de 1189-1190, na qual o seu filho Abu Yusuf atacou a cidade de *Shantarin*, atravessou o Tejo, destruiu o castelo de *Turrush* e cercou o castelo de *Taman*⁴⁹. Os topónimos mencionados na crónica de Ibn Idhari referem *husun* que não são referenciados nos textos geográficos, talvez porque pouco importantes num quadro administrativo dominado pela cidade de Santarém, como se percebe da acção militar de Yaqub e Yusuf, cujo alvo preferencial foi a referida cidade. Mas de que *husun* se tratam efectivamente, e onde se localizavam? O facto de a fonte escrita muçulmana mais antiga que referencia a existência destes castelos datar do século XIII, e reportar-se a factos ocorridos no século XII poderia levar nos a concluir que são de fundação nova, ou seja, dos inícios da «Reconquista» cristã. Para clarificar a questão, é imperativo que se atente à toponímia e à arqueologia. O estudo destes topónimos tem procurado estabelecer a sua correspondência com localidades actuais. No caso de *Taman*, o topónimo tem sido identificado com Tomar. O topónimo *Turrush* foi identificado, por Dozy, com Torres. Huici Miranda, porém, defendeu que se tratava de Coruche⁵⁰. Actualmente, é aceite que se trata de Torres Novas. O topónimo *Funj* é talvez aquele que mais polémica gerou entre os arabistas, F.

⁴⁹ Cf. Ibn Idhari al-Marrakushi, *Al-Bayān al-Mugrib fī ijtisār ajbār Muluk al-Andalus wa al-Mağrib (La Exposición Sorprendente en el Resumen de las Noticias de los Reyes del Andalus y del Magrib)*, tomos I – *Los Almohades*. Trad. española de Ambrosio HUICI MIRANDA, Tetuán, Editora Marroquí, 1953-1954, p. 16 *et passim*.

⁵⁰ Cf. Idem, *ibidem*, p. 78.

Hernández Jiménez considera que existem problemas de tradução dos manuscritos árabes e que este topónimo é na realidade *Quluj*, que podemos identificar com Coruche, dada a semelhança gráfica entre o *q* e o *f* no alfabeto árabe⁵¹.

No que concerne à arqueologia, sabemos que existe alguma dificuldade na atribuição de uma cronologia precisa, sobretudo se se tratar de artefactos que ao nível da utilização podem ter tido uma longa duração. Na região do Médio Tejo, a arqueologia muçulmana é ainda incipiente. No entanto, existem já alguns dados recolhidos que nos permitem vislumbrar a presença de comunidades anteriores ao século XII.

Os trabalhos arqueológicos realizados nos últimos anos no castelo de Tomar tornaram possível a identificação de comunidades muçulmanas na região. Foram encontrados diversos vestígios de cultura material e estruturas habitacionais que permitem atestar níveis de ocupação muçulmana desde finais do século VIII até à presença templária na cidade⁵². Depois da conquista árabe, a cidade romana de *Sellium* foi ocupada pelos muçulmanos que, do ponto de vista político-administrativo, a fizeram depender de *Shantarín*. Seria a Tomar islâmica uma das muitas aldeias que circundavam a cidade de Santarém, como nos contam as descrições geográficas? Parece-nos certo que se tratasse de um núcleo rural ocupado por colonos de origem arabo-berbere e moçárabe, dado que, nessa região o *Muqtabis V* refere que o *hisn* de *Mont Salud* (se aceitarmos tratar-se de Monsalude, situado no vale do Zêzere) pertenceria aos Masmudas, o que parece indiciar a existência de *husun* ou outras estruturas militares em torno de Tomar. Sobre este particular, Alves Conde tem, através do estudo da toponímia, procurado demonstrar a existência de uma rede de castelos e outras estruturas militares muçulmanas, como *atalaias* ou *buruj*, na região próxima de Tomar e junto ao Rio Zêzere. Assim, e de acordo com o autor, na região existiriam os castelos de Ceras, Monsalude, Carrapatoso, Catapereiro, Isna, Asno de Alvega, Arcês, Cataloa, Almourol, Alvorge do Toxe, Asno de Alcanena e Alcanede⁵³. O autor defende que estes topónimos têm origem árabe e que, através deles, podemos perceber as origens

⁵¹ Félix Hernández Jiménez, «Estudios de geografía históricas española. VIII. Sobre los topónimos árabes correspondientes a los actuales *Santa Ella*, *Coruche*, *Flix* y *Ciurana*», *Al-Andalus*, vol. XIV, fasc. 2, 1949, pp. 329 *et passim*. No seu artigo, o autor menciona as várias grafias para o topónimo, afirmando que *Funj* ou *Fonch* resultam de uma leitura errada, corrigindo-a para *Quluj* ou *Qulij*.

⁵² Vide Salete Ponte, Rui Ferreira, Judite Miranda, «Intervenção arqueológica no Castelo de Tomar», *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 423 *et passim*.

⁵³ Vide Manuel Sílvia Alves Conde, *Horizontes do Portugal Medieval*. Estudos Históricos (Património Histórico), Cascais, 1999, pp. 27 *et passim*.

sociológicas de alguns grupos arabo-berberes. De facto, Alves Conde concluiu que «havia árabes iemenitas, da tribo *Qayn* na margem direita do Zêzere, árabes do Norte, das tribos *Kinana* e *Zuhra* em Alcanena e na foz do Nabão⁵⁴. Também através da toponímia, o autor identifica outros grupos, estes de origem berbere, na região, como o clã dos *Banu al-Faqih*, junto à ribeira de Ceras, ou a tribo *Luwata* a leste do Zêzere⁵⁵. No século XII, encontramos na carta de doação da Herdade de Açafa aos Templários, datada de 1199, a seguinte passagem: «(...) deinde ad semederium de Bensayam (...)»⁵⁶. O topónimo indica a forma *ben*, em árabe «filho de», o que pode remeter para a existência de um clã naquela região.

Alves Conde também utilizou a toponímia para encontrar vestígios moçárabes na região, identificando o culto de Santa Susana e São Paulo, na serra homónima. De facto, existem referências orais a cultos e organizações religiosas que aí teriam existido, como o Mosteiro de Santa Iria, o Mosteiro de Santa Maria do Selho e Igreja de São Pedro Fins⁵⁷. Na documentação emanada da chancelaria de Afonso Henriques existe uma carta que menciona um Mosteiro na região de Tomar. Trata-se do documento que estabelece os limites do castelo de Ceras, no qual se pode ler: «(...) per mediam stratam usque ad monasterium de Murta (...)»⁵⁸. Relativamente à designação *monasterium* podemos estar perante uma tradução para latim de um local de religiosidade que não efectivamente um mosteiro na sua acepção cristã, e nesse sentido, tratar-se, quiçá, de um *ribat* muçulmano. Uma outra hipótese é a de, *de facto*, se tratar de um mosteiro moçárabe. De facto, os cultos moçárabes estão muito ligados à cidade de Tomar, designadamente o martírio de Santa Iria que teria ocorrido no século VII, e cujo nome, de acordo com a tradição hagiográfica, teria originado o moderno topónimo de Santarém. É, por esse motivo, possível que o culto em torno de Santa Iria tivesse persistido durante a ocupação islâmica. O conjunto destes elementos permite-nos

⁵⁴ Vide Manuel Sílvio Alves Conde, «Ocupação humana e polarização de um espaço rural do Gharb al-Andalus: o Médio Tejo à luz da toponímia árabe», *Arquipélago. História*, 2.ª série, II, 1997, p. 372.

⁵⁵ Vide Idem, *Ibidem*, p. 372.

⁵⁶ Cf. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, doc. 117, p. 181-182. [doravante DS].

⁵⁷ Manuel Sílvio Alves Conde, «Ocupação humana e polarização de um espaço rural do Gharb al-Andalus: o Médio Tejo à luz da toponímia árabe», p. 359; Idem, *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, p. 32.

⁵⁸ Rui de Azevedo (ed.), *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I – *Documentos dos Condes Portugueses e de D. Afonso Henriques. A. D. 1095-1185*, tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1968, doc. 271, pp. 344-345. [doravante DMP]

concluir que, na região, a par das comunidades de origem arabo-berbere, existiam também grupos moçárabes.

Assim, e apesar do seu carácter rural e periférico, a *madina* de Tomar constituía, pela sua posição privilegiada no Médio Tejo, um ponto de articulação entre Santarém e Coimbra, ao mesmo tempo que coordenava um vasto conjunto de castelos e atalaias, os quais funcionavam como um linha defensiva da cidade de *Shantarin*, centro da *kura* que dominava a «linha do Tejo». Ao nível do povoamento, parece haver indícios que nos admitem concluir que este seria disperso, com comunidades de origem moçárabe agrupados em torno de centros religiosos, bem como de origem arabo-berbere, como podemos descortinar através do estudo de alguns topónimos cujo significado etimológico tem raiz em formas como *ben* (ou *banu*), que remetem para a organização social de base desses grupos, estruturados no elemento tribal.

Também a cidade de Torres Novas não é elencada pelos geógrafos que descreveram o *Gharb*. Na realidade, sabemos muito pouco sobre Torres Novas muçulmana. A única referência que temos para esse período encontramos-na na crónica de Ibn Idhari⁵⁹. A arqueologia forneceu até agora poucas informações sobre a presença muçulmana na região. Só no final do século XII, em 1179, encontramos a primeira notícia de Torres Novas na documentação portuguesa. Nesse ano, Afonso Henriques escreve no seu testamento que, após a sua morte, deveriam ser doados 1000 maravedis aos pobres de Torres Novas⁶⁰. Se quando o testamento foi redigido já existe a notícia de pobres na *urbe*, podemos depreender que Torres Novas já existia anteriormente, pois a existência de pobres em número significativo pressupõe que a cidade já fosse mais antiga. No entanto, o topónimo pode nada ter a ver com o cristão, como ressalva Ruy de Azevedo ao afirmar que a utilização de Torres «induz-nos a estabelecer interdependência no emprego do determinativo *Vedras* com a adopção do topónimo *Torres Novas* para um vila e fortaleza recém-fundada»⁶¹.

⁵⁹ Ibn Idhari, p. 16 *et passim*.

⁶⁰ Sobre os trabalhos arqueológicos para o período muçulmano em Torres Novas, veja-se, Carlos Carreira, autor. «Um passado islâmico em torno de Torres Novas (Contributos para o seu estudo)», *Nova Augusta*, n.º 18, 2006, pp. 89 *et passim* (137). Relativamente ao testamento de Afonso Henriques consultar, Abiah Elisabeth Reuter, *Chancelarias Medievais Portuguesas*, vol. I – *Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques*, Coimbra, Publ. do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1938, doc. 242, pp. 363-365. [doravante *DCAH*]

⁶¹ Vide Ruy de Azevedo, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, t. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, p. 51.

Existem na região de Torres Novas topónimos que sugerem uma forte influência árabe, como são o caso de Almonda (topónimo de origem moçárabe), Toxe e Monte Asno, que remetem para construções militares; note-se que Asno poderá derivar do árabe *hisn*, castelo. Será que a existência de tais topónimos indica a presença de comunidades na região, e nesse sentido permite inferir núcleos de povoamento? Integrariam estas estruturas militares o vasto sistema defensivo da *kura* de *Shantarin*?

As fontes muçulmanas dão-nos, igualmente, informação sobre outra estrutura importante no Médio Tejo, trata-se de Coruche. Encontramos esta referência na crónica de Ibn Idhari, a que aludimos anteriormente, e que narra o ataque a *Funj*, ou como corrige F. Hernández Jiménez, a *Quluj*. De facto, o *al-Bayan* é a fonte muçulmana mais importante para comprovar existência deste *hisn* antes da «Reconquista». A presença muçulmana no castelo de Coruche pode ser atestada no foral, datado de 1182, onde se pode ler: «(...) volumus restaurare atque populare culuchi que a sarracenis abstulimus (...)»⁶².

A narrativa do ataque ocorrido em 1184 leva-nos a concluir que se tratava de um *hisn* chave no vale do Sorraia, pois constituía um ponto avançado estratégico para a defesa de Santarém. A subjugação do mesmo teria, nesse sentido, por objectivo enfraquecer a *madina* de Santarém. Conhecemos pelas fontes muçulmanas a eficácia desse ataque, pois o castelo de Coruche terá ficado destruído. Esta informação pode ser corroborada pela passagem da *Chronica Gothorum*, na qual se lê: «(...) coluchi castrum mandavit reedificari (...)»⁶³. Está expressa na carta a reconstrução do castelo, o que nos faz supor que à data a cidade estaria abandonada, pois Ibn Idhari conta-nos, ainda, que a população do *hisn* teria sido dizimada ou feita cativa⁶⁴. Por este motivo, é possível que, quando Yusuf, em 1190, regressou ao *al-Andalus* para atacar Santarém, não tenha, segundo as crónicas, atacado o castelo de Coruche, pois este já não constituía uma ameaça ao poder militar dos Almóadas, dado ter sido fortemente fustigado pelas algaras muçulmanas no início da década de 80⁶⁵.

⁶² Vide *PMH, Leges*, vol. I, fasc. III, p. 426.

⁶³ Vide *PMH, Scriptores*, p. 16.

⁶⁴ Cf. Ibn Idhari, *op. cit.*, p. 39.

⁶⁵ Sobre a importância estratégica que o castelo de Coruche tinha no vale do Sorraia, e as questões fonéticas em torno do topónimo árabe, consultar: Hermenegildo Fernandes, «Quando o Além-Tejo era fronteira: Coruche da militarização à territorialização», in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do mundo ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa/Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 451-483.

II. *Shantarin* e *Antaniya*: as *mudun* do Médio Tejo

Durante os séculos que intercalaram a ocupação muçulmana e a «Reconquista» cristã, o Médio Tejo foi marcado por várias realidades ocupacionais. Num espaço onde existiam poucas cidades, fixaram-se grupos populacionais exteriores ao *al-Andalus*, designadamente tribos berberes, que passaram a coexistir com árabes e moçárabes. O vale tagano parece ter estado polarizado, pelo menos nos séculos IX e X, entre dois espaços urbanos nucleares: a jusante a cidade de *Shantarin*, e a montante a cidade da *Antaniya*, ambas herdeiras da tradição romano-visigótica. No entanto, e apesar de se apresentarem como os principais centros de povoamento, em torno dos quais orbitavam núcleos rurais, parecem ter desenvolvido características específicas.

A região que *Shantarin* dominou ao longo de toda a ocupação árabe, desde o século VIII até ao século XII, teve um papel preponderante, marcado não só pela posição estratégica sobre o rio Tejo, como também pela sua riqueza agrícola, elementos abundantemente glosados pelos geógrafos árabes. Essa prosperidade económica ficou a dever-se, por um lado, à riqueza do solo e, por outro, à própria posição da região no Tejo, situando-se no centro nevrálgico de um rio que ligava a região a vários núcleos urbanos e rurais, nomeadamente Lisboa. A rede de comunicações existente é-nos descrita pelos autores árabes coevos, o que nos permite visualizar a rede viária romana que foi reutilizada pelas várias comunidades árabo-berberes que se fixaram na região. No centro dessa rede encontrava-se *Shantarin*, a mais importante *madina* neste quadro administrativo, em torno da qual se organizavam as *qura*, ou seja, núcleos de povoamento rural, provavelmente povoados por moçárabes⁶⁶, sendo que a elite da administração árabe habitava a cidade. Ainda no que concerne a presença de moçárabes, Ibn Hawqal relata-nos que existiam várias explorações agrícolas (*day'a*) ocupadas por muitos camponeses que ignoravam a vida urbana e professavam o Cristianismo⁶⁷. A presença de moçárabes na *madina* de *Shantarin* também é conhecida, como nos conta a famosa história da conquista da cidade. A região era, portanto, dominada pela *madina*

⁶⁶ Pois como lembra José Mattoso, estas comunidades foram «relegados (...) para os meios rurais, como agricultores dependentes dos vencedores», *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, pp. 21-22.

⁶⁷ Relata o autor, «Il y a en al-Andalus plus d'une exploitation agricole groupant des milliers de paysans qui ignorent tout la vie urbain et son des européens (*rumi*) de confession chrétienne», Ibn Hawqal, *Opus geographicum*, J. H. Kramers (éd.), Leyde, Brill, 1939, p. 111.

de *Shantarin*, da qual dependiam *aqalim*, como o de *Shirush*, e, de acordo com a descrição provavelmente hiperbólica da fonte, mais de mil *qura*.

A montante, na actual Beira Baixa⁶⁸, dominava não uma *madina*, mas vários *husun*, como o de *Antaniya* ou o de *Montesanto*. Destas estruturas militares dependeriam pequenos aglomerados populacionais, os quais, segundo as fontes árabes, principalmente as geográficas, nos séculos IX e X, exportavam as riquezas locais. A origem étnica destas populações deveria variar entre berberes⁶⁹ (que chegaram ao *al-Andalus* nos anos imediatamente posteriores à conquista árabe e foram ocupar as zonas montanhosas como a actual região da Idanha-a-Velha) e moçárabes.

Apesar de a menção a *Antaniya* surgir repetidas vezes nos textos geográficos mais antigos por nós seleccionados (aqueles datados dos séculos IX e X), nas mais recentes (séculos XI e XII) a cidade de *Antaniya* deixa de ser mencionada. Estará esta ausência nas fontes relacionada com uma decadência económica da região, ou com uma progressiva ruralidade motivada pela distância dos grandes centros urbanos? São questões que ficam em aberto. Apesar, das dúvidas que persistem sem resposta, podemos, efectivamente afirmar que se tratava de um zona ultra periférica, distante dos centros de poder, principalmente de *Shantarin*, o que, no nosso entender, pode explicar o silêncio de *Antaniya* nas fontes coevas. Mas se a jusante a principal sede do poder ficava distante, a montante encontrava-se a cidade de Cória, também ela um centro polarizador na região que dominava. Desconhecemos que influência teria esta cidade sobre a antiga *Antaniya*. De facto, nesta geografia dominada pelos *husun*, como acima procurámos demonstrar, é possível que *Antaniya* e os seus termos se tenham assumido como periféricos, não só em relação a *Shantarin*, como também a Cória, ou mesmo Alcântara, cidades que dominavam para além do Erges. Talvez esta fronteira natural tivesse marcado o distanciamento político entre a área de influência desta cidade e Cória ou Alcântara.

⁶⁸ Maria Filomena Barros, «Os Muçulmanos na zona de Castelo Branco do domínio árabe ao período medieval cristão», *Colchas de Castelo Branco por terra e por mar*, Lisboa, IMC, 2008, pp. 33-80.

⁶⁹ Sobre a distribuição dos berberes no *al-Andalus*, veja-se: Eduardo Manzano Moreno, «Beréberes de *al-Andalus*: los factores de una evolución histórica», *Al-Qantara*, Madrid, vol. XI, fasc. 2, 1990, p.418.

Parte II
O Médio Tejo de 1147 ao século XIII.
Conquista e Militarização

I. Nótulas sobre a presença das Ordens Militares no Médio Tejo

O presente capítulo visa conhecer as Ordens Militares que se instituíram no Médio Tejo depois da conquista de Santarém. A sua inclusão na presente tese justifica-se, atendendo ao facto de estas terem constituído os principais agentes de povoamento na região, logo após a reconquista e ao longo de toda a segunda metade do século XII, bem como terem sido os principais intervenientes no processo de castralização da «linha do Tejo».

Fundada na Terra Santa, entre 1118 e 1119, por Hugo de Paynes, no contexto das Cruzadas, a Ordem do Templo⁷⁰ rapidamente assumiu, por um lado, um papel assistencial em relação aos peregrinos, e por outro, guerreiro numa terra ocupada pelos infiéis. Pouco tempo depois da sua criação no Oriente, o Concílio de Troyes, em 1128, sanciona a Regra da Ordem redigida por Bernardo de Claraval. Ao mesmo tempo, o papa Honório I concede à Ordem isenções e privilégios. Com efeito, na década de 30 do século XII, o seu poder no Ocidente é tão significativo que o papa Inocêncio II emite a Bula *Omne Datum Optimum*, segunda a qual os Templários não devem qualquer obediência ao poder eclesiástico ou secular, somente ao Papado⁷¹.

A expansão dos *Milites Templi* rapidamente avançou em direcção a Portugal. A primeira notícia que temos da presença da Ordem no Condado Portucalense data de 1122, e é referente à aquisição de património, como atesta a documentação relativa à compra de herdades nas terras de Riba Douro⁷². Nos anos que se seguem, e até 1147, ano que marca a doação régia do eclesiástico de Santarém, a Ordem do Templo vai constituir através de doações, compras, vendas e escambos um considerável património

⁷⁰ Não é nosso propósito historiar a presença da Ordem do Templo em Portugal. Sobre o assunto, consultar: José M. Valente, *Soldiers and Settlers: the Knights Templar in Portugal, 1128-1319*, A Dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in History, University of California, Santa Barbara, 2002; Maria Cristina de Sousa Ribeiro de Sousa Fernandes, *A Ordem do Templo em Portugal, das origens à extinção*, Tese de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

⁷¹ Régine Pernoud, *Os Templários*, Mem Martins, Publ. Europa-América, 1996, pp. 15 *et passim*.

⁷² Em 1222, a Ordem do Templo compra a Eivea Aires e seus filhos uma herdade em Braga, que limita com o Poço do Hospital (ANTT, *OC/CT*, cód. 233, fls. 190-190v.), e no ano seguinte, também na região de Braga, Pero Nunes vende à Ordem do Templo uma herdade no Monte Morgoto (ANTT, *OC/CT*, cód. 233, fls. 190v-191).

imóvel⁷³, e cujos rendimentos seriam certamente avultados, contribuindo dessa forma para o poderio económico e militar que a Ordem do Templo deteve no Condado

⁷³ A partir de meados dos anos 20 do século XII, os Templários conseguiram constituir-se como um importante terratenente no Condado Portucalense, como nos demonstra a documentação contratual coeva, que atesta compras, vendas, doações e escambos de várias propriedades, de bens móveis e imóveis. Na listagem que, em seguida, apresentamos, são apenas enumerados os contratos relativos aos territórios a Norte do Rio Tejo e efectuados até 1147, ano que consideramos constituir um marco importante na história da Ordem do Templo em Portugal, uma vez que marca a fixação da Ordem no nosso espaço de estudo, o Médio Tejo. Os contratos entre particulares e a Ordem que ocorreram depois da conquista militar da linha tagana não são aqui mencionados pois não nos servem no propósito de demonstrar a riqueza patrimonial que esta Ordem possuía antes da conquista de Santarém. Assim, em 1125, Egas Soares doa aos Templários uma herdade em Lantosa (ANTT, *OC/CT*, cód. 233, fls. 191-191v). No ano de 1127, a Ordem do Templo compra a Pero Godinho e Adosinda, sua mulher, uma herdade em Vilar, junto às águas do rio Alister, termo de Braga (ANTT, *OC/CT*, cód. 233, fls. 191-191v). O património da Ordem é enriquecido com doações de particulares, como é o caso de Godina Soares que, em 1129, doa em testamento a terça parte dos seus bens móveis e imóveis, (ANTT, *Gaveta 7*, mç. 9, doc. 1; ANTT, *LN/LM*, fol. 93; *CGOT*, doc. XIII, p. 16). Em 1135, a Ordem efectua um escambo com Menendo Moniz e sua mulher Cristina Gonçalves, que dão à Ordem a herdade de Huldrianos, e oito maravedis em ouro em troca da herdade de Escariz (ANTT, *Gaveta 7*, mç. 9, doc. 7; ANTT, *LN/LM*, fol. 137; *CGOT*, doc. CIII, p. 74). Em 1139, Boa Soares doa à Ordem a terça parte de herdade da Maçaneira, na vila de Ajuda (ANTT, *Gaveta 7*, mç. 3, doc. 11; ANTT, *LN/LM*, fol. 36v; *CGOT*, doc. CXCV, p. 136). No ano de, 1140, o presbítero Vermundo vende à Ordem do Templo uma herdade, situada na vila Macada, «(...) sub monte kastron Recarei, discurrente rivulo Peans, prope civitates sancte Marie, territorio Portugalensi (...)», e a oitava parte de outra herdade (ANTT, *Gaveta 7*, mç. 19, doc. 17; ANTT, *LN/LM*, fol. 100). Ega Mendes e Domingos Mendes doam, em 1140, uma herdade na vila de Matados (ANTT, *Gaveta 7*, mç. 12, doc. 17; ANTT, *LN/LM*, fls. 99v-100; *CGOT*, doc. CCXIV, p. 147). D. Goda, seu filho Guiaz e sua mulher Ermesenda Pelaiz fazem doação em testamento de um terreno situado no subúrbio de Monte-Maior (Montemor-o-Velho), na freguesia de São Miguel, no lugar chamado Emfesta (Infesta) (ANTT, *LN/LM*, fol. 86v). Por doação testamentária de Afonso Viegas, a Ordem recebe, em 1143, uma herdade na vila de Canela, junto ao rio Paiva, no território de Alvarenza (ANTT, *Gaveta 7*, mç. 12, doc. 1; ANTT, *LN/LM*, fol. 108). No mesmo ano, Mendo Dias e sua mulher Bona doam a «(...) heretatem nostrum quam habemus in Azaceto, scilicet VI partem, cum onmibus locis suis et pertinentiis, terminis novis et antiquis, similiter et terram Sancti Lourencii (...)» (*CGOT*, doc. CCICX, p. 201). No ano seguinte, Afonso Peres doa a herdade situada em S. João do Rio Frio, que só fará parte do património da Ordem depois da morte do doador (ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fls. 170-170v). Mendo Peres e sua mulher Adonsinda Tructusendis fazem uma doação por testamento aos cavaleiros Templários da sua herança no lugar de Ega, território de Soure (ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fls. 122v-123; *CGOT*, doc. CCCL, p. 226). Em 1145, o Templo recebe em doação parte da herança de Menendus Vermuiz (*CGOT*, doc. CCCLV, p. 228). No ano seguinte, Pelagius Fructesindes determina que após a sua morte deve ser doado à Ordem a sua parte na herança de Kadime (ANTT, *Gaveta 7*, mç. 10, doc. 25; ANTT, *LN/LM*, fls. 113-113v; *CGOT*, doc. CCCXCIV, p. 248). Ermesenda Venegas e os seus filhos fazem carta de «(...) testamenti et vendationis de hereditate nostra quam habemus vel habere debemus in territorio Sancte Marie civitates, scilicet in Palatiolo et in Gandufe (...)», (ANTT, *OC/CT*, cód. 233, fls. 174v-175; *CGOT*, doc. CCCCH, p. 253). Em 1147, é-lhes doada uma herdade em Vila Maçada, no território portucalense (ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fol. 168; *CGOT*, doc. CCCLIII, p. 282). Paralelamente às doações a Ordem do Templo aumentava o seu património fundiário através de compra de propriedades, como se atesta em documento datado de 1141, no qual Martim Teles vende a sua herdade em Porzel, junto ao rio Guandia, no territorio de Sancta Maria (ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fol. 168v; *CGOT*, doc. CCCXX, pp. 208-209). No ano seguinte, a Ordem compra a Salvador Travessu e sua mulher Maria Pelaiz herdades no lugar de Ega, território de Soure (ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fls. 136v-137; *CGOT*, doc. CCCLI, pp. 226-227). No ano de 1145, a Ordem compra uma herdade situada na terra de Sancta Maria, na vila da Ajuda, no território portucalense (ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fls. 168v-169; *CGOT*, doc. CCCLXII, p. 232) e, no ano seguinte, compra uma outra herdade pertencente a Goeseu Frojas e sua mulher Legundia situada na terra da Mazaneira (ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fol. 169; *CGOT*, doc. CCCLXXVII, p. 244). Nesse mesmo ano, adquire a Nuno Mendici uma herdade na Vila de Azevedo de Saurio, junto à terra de Sancta Maria (ANTT, *OC/CT*, cód. 233, fls. 174-174v; *CGOT*, doc. CCCXCIX, p. 251). Muito do património fundiário templário conheceu uma exploração económica, quer sob a forma de aforamento, quer sob a forma de emprazamento. Mas curiosamente, os mais antigos contratos desta natureza existentes na chancelaria da Ordem datam da

Portugalense e mais tarde no Reino de Portugal. Os rendimentos provenientes da exploração patrimonial da Ordem eram igualmente canalizados para a defesa da Terra Santa. Esta informação pode ser confirmada numa carta de doação datada de 1143, na qual Mendo Moniz e sua mulher Disalviz doam uma herdade «(...) pro defensione sancti sepulcri Ihesu Xpisti (...)»⁷⁴.

Neste período, o Condado Portugalense era terra de fronteira, marcada por ataques e pilhagens constantes. Concomitantemente, procurava defender os territórios recentemente conquistados. É neste contexto que, em 1128, D. Teresa outorga a primeira doação régia à Ordem do Templo em Portugal. Trata-se da doação do Castelo de Soure e dos seus termos⁷⁵, procurando com esta medida garantir a defesa meridional de Coimbra.

Durante o reinado de Afonso Henriques, o contributo militar dos Templários foi essencial para o sucesso da «Reconquista». Contribuíram activamente para o alargamento e consolidação das fronteiras meridionais, participando militarmente na conquista de Santarém, e numa fase posterior fixando-se nos territórios em torno da «linha do Tejo». A fixação templária na região médio tagana resultou da iniciativa régia, que a partir de 1147 faz várias doações à Ordem, como o objectivo de defender e povoar aquele vasto território⁷⁶. A fim de assegurar a defesa militar da fronteira recentemente conquistada aos muçulmanos, os Templários iniciam um programa de construção de estruturas defensivas, cuja disposição geográfica orbitava sobretudo ao longo das vias fluviais, como o Tejo e o Zêzere. A linha defensiva de castelos erigidos pelos Templários mostrar-se-ia eficaz aquando da ofensiva militar almóada de finais do século XII. A acção militar templária também ficou marcada pela participação nos fossados régios a Silves em 1189⁷⁷. Apesar desta incursão em território muçulmano, os Templários não participaram na conquista do Alentejo, isto apesar do incentivo afonsino que prometia gratificantes retornos financeiros, como depreendemos da carta de doação da terça parte das terras que viessem a ser conquistadas para Além Tejo⁷⁸. De facto, os Templários pouco participaram no esforço da «Reconquista» a Sul do Tejo,

década de 80 do século XII e são relativos a património situado sobretudo na região de Tomar e Santarém.

⁷⁴ Vide ANTT, *Gaveta* 7, mc. 10, doc. 6; ANTT, *LN/LM*, fls. 136-136v.

⁷⁵ Vide *DMP*, vol. I, doc. 79, p. 10.

⁷⁶ Vide Tabela I.

⁷⁷ Temos notícia da participação militar da Ordem do Templo no ataque a Silves através da crónica de um cruzado, Roger de Hoveden.

⁷⁸ Vide *DMP*, vol. I, doc. 295, p. 384-385.

dado que depois de se terem estabelecido na região parecem ter relegado a sua função de militares para se instituírem como terratenentes, explorando economicamente as terras do Médio Tejo. Efectivamente, o papel dos Templários a partir dos finais do século XII, e durante o século XIII, foi o de colonizador, fundando e dinamizando centros rurais e urbanos, através de forais como é o caso de Tomar⁷⁹. A colonização de terras e a sua exploração económica são confirmadas pela documentação sobrevivente na chancelaria da Ordem que, para a região do Médio Tejo, entre o último quartel do século XII e 1246 emitiu vinte nove documentos conhecidos⁸⁰. Durante o século XIII, verificamos que a presença templária se tornou ainda mais expressiva, dado que o número de doações e contratos de enfiteuse cresceu significativamente, aumentando desse modo, a sua influência no Médio Tejo.

A área geográfica que nos importa foi igualmente ocupada por outras Ordens militares que não a Ordem do Templo, todavia a sua introdução no Médio Tejo verificou-se posteriormente, décadas depois da conquista definitiva da «linha do Tejo», a partir do último quartel do século XII. Desse modo, o papel dessa Ordens, nomeadamente as de Santiago e do Hospital não foi a de conquistar terras aos infiéis mas o seu reordenamento e povoamento. Para tal, Afonso Henriques repartiu os territórios anteriormente cedidos aos Templários para beneficiar as novas Ordens. A primeira, a Ordem de Santiago entrou em Portugal ainda na primeira metade de Undecentos, tendo a partir de 1147 recebido em doação vários castelos na região do Sado. A sua introdução no Médio Tejo ocorreu em 1173, ao receber em doação o castelo de Abrantes e seus termos. A sua presença, porém, é efémera, pois em 1179, a cidade recebe foral de Afonso Henriques.

A Ordem do Hospital, cujo cartulário sobrevivente é muito parco, dá conta que a primeira doação no Médio Tejo teria ocorrido em 1106, com a doação de Idanha e seu termo a D. Egas Gosendes e D. Mourão Gosendes. O documento determinava que Idanha e o seu termo seriam entregues ao Hospital após a morte dos seus donatários. Esta doação, no entanto, foi considerada uma falsificação possivelmente datada do final do século XII ou início do XII. Acreditamos que tal falsificação procurasse reivindicar a posse desses territórios aos Templários que os detinham desde 1165, note-se que nesta

⁷⁹ Na segunda metade do século XII, a Ordem do Templo outorga à cidade de Tomar dois forais. O primeiro data de 1162 (*PMH, Leges*, pp. 388-389). Na década seguinte, em 1174, é emitido novo foral (*PHM, Leges*, pp. 398-399).

⁸⁰ Vide Tabela I.

carta os territórios doados são definidos com maior precisão geográfica do que no documento de Afonso Henriques⁸¹. A falsificação, à época, parece ter tido consequências, pois em 1194, como lembra Mário Barroca, «D. Sancho promoveu dois escambos com a Ordem do Templo, entregando-lhe Idanha-a-Velha em troca dos castelos de Penas Róias e de Mogadouro, e dando-lhes a herdade de Açafa em troca das igrejas dessas duas localidades transmontanas»⁸². Ainda no mesmo ano, D. Sancho doa aos Hospitalários a herdade de Guidimtesta, que englobava territórios na margem norte do Tejo, fazendo fronteira com o termo do castelo de Abrantes. De acordo com o diploma, deveria ser construído na região um castelo, o de Belver. No nosso entender, a redivisão do espaço tagano e a atribuição de um vasto território onde deveria ser construído um castelo, deve ser entendida como uma tentativa de remilitarizar a fronteira do Tejo, que poucos anos antes havia sido atacado por Abu Yacub Yusuf. Ao mesmo tempo, esta doação permite a instituição de outra força militar no Médio Tejo, e a redefinição dos equilíbrios de poder na região. Verificamos, pois, que na transição do século XII para o XIII o mapa administrativo do Médio Tejo apresentava-se dividido o poder régio e o das Ordens militares, enquanto décadas antes (principalmente entre 1159 e 1173), o vale tagano havia conhecido a hegemonia territorial templária.

⁸¹ No documento falsificado de 1106 são definidos os seguintes termos: «(...) termini uero iam dicte ciuitatis Egitanie habentj exordium ab illo loco ubi fluuius qui dicitur Elgia intrat in Tagum et uadit per illum fluuuium ad montem qui dicitur Salama deinde ad Portum de Carros et inde ad uerticem de Guimaranes deinde uadit ad montem de Strela deinde ad cimam de Arouci deinde ad locum ubi nascitur Cera et per uenam fluuij de Cera ad fluuium de Uezar deinde quomodo intrat in Tagum inde per uenam Tagi uadit ad foz de Elgia (...)», in *DMP*, vol. I, doc. 9, p. 13-14.

⁸² Vide Mário Barroca, «A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar em Portugal (séculos XII a XIV)», *A Arqueologia da Idade Média na Península Ibérica*, Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VII, Utad, Vila Real, Portugal, Setembro de 1999, Coord. Vítor Oliveira Jorge, pp. 199 (187-211). Também sobre a presença da Ordem do Hospital em Portugal, veja-se: Paula Pinto Costa, «A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade», *Militarium Ordinum Anaclecta*, vols. 3-4, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1999-2000.

II. A conquista militar cristã do Médio Tejo no século XII.

De Soure à «linha do Tejo» (dos anos 20 à década de 60)

O castelo de Soure, construído na segunda metade do século XI, sofria no dealbar do século XII as consequências da guerra de fronteira. Com efeito, são conhecidos nas crónicas árabes e cristãs vários ataques àquele castelo na primeira metade do século XII. No ano de 1116, o castelo sofre um ataque almorávida, que leva a população a refugiar-se em Coimbra⁸³. A algara muçulmana terá, certamente, deixado o castelo, e a região que este dominava ermas, o que explica que, em 1122, D. Teresa entregue o castelo a Fernão Peres de Trava para que este fosse repovoado⁸⁴. No ano seguinte, a igreja de Soure é entregue aos presbíteros Martinho e Mendo Arias, para que a reconstruíssem. A medida tomada pelo bispo de Coimbra, D. Gonçalo Pais, procurava restaurar a vida religiosa na região de Soure⁸⁵, profundamente destruída pelos anteriores abandonos da população. Em 1128, o castelo de Soure e seus termos⁸⁶ são doados aos Templários por D. Teresa, que procurava deste modo repovoar a região e defender a zona meridional de Coimbra. Esta doação só pode ser entendida no contexto da guerra endémica que assolava o território, pois procurava-se travar as investidas Almorávidas que, porém, continuaram a atingir a região, como em 1144, quando os muçulmanos de Santarém lançam uma algara ao castelo de Soure, capturando «homens,

⁸³ O episódio é narrado na *Hagiografia de S. Martinho de Soure*: «(...) os sourenses, receando a sua violência quando regressasse, e não confiando nas construções da sita fortaleza, tomados de ingente pavor, atearam fogo ao castelo e fugiram de regresso a Coimbra. Como consequência, durante um período de sete anos ficou despovoado (...), até que, de novo, com o consentimento da nobilíssima rainha D. Teresa, 61 anos após a restauração aquela cidade pôde voltar a transformar-se numa zona habitada (...)», in *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*, ed. crítica de Aires A. Nascimento, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 227-229.

⁸⁴ Vide *DMP*, vol. I, doc. 63, p. ?

⁸⁵ Cf. Mário Barroca, «A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do século XII», *Portugalia*, Nova Série, vols. XVII-XVIII, 1996/1997, p. 173. A incursão almorávida teve tal impacto que as crónicas coevas registaram a memória do acontecimento, nomeadamente a *Chronica Gothorum (PMH, Scriptores*, p. 11).

⁸⁶ Vide *DMP*, vol. I, doc. 79, p. 101, onde se lê: «(...) damus istud castellum (...) suos terminos anticos cum aquis at pascuis terrenis cultis uel incultis cum omnibus suis directis ad supra nominatum castellum pertinentibus, id est cum omnibus que mihi de supra dicto opidum uel loco solito more erant reddenda ad milites Templi Salomonis deinceps reddeatur, itaque cum quanto tunc in eo aprestitum est uel ferit dono et concedo. Est igitur opidum illud in território Colimbriensi discurrente aqua Mondego (...)».

animais e outros bens»⁸⁷. Este episódio marca a primeira notícia que temos sobre a participação efectiva dos Templários numa acção bélica em Portugal.

Todavia, a ameaça militar muçulmana não se fazia sentir apenas a Sul de Coimbra, pois a região do vale do Zêzere, onde existiam várias estruturas militares muçulmanas, como procurou demonstrar Sílvio Alves Conde⁸⁸, parece ter constituído motivo de preocupação militar para o rei português. Prova disso é a presúria de Fernão Peres Cativo, que terá ocorrido em 1134 ou 1135, e o fossado de Leiria, cerca de 1137⁸⁹, ano que também ficou marcado pelo chamado «desastre» de Tomar⁹⁰.

A conquista tentada de Tomar significava, para os portugueses, o controlo dos vales do Nabão e do Zêzere, e consequentemente das velhas estradas romanas que uniam Coimbra a Santarém. A rede viária romana foi, como nos glosam os geógrafos árabes, reutilizada durante a ocupação muçulmana. A sua longa duração pode ser atestada em 1159, pois na carta de doação do castelo de Ceras, a estrada entre Coimbra e Santarém é utilizada como limite geográfico do território doado⁹¹. As fontes são omissas quanto à data em que efectivamente foi conquistada a cidade de Tomar, pelo que apenas podemos concluir que essa conquista terá ocorrido entre 1137 e 1147, data da conquista da Santarém, ou eventualmente em data imediatamente posterior à conquista da praça escalabitana.

Na década de 40 do século XII, porém, o impulso almorávida desvaneceu-se, sobretudo depois da morte de Tashfin Ibn Ali Ibn Yusuf⁹². Aproveitando o caos político que caracterizou o fim daquela dinastia, Afonso Henriques avança sobre Santarém, a

⁸⁷ Um dos cativos foi o próprio Martinho de Soure, facto narrado na sua hagiografia. Sobre tais acontecimentos, veja-se: *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, op. cit., p. 24; Mário Barroca, «Da Reconquista a D. Dinis», in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 41 et passim.

⁸⁸ Alves Conde indica um vasto sistema de fortificações defensivas em torno de Tomar. Segundo o autor, existiam, a Norte, «*hisn* de Ceras, (...) o de *Munt Salut*, (...) a Oeste, o pouco conhecido castelo de Carrapatoso, (...) a Sudeste, o do Catapereiro»; ainda segundo o autor, existiam também várias atalaias, como Almourol, Toxe e Asno (Sílvio Alves Conde, «Ocupação humana e polarização de um espaço rural do Gharb al-Andalus...», p. 368 et passim).

⁸⁹ Relativamente à presúria de 1134 ou 1135 e ao fossado de Leiria, vejam-se os estudos de Pedro Gomes Barbosa: *Documentos, Lugares e Homens*, Lisboa, Colibri, 1991; *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, INIC, 1992; *Reconquista Cristã nas Origens de Portugal Séculos IX a XII*, Lisboa, Ésquilo, 2008.

⁹⁰ A propósito deste episódio bélico, a *Chronica Gothorum* conta-nos: «(...) era MCLXXV, euenit infortunium super christianos in Tomar (...)», *PMH, Scriptores*, p. 12, col. 1.

⁹¹ Na citada carta de doação lemos: «(...) qui est in strata de Colimbria que uadit ad Sanctaren et inde per mediam strata per portum de Ourens (...)». *DMP*, vol. I, doc. 271, pp. 334-335.

⁹² O emir Tashfin Ibn Ali Yusuf reinou entre 1143 e 1145, marcando o princípio do fim da dinastia almorávida. Foi sucedido por Ibrahim Ibn Tashfin, cujo reinado apenas durou um ano (1145), e Ishaq Ibn Ali, último emir almorávida, que reinou no biénio 1145-1147.

principal praça muçulmana no Médio Tejo. A conquista da cidade escalabitana foi um factor de grande importância para a viabilidade de «Reconquista», já que conquistar a cidade determinava o domínio das rotas que ligavam o Norte ao Sul, e naturalmente o controle das vastas e férteis planícies agrícolas da região⁹³. Nesse sentido, o ano de 1147 marca de forma indelével a geografia político-administrativa do espaço tagano que passou a pertencer definitivamente à coroa portuguesa, apesar das violentas incursões almóadas ocorridas entre as décadas de 80 e 90.

A importância económica e estratégica de Santarém ditou que a sua conquista ficasse registada tanto nas crónicas cristãs como árabes⁹⁴. A memória escrita da expugnação da cidade configurava uma importante alteração na geografia político-militar do Ocidente peninsular, pois se para o bloco cristão o domínio militar de Santarém constituía um espaço fundamental na viabilização do «jovem» reino, para o poder muçulmano significava o fim do domínio no Médio Tejo.

Efectivamente, depois da conquista militar da «linha do Tejo», a região adquire uma posição de liminaridade entre dois blocos oponentes, e por esse motivo será, durante a segunda metade do século XII, palco de uma intensa actividade militar, protagonizada por algaras muçulmana, ao mesmo tempo que os cavaleiros de Santarém serão promotores de fossados em terras do *Gharb*. Se a perda deste território para os cristãos constituiu um forte revés no domínio muçulmano no *Gharb al-Andalus*, as acções bélicas promovida pelos cristãos do Norte em território a Sul do Tejo também causaram um forte impacto no poder almóada. Só nesta conjuntura de perda de domínios territoriais, e ataques militares sucessivos às terras meridionais se compreende a poderosa investida militar almóada nos anos 80 e 90 do século XII, que se revestiu de uma forte intencionalidade punitiva.

⁹³ A fertilidade de Santarém e seu termo foi abundantemente glosada pelos geógrafos árabes. Mais tarde os cronistas cristãos recuperaram o *topos* literário, como é o caso de Duarte Galvão, que na *Crónica de el-Rei D. Afonso Henriques*, a propósito da cidade escreve: «(...) por seer a melhor uilla do rregno, polla nobreza e abastança de seu asseemto. Ca da parte do ouriente a uista dos homees nam sse pode faltar de ueer a fermosura dos campos muy chaãos, abastados de muito pan, corremdo per elles o gramde e muy nomeado rrio do Tejo (...)», in Duarte Galvão, *Crónica de el-Rei D. Afonso Henriques*, apes. de José Mattoso, Lisboa, INCM, p. 97.

⁹⁴ Não nos iremos ocupar dos aspectos militares tão polémicos que envolveram a conquista da cidade escalabitana porque o tema já foi estudado por vários autores, e porque o nosso estudo não é sobre a conquista militar daquela cidade, mas sobre o que esta representou num quadro regional mais amplo que definimos como Médio Tejo. Interessam-nos, portanto, as implicações subsequentes à conquista da cidade que permitiram, por um lado, que a «linha do Tejo» se estabelecesse como fronteira, e por outro, que em reconhecimento pelo apoio militar prestado na conquista da cidade, o castelo e território de Cera fossem doados à Ordem do Templo. Tal doação, como veremos, marca o início do domínio da Ordem do Templo na área geográfica que nos ocupa.

Deste modo, na segunda metade do século XII, a função e posição de Santarém serão ambivalentes, pois se por um lado constituiu uma plataforma de actividades militares contra o Islão, por outro, o seu domínio garante a estabilidade de fronteira. Será a necessidade de defender o rio Tejo, e as suas confluências com os principais rios, designadamente com o Zêzere, que originará a construção ou reconstrução/remodelação de um vasto conjunto de castelos situados nos pontos estratégicos destes rios. É nesta lógica defensiva que a Ordem do Templo iniciará uma programa construtivo de fortificações, tais como Tomar, ou Almourol; e os Hospitalários a construção de Belver.

Com efeito, a «linha do Tejo», após a «Reconquista», é organizada segundo uma nova estrutura, como novos poderes articuladores que procuram responder às necessidades específicas de um *limes*.

Mas se, para a cidade de Santarém, temos testemunhos escritos dos acontecimentos militares, para a restante «linha do Tejo» as fontes são omissas. De facto, desconhecemos as datas e os episódios militares que marcaram a conquista de Tomar, Abrantes, ou a região da *Antaniya*.

Relativamente a Idanha-a-Velha, a primeira notícia escrita que temos data de 1165, na carta de doação do seu termo e de Monsanto⁹⁵. Com efeito, sobre a conquista do território da antiga Egitânia desconhecemos as circunstâncias militares. Conhecemos, porém, a data da conquista cristã dos territórios a leste do rio Erges, onde existiam importantes cidades no período muçulmano como Cória (conquistada no ano de 1142, por Afonso VII) ou Alcântara (conquistada igualmente por Afonso VII, em 1134). A conquista destes territórios, tal como aconteceu no reino português, está profundamente relacionada com o declínio político dos Almorávidas.

O desconhecimento das circunstâncias militares da conquista cristã também se verifica no caso de Abrantes, pois como lembra Hermínia Vilar, existe uma grande escassez de fontes relativas à cidade abrantina para o período que media entre a conquista da «linha do Tejo» e 1179, data da atribuição do foral⁹⁶. O mesmo ocorre para o período muçulmano, dado que não conhecemos referências escritas entre as fontes por nós coligidas que mencionem Abrantes; isso não significa, porém, que esta não tivesse

⁹⁵ Sobre a conquista do território da Extremadura, na década de 40 do século XII, consultar: Julián Clemente Ramos, «La Extremadura Musulmana (1142-1248). Organización defensiva y sociedad», *Anuario de Estudios Medievales*, 24, 1994, pp. 647 *et passim*.

⁹⁶ Cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes Medieval. Séculos XIV-XV*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1988. Idem, *ibidem*, p. 9.

existido enquanto núcleo de povoamento, mesmo que não na dimensão de uma cidade, já que, para a região do Médio Tejo (como vimos anteriormente) os autores árabes referem que a *madina* de *Shantarín*, era um pólo organizador em torno do qual orbitavam inúmeras estruturas populacionais, ou «más de mil aldeas»⁹⁷. Seria Abrantes uma dessas aldeias? No século X, Ibn Hawqal conta-nos que o Tejo era «un río sobre el que se encuentran ciudades, distritos e cantones rurales»⁹⁸. Com efeito, é difícil precisar se Abrantes existia no período muçulmano e como se organizava. Seria um *iqlim*, uma *madina*, uma *qarya*, ou um *hisn*? E. Manzano Moreno defende que o *iqlim* de Mitasa, da tribo dos Baranis, se situava algures entre a actual vila de Constância e Vila Velha de Ródão⁹⁹. Seria Abrantes um dos núcleos de povoamento situados nesse *iqlim*? A arqueologia ainda não nos permite inferir se houve uma continuação na ocupação daquele espaço durante o período visigótico, ou nos séculos que mediam entre a conquista muçulmana e a cristã.

Do mesmo modo, as circunstâncias militares em torno da conquista deste espaço são ainda muito obscuras, pois as fontes escritas não guardaram memória do acontecimento. Somente na *Monarquia Lusitana* se menciona a integração de Abrantes no reino de Portugal: «(...) de Abrãtes & Torres Nouas, ambas muy fortes em o sitio firmeza dos mouros, & castellos, de terreno fresco & abundante»¹⁰⁰. A data geralmente atribuída à conquista da cidade foi indicada por Brandão, que com grande assertividade nos conta que esta foi tomada na madrugada de 8 de Dezembro de 1148¹⁰¹. No século XVI, o bispo D. Frei João da Piedade¹⁰², escreveu, na história da cidade, que «o seu castelo foi conquistado aos Mouros polo Senhor Rei D. Affonso Henriques, em a madrugada do dia 8 de Dezembro. Era então Alcaide do dito castello hum velho Mouro chamado Hibrahim-Zaid, que no idioma dos Christãos queria dizer Abraham-Zaid. Este Mouro era senhor de quase totalas veigas da ribeira da Abrançalha que antigamente se chamava de Nossa Senhora da Luz, em resão da Ermida que ali há, e na qual se venera com muita devoção a mesma Senhora, per traser os seus fundamentos lá do tempo dos Godos, e os Mouros a consentirem aos Christãos pera faserem as suas orações e estes, polas rasões já ditas, de ser o Mouro senhor d'aquelles fertiles campos, e per assim mais

⁹⁷ Vide *Una descripción anónima del al-Andalus...*, p. 59.

⁹⁸ Vide Ibn Hawqal, *op. cit.*, p. 15.

⁹⁹ Cf. E. Manzano Moreno, *op. cit.*, p. 194-195.

¹⁰⁰ Vide *Monarquia Lusitana, Parte Terceira*, Livro X, cap. XXXIII, p. 185.

¹⁰¹ Vide *Ibidem*, Livro X, cap. XXXIII, p. 185.

¹⁰² Frei João da Piedade, religioso Dominicano, foi Bispo de Macau, nos inícios do século XVII. Em 1628 recolheu ao Convento de S. Domingos de Abrantes, onde jaz.

ganharem a feição delle dito Mouro, começaram a chamar à dita ribeira, ribeira de Abraham-Zaid, e com o correr dos tempos se corrompeo no de Abrançalla»¹⁰³.

As lendas passadas a escrito pela pena do bispo no século XVII remetem para a existência de grupos populacionais na região, entre os quais se encontravam moçárabes, agregados em torno do culto mariano, como, efectivamente, ocorreu noutras regiões do *Gharb*. O texto faz alusão ao castelo. Se aceitarmos a sua existência no período muçulmano, teria o mesmo sido reutilizado no período cristão? As fontes cristãs não nos fornecem qualquer informação sobre a data de início da construção do castelo abrantino, apenas sabemos que em 1173 já existia, pois consta da carta de doação de Afonso Henriques.

Relativamente à data da conquista de Abrantes, apenas podemos supor que a sua conquista militar ocorreu em período posterior à tomada de Santarém.

No período que medeia entre o domínio muçulmano do Médio Tejo e a doação da cidade à Ordem de Santiago ou a atribuição de foral, Abrantes não aparece nem na documentação árabe nem na cristã. A ausência de referências nas fontes árabes pode explicar-se pelo facto de a geografia árabe ser a geografia das cidades e, nesse sentido, não referenciar os pequenos núcleos populacionais. As crónicas árabes, sobretudo aquelas que se reportam às campanhas almóadas do último quartel do século XII, são igualmente omissas, o que entendemos estar relacionado com o facto de este espaço não constituir uma ameaça militar às forças muçulmanas, como constituíam as cidades de Santarém, ou Tomar. Nesse sentido, e para as forças muçulmanas, a posição de Abrantes seria periférica, pelo menos do ponto de vista militar. Embora nessa cronologia a cidade abrantina já existisse e tivesse um foral outorgado por D. Afonso Henriques, desde 1179, segundo o modelo de Évora, o qual visava atrair grupos populacionais para um espaço de fronteira. A terminologia do foral também poderia inferir uma ocupação anterior à conquista, ou quiçá uma destruição da cidade ou do castelo anterior à outorga do foral, dado que é mencionado no preâmbulo «(...) uolumus restaurare Ablantes atque populare (...)». Estará a outorga foraleira relacionada com as

¹⁰³ Esta fonte não foi localizada fisicamente, apenas a conhecemos porque no século XIX, quando Manuel António Morato e João Valentim Mota redigiram a *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes*, fizeram referência ao texto que teria sido escrito no século XVI pelo Bispo D. Frei João da Piedade. Ainda segundo os autores da monografia local, tal documento encontrar-se-ia nos fundos do Arquivo de Évora. Começamos a transcrição do documento, publicada na referida obra (Manuel António Morato e João Valentim Mota, *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1981, p. 48).

algaras almóadas narradas tanto a *Brevis Historia Gothorum* como a *Chronica Gothorum*, e que teriam ocorrido no ano de 1179. As descrições, porém, são muito sucintas, não registando quaisquer pormenores militares. Narra a primeira crónica que, «Era MCCXVII, obsidetur castellum de Ablantes, Abrantes vulgo, ab Aben Jacob filio Miramolini eiusque fratre focem vel Hocem, sed innumerabilis eorum exercitus pulsus cum magna clade fuit, ex nostris VIII tantum desiderati»¹⁰⁴. Segundo a *Chronica Gothorum* na «era de mil duzentos e dezasete foi cercado o castelo de Ablantes, que vulgarmente chamamos Abrantes, por Abemjacob filho de Miramolim, e por seu irmão Fossem, ou Ossem; porem seu exército inumerável recebendo graue dano se pos em fugida, e dos nossos não morrerão mais que noue»¹⁰⁵. De acordo com os registos, o ataque muçulmano teria sido perpetrado por Ibn Yacub Yusuf, que também liderou o ataque a Santarém em 1184, no qual foi morto. Só no século XVII, é que o bispo D. Frei João da Piedade nos apresenta uma descrição mais pormenorizada destes acontecimentos, num discurso mais laudatório do que histórico, conta-nos que, «em os arquivos da Igreja de S. Vicente e da Camara pára huma carta do Senhor Rei D. Affonso Henriques, escripta em o anno de 1179 pola qual manda reparar a dita Igreja, em rasão de muitos estragos e danos que sofrera pelo cerco de Aben-Jaocb (...) que seja edificada de novo a Igreja de S. Vicente de Abrantes, a qual dita Igreja nós mandámos alevantar ao dito Santo em memória da tomada do castello (...) que seja pella mesma rasão também edificado o Altar da Virgem Maria mai de Deos, pera ali ser dos fies venerada, em quanto não lhe alevantamos, como he nossa tenção alevantar, hum templo sob as ruínas da Mesquita dos Mouros». De acordo, com este translado, não só o ataque muçulmano teria ocorrido, como lá existia uma mesquita, vestígio arquitectónico da presença de uma comunidade muçulmana, sobre a qual deveria ser edificado um templo cristão. Lembramos que a cristianização dos locais de culto anteriores a conquista é frequente. O mesmo fenómeno terá ocorrido em Idanha-a-Velha. Menciona-se, ainda, o desejo do monarca em reedificar a Igreja de S. Vicente, a qual certamente teria sido destruída pela algara muçulmana, o que significa que a fundação da paróquia de S. Vicente seria anterior a 1179.

Mas se, de facto, como nos contam as crónicas cristãs a cidade de Abrantes foi atacada pelos exércitos Almóadas, porque não o registaram as crónicas árabes? Talvez

¹⁰⁴ Vide *PMH, Scriptores*, vol. I, p. 16.

¹⁰⁵ Vide *Monarquia Lusitana, Parte Terceira*, Livro XI, cap. XXVIII, pp. 252-253.

pelo facto de ser uma cidade periférica em relação centro nevrálgico do império Almóada.

Se Abrantes aparentemente não foi estratégica para os muçulmanos, foi sem dúvida um importante ponto de defesa do Tejo no período imediato à conquista cristã. Tal importância é demonstrada pela atribuição da defesa daquela região à Ordem de Santiago, em 1173¹⁰⁶. Nesta doação é delimitado o seu espaço de influência geográfica, ficando sob a jurisdição daquela Ordem um vasto território que englobava as margens direita e esquerda do Tejo¹⁰⁷, embora os limites na margem norte do rio ainda estejam ensombrados em dúvidas, uma vez que a carta é omissa na definição dos limites nessa área. A delimitação territorial do termo de Abrantes é marcada sobretudo acidentes geográficos, o que tem levado alguns autores a considerar que o referido espaço estava ermo, o que justifica que estes sirvam de referência na demarcação do termo. Existem, porém, alguns topónimos enunciados na carta de doação, como Alferrarede, Arrifana, ou Mouriscas que podem indicar uma presença árabe anterior à conquista, ou povoados cuja população seria de origem árabe. Nesse sentido, tratar-se-ia de topónimos contemporâneos da atribuição de foral, ou mesmo anteriores, uma vez que são mencionados no documento de 1173.

Com a doação de 1173 de Abrantes Afonso Henriques relega a defesa de Abrantes para a Ordem de Santiago, transformando, desse modo, o termo desta cidade num espaço de defesa da fronteira tagana. Eduardo Campos, porém, considera que a doação está directamente relacionada com a necessidade de colonizar aquelas terras¹⁰⁸, que estariam ermas. Discordamos do autor, pois em 1176 encontramos uma referência ao Canal de Abrantes, que o rei tinha doado ao Mosteiro do Lorvão¹⁰⁹. De acordo com o documento, o rei teria uma parte no pescado efectuado no Canal, e o Mosteiro deveria cuidar da conservação do mesmo. O documento faz menção a um contrato celebrado anteriormente entre as partes. Ainda no mesmo ano, o Mosteiro do Lorvão recebe em doação um conjunto de casas situadas na paróquia de S. João, uma vinha e uma propriedade em Porcarizas, no termo de Abrantes; e Menendo Guedez vende ao

¹⁰⁶ Vide Rui de Azevedo, *DMP*, pág. 108.

¹⁰⁷ O território doado por Afonso Henriques compreendia os actuais concelhos de Constância, Sardoal, e Alter do Chão. O extenso território é descrito na Carta de Doação à Ordem de Santiago, em 1173, cujo excerto pode ser consultado em anexo, Documento IV.

¹⁰⁸ Cf. Eduardo Campos, *Notas Históricas sobre a Fundação de Abrantes*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 3.ª ed., revista e aumentada, 1955, p. 10.

¹⁰⁹ Vide *DCAH*, doc. 239, pp. 359-360.

Mosteiro casas situadas no castelo de cidade¹¹⁰. Verificamos, portanto, que tanto no intra muros do castelo, como nos seus arrabaldes já existia um considerável património edificado, que certamente seria anterior à doação de 1173. Com efeito, parte do termo do território de Abrantes já havia pertencido aos Templários, a quando da doação afonsina de 1165, na qual (e relativa especificamente a Abrantes) se incluía todo o território situado na margem Norte do Tejo e compreendido entre os rios Zêzere e o Erges, o qual foi amputado em favor da Ordem de Santiago em 1173. A partir do diploma no qual são doadas casas sitas na cidade abrantina ficamos a conhecer a existência da paróquia de S. João. Assim, e se considerarmos que, à data da doação a paróquia de S. Vicente já existia, percebemos que no último quartel do século XII já existiam, pelo menos, duas paróquias. Cremos que só uma comunidade numerosa poderia ter tantas paróquias, o que faz supor que existiam grupos populacionais consideráveis na cidade. Outro documento que nos permite negar a tese do ermamento é o testamento do rei Afonso Henriques, datado de 1179, no qual se determina que aos pobres de Abrantes deveriam ser doados mil morabitinos¹¹¹, o que comprova que já existiriam em número considerável na cidade, fazendo supor que esta seria de edificação mais antiga.

A doação à Ordem de Santiago é concomitante com outras doações de Afonso Henriques a Ordens militares naquela região, designadamente à Ordem do Templo que, na transição do século XII para o XIII, domina espacialmente o Médio Tejo. Efectivamente, no tempo cronológico que ocupa este trabalho, a «linha do Tejo» foi dominada pelas Ordens militares. Assim, a jusante de Abrantes situavam-se os limites do termo de Ceras, e a montante as terras de Belver, doadas aos Hospitalários, que faziam fronteira com a Açafa.

Anos após a doação das terras e do castelo aos cavaleiros da Ordem de Santiago, a cidade recebe foral régio, datado de 1179, tornando-se terra reguenga. A atribuição desse foral, no nosso entender, marca o estabelecimento de um contra-poder numa região dominada pelo poder militar e administrativos das Ordens.

Abrantes apresenta-se, nesse sentido, como um verdadeiro enclave régio, pois durante o reinado de Afonso Henriques, o foral abrantino é o único atribuído na «linha do Tejo».

¹¹⁰ Cf. Rui de Azevedo, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, T. 1, cap. I, pp. 41-42.

¹¹¹ Vide *DCAH*, doc. 242, pp. 363-365.

Significa, portanto, que não nos é possível afirmar com segurança a data de fundação de Abrantes, ou atestar a sua existência enquanto núcleo de povoamento (qualquer que fosse a uma natureza) durante o período muçulmano¹¹², porque as fontes relativas aos problemas do povoamento e da organização do território são muito parcas. No entanto, através da hermenêutica das poucas fontes disponíveis (crónicas e toponímia), sugerimos que, de facto, o povoamento em Abrantes é anterior a 1173, embora só a partir do último quartel do século XII tenha sido enquadrado juridicamente com a atribuição do foral afonsino.

¹¹² Eduardo Campos afirma categoricamente que Abrantes é de fundação portuguesa (E. Campos, *op. cit.*, p. 4). Também Rui de Azevedo, *op. cit.*, p. 12-13, segue a mesma opinião.

III. O Tejo como fronteira: a castralização da segunda metade do século XII

A conquista de Santarém, em 1147, marca o início de um longo processo de militarização em torno da «linha do Tejo», que só terminará que o avanço da fronteira para Sul, durante o século XIII, no reinado de Sancho II. Este fenómeno caracteriza-se pelo surgimento de diversas estruturas militares, as quais, numa lógica defensiva, estabeleceram uma barreira militar face ao Islão.

No entanto, e apesar da necessidade de defender o vale tagano, o processo de militarização só começa efectivamente em 1159, depois da doação de Ceras aos Templários, sendo que esta doação é a primeira a beneficiar uma Ordem militar na região. No hiato temporal que medeia entre a conquista de Santarém e esta doação, não conhecemos a realidade que marcou o vale do Tejo, dado que não são conhecidas doações régias ou quaisquer documentos particulares que nos tragam informações sobre este espaço. Porque é que só mais de uma década volvida sobre a conquista de Santarém, ocorrem as primeiras doações às ordens militares? Estariam aqueles territórios despovoados? Ou durante esse período as forças cristãs utilizaram o sistema defensivo muçulmano pré-existente? A escassez de fontes escritas e arqueológicas não nos permite responder com exactidão a estas questões.

Sabemos, porém, que o processo de militarização, verificado no Médio Tejo, teve como principais agentes as ordens militares, as quais, por iniciativa, régia adquiriram um vasto património territorial, sendo que os Templários foram a ordem militar mais favorecida, como concluímos pelo elevado número de doações que regista. A angariação de tão vasto património possibilitou que a Ordem se fixasse na «linha do Tejo», e se tornasse, numa primeira fase, a principal força defensiva da região, e numa segunda, um dos mais dinâmicos agentes de povoamento. Na nossa perspectiva, a atribuição de vastos domínios, em favor dos Templários, só pode ser lida na necessidade de defender militarmente o Tejo. Esta delegação de funções militares possibilitou que a Ordem do Templo, no decorrer da segunda metade do século XII e durante todo o século XIII, dominasse a região não só do ponto de vista territorial, como também económico. A doação de terras no Médio Tejo tem sido entendida como uma recompensa pelo esforço militar dos Templários na conquista de Santarém dado que, pouco tempo depois desse acontecimento, Afonso Henriques faz a primeira doação na

região à Ordem. Trata-se da doação do eclesiástico de Santarém¹¹³, que gerou o protesto do bispo de Lisboa, Gilberto de Hastings, o qual, logo após a conquista de Lisboa, reclamou os direitos sobre o eclesiástico, reiterando que eram pertença da diocese de Lisboa, isto porque, e segundo o bispo, as rendas eclesiásticas colidiam com os direitos da diocese de Lisboa. De facto, a questão do eclesiástico de Santarém só ficou sanada em 1159, com a intervenção régia e posterior doação do castelo de Ceras e seus termos em compensação pela perda do eclesiástico de Santarém¹¹⁴. Durante o período em que as negociações entre as duas partes duraram, temos muito poucas informações sobre a Ordem do Templo, existindo apenas alguns documentos relativos a doações de particulares na região de Leiria¹¹⁵. Com efeito, no período que medeia entre a conquista de Santarém e a doação de Ceras, em 1159, não temos notícia de qualquer actividade militar em que os Templários tenham participado. Verificamos, porém, que se focaram nos aspectos organizativos e jurisdicionais dos territórios que possuíam, com a outorga de forais¹¹⁶, promovendo, desse modo, o povoamento nos seus domínios.

No que concerne à «linha do Tejo», podemos observar que, e apesar da sua inactividade militar, a Ordem do Templo é favorecida com a atribuição régia de vastos territórios nas margens direita e esquerda do Tejo. Assim, e cronologicamente, depois da doação de Ceras em 1159¹¹⁷ (que, em traços gerais, tinha como limites, Porto Cains,

¹¹³ Na referida carta lemos: «(...) facimus kartam supra dictis militibus Templis de omni eclesiastico Sanctae Herene ut habeant et possideant ipsi et omnes sucessores eorum hure perpetuo (...)», *DMP*, vol. I, doc. 221, p. 272-273.

¹¹⁴ Na carta de concórdia entre o bispo de Lisboa e a Ordem do Templo podemos ler: «(...) Do et concedo Deo et militibus Templi illud castrum quod dicitur cera pro ecclesijs illis de Sanctaren, quas eis prius dederam, preter ecclesiam Sancti Iacobi (...)», *Monumenta Henricina*, vol. I, Coimbra, Comissão executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, vol. I, doc. 4, pp. 10-12 [doravante *MH*]. As disposições deste acordo foram sancionadas por diversas bulas papais. Ainda no mesmo ano, o bispo de Lisboa, D. Gilberto de Hastings, cede à Ordem do Templo a igreja de Santiago e o seu território paroquial, e as igrejas que viessem a edificar na região de Tomar, como podemos ler: «(...) Ego Guilibertus, Ulixbonensis episcopus, (...) facio kartam firmitudinis Deo et militibus Christi de illa ecclesia Sancti Iacobi de Sanctaren (...), cum omni parrochia sua (...). Addo etiam et indissolubii pacto firmo et scripto roboro de omnibus illis ecclesijs quas hedificauerint a portu de Thomar, qui est in stratam de Colimbria (...)» (*MH*, vol. I, doc. 3, pp. 5-9).

¹¹⁵ No que concerne a doações régias, temos conhecimento de uma doação em 1152, nos arredores de Lisboa, em Sintra, de umas casas e herdades (*PMH, Leges*, p. 399), e da doação, em 1157, de oito moinhos no Touvede e no Alviela, e de todos os que aí viessem a ser construídos (*DMP*, vol. I, doc. 262, p. 234). Na década de 50 do século XII, a Ordem recebeu três doações particulares. A primeira data de 1152, trata-se de uma herdade no termo de Leiria (ANTT, *Gaveta 7*, mç. 6, doc. 10; ANTT, *LN/LM*, fol. 104). Em 1154, recebe em doação de Godinha Raimundes a terça parte da sua herança (ANTT, *Gaveta 7*, mç. 13, doc. 20; ANTT, *LN/LM*, fol. 79). No ano seguinte, a Ordem recebe em doação metade de todos os bens de Paio Godins (ANTT, *Gaveta 7*, mç. 3, doc. 24; ANTT, *LN/LM*, fol. 79). Para o período entre a conquista de Santarém e a doação de Ceras não encontramos registos nem de compras nem de aforamentos na chancelaria da Ordem.

¹¹⁶ Referimo-nos aos forais outorgados a Ferreira e Redinha, em 1156 (*PMH, Leges*, p. 386) e 1159 (*PMH, Leges*, p. 385), respectivamente.

¹¹⁷ Vide Mapa II.

Rego da Murta, Porto de Ourém e o Rio Zêzere); a Ordem recebe, em 1165, os territórios de Idanha e Monsanto, limitados pelos rios Erges, Tejo e Zêzere (limites Leste, Sul e Oeste, respectivamente)¹¹⁸; em 1169, em documento com data posterior ao desastre de Badajoz, o rei doa aos Templários a terça parte das terras conquistadas a Sul do Tejo; também do mesmo ano data a doação dos castelos de Cardiga e Ozêzere¹¹⁹; em 1197, Sancho I, doa a cidade de Idanha e seus termos¹²⁰; em 1199, recebe a herdade de Açafa (limitada pelos rios Ocreza e Pônsul), por troca dos castelos de Penas Róias e Mogadouro¹²¹; no ano de 1200, o rei Sancho doa o reguengo de Monsalude, em Dornes¹²²; e em 1214 é doada Cardosa¹²³. A sucessão documental citada demonstra-nos não só o grande número de territórios com os quais a Ordem foi favorecida, como também a sua vastidão territorial. Ao analisar os mapas destas doações, podemos verificar que a Ordem do Templo começou por receber terras em torno do vale do Nabão e do Zêzere, passando, desse modo, a controlá-los. Na década seguinte, os domínios dos Templários abarcavam toda a margem norte do rio Tejo, desde o Zêzere ao Erges. Depois das consequências do «desastre de Badajoz», o rei, em 1169, faz nova doação aos Templários, incentivando, através da carta outorgada, a conquista do Alentejo. Mais uma vez, esta doação (tal com a anterior) demonstra por um lado, o poder militar dos Templários e, por outro, o prestígio que o Mestre Gualdim Pais teria junto de Afonso Henriques. Os Templários, porém, não participaram na conquista das terras do Além Tejo. Ainda no mesmo ano, recebem mais dois territórios estratégicos na defesa do vale tagano, o de Ozêzere e Cardiga, situados na confluência do Tejo e do Zêzere. O controlo destes rios marca a última doação efectuada por Afonso Henriques aos Templários. A próxima ocorre somente no reinado de Sancho I, com a doação de Idanha e Açafa (1199). Com esta última doação, o Templo recebe um extenso território na margem direita do rio Tejo, e uma vasta porção de território no Alto Alentejo. O hiato temporal entre estas doações pode, na nossa perspectiva, ser explicado, como veremos de seguida, pelo facto de nesse período a Ordem se ter empenhado na construção de estruturas defensivas nos seus domínios.

¹¹⁸ Vide Mapa III.

¹¹⁹ Vide Mapa IV.

¹²⁰ Cujos termos são: «Egitania (...) que sita est inter Couelianam et Montem Sanctum et fluuim qui uocatur Tagus et serrat de Vclesa», vide *DS*, doc. 73, p. 112.

¹²¹ Vide Mapa VII.

¹²² Vide ANTT, *L N/LM*, fls. 74v-75.

¹²³ Vide Frei Bernardo da Costa, *História Militar da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, dedicada a El-Rei D. José I nosso Senhor*, Coimbra, Of. de Pedro Ginioux, 1771, n.º 39, pp. 242-244.

Contudo, os Templários não foram a única Ordem a ser recompensada com vastos territórios na região, pois no decorrer da segunda metade de Duzentos, houve outras Ordens militares que receberam em doação régia extensas áreas geográficas no vale tagano, retirando e redistribuindo territórios anteriormente cedidos aos freires do Templo. A primeira foi a Ordem de Santiago que, em 1173, recebe o castelo de Abrantes e seus termos (situados sobretudo a Sul do Tejo); a segunda foi a Ordem do Hospital, com a doação da herdade de Guidimtesta, em 1194. A primeira doação, a de Abrantes, que estabelece a primeira fixação da Ordem de Santiago no Médio Tejo, determinou que estes freires passassem a controlar territórios a Sul do Tejo, quanto aos territórios situados na margem norte do rio o documento é pouco preciso¹²⁴, não podemos, por esse motivo afirmar de forma segura que territórios foram amputados aos Templários nesta doação, se é que efectivamente o foram. Em 1172, a Ordem do Templo conhece nova diminuição dos seus territórios, dado que Monsanto é-lhes retirado em benefício da Ordem de Santiago que, no entanto, não assume a posse do castelo, o qual, em 1175, passa a depender do rei. A doação aos freires de Santiago, e a posterior apropriação régia, facto que ocorreu duas por duas ocasiões, primeiro com Abrantes e depois Monsanto, pode ser interpretada como um possível desinteresse por parte de ambas as Ordens em povoar aquela região. De facto, não existem documentos que permitam afirmar que a Ordem do Templo ou de Santiago incentivaram o povoamento na área de influência do castelo de Monsanto. Na década seguinte, em 1186, a Serra da Gardunha, anteriormente cedida à Ordem, fica na dependência do concelho da Covilhã. No diploma de 1194, com a doação de Guidimtesta aos Hospitalários, verificamos novamente uma amputação territorial, uma vez que esta doação implicava a sobreposição de territórios anteriormente atribuídos aos Templários. No entanto, e apesar de a Ordem do Templo ver os seus territórios subtraídos em favor de outras Ordens militares, continua a dominar o Médio Tejo.

Por conseguinte, quando observamos o mapa das doações feitas por Afonso Henriques e Sancho I, depreendemos que a hegemonia templária é substituída por novos poderes políticos e militares¹²⁵. De facto, a política de Sancho I, e no que diz respeito à questão jurisdicional das terras do Médio Tejo, fica marcada pela divisão e atribuição de territórios às várias Ordens. Se, na década de sessenta do século XII, eram os Templários que dominavam todos os territórios médio taganos, a partir da década de

¹²⁴ Vide Documento IV.

¹²⁵ Vide Mapa IX.

noventa assistimos a uma fragmentação territorial, na qual os Templários perdem a sua hegemonia em favor, sobretudo, dos Hospitalários e da coroa. O processo de redistribuição territorial e jurisdicional no Médio Tejo foi concomitante com a militarização da «linha do Tejo»¹²⁶.

Notamos, também, que, no último quartel do século XIII, a geografia das doações régias altera-se, verificando-se um decréscimo de doações aos Templários, e um aumento no número de doações na fronteira Leste, ou seja, junto ao rio Erges. Na nossa perspectiva, este decréscimo está directamente relacionado com o facto de a «linha do Tejo» ter perdido o seu carácter de fronteira. Concluímos, por isso, que as primeiras doações, atribuídas pelo rei Afonso Henriques e, que beneficiaram os Templários estiveram sobretudo relacionadas com imperativos estratégicos ditados pela necessidade de defender o território, e a linha de fronteira. Enquanto que durante o reinado de Sancho I, a coroa procurou reforçar o seu poder e posição redistribuindo territórios através de novas doações, que em muito amputaram o vastíssimo território que havia sido doados aos freires do Templo, e recuperando território, como é o caso de (já no final do reinado de Afonso Henriques) de Abrantes e Monsanto.

Assim, e na sequência sobretudo das primeiras doações, os Templários iniciam um programa construtivo de castelos e fortalezas¹²⁷, o qual, como a arquitectura e as fontes epigráficas nos indicam, parece ter sido construído de raiz, ou a partir de ruínas do período romano. Esta questão tem dividido os académicos, uma vez que não existem, ainda, estudos arqueológicos que possam dissipar as dúvidas existentes em torno destas construções. Os castelos situavam-se em pontos geoestratégicos, como os principais cursos de águas, as principais estradas ou em lugares longe dos centros urbanos. Fortificações como Almourol, isoladas dos grandes centros, e situada no Tejo, ou ainda Cardiga e Ozêzere asseguravam o controlo do trânsito fluvial deste rio, ao mesmo que protegiam a confluência com o Zêzere e Nabão e, desse modo, a vila de Tomar. A montante, situava-se outra importante estrutura militar essencial na defesa do Tejo, a fortificação de Ródão.

¹²⁶ Vide Frei Bernardo da Costa, *op. cit.*, n.º 39, pp. 242-244.

¹²⁷ Não nos deteremos sobre a importância, os pormenores, ou o carácter inovador das construções templárias, por considerarmos que já existem estudos detalhados sobre o tema. Assim, e sobre este assunto, consultar: Mário Jorge Barroca, «A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII», *Portugalia*, Nova Série, vols. XVII-XVIII, 1996/1997, pp. 171 *et passim*; Nuno Villamariz Oliveira, *Castelos Templários em Portugal*, Lisboa, Ésquilo, 2010. Este autor defende a reutilização de estruturas anteriores, nomeadamente Almourol, Ródão e Cardiga, p. 145.

A primeira estrutura militar a ser edificada pelos Templários, no espaço que nos ocupa, foi o castelo de Tomar, em consequência do abandono do castelo de Ceras, que já se encontraria muito destruído, ou talvez abandonado. A carta de doação permite-nos inferir que o castelo era anterior a 1159, pois na mesma podemos ler: «(...) castrum quod dicitur Ceras (...)»¹²⁸. Mas seria do período muçulmano, quiçá construído em taipa? O possível solucionamento da questão é ensombrado pela ausência de escavações e estudos arqueológicos. Efectivamente, já não existem vestígios arqueológicos visíveis desta estrutura. A última notícia que temos da sua existência física data do século XVI, quando o freire e cronista da Ordem de Cristo, Pedro Álvares Seco, acerca do castelo, escreve que «(...) ao tempo em que se fizerão as doações que se nelas conthem aa ordem do Templo, estava esta terra despovoada e nom avia em toda ella, das limitações das cartas a dentro, mais que o castelo de Çera, que estaa abaixo das Vendas de Çera duas legoas desta villa de Tomar, em hum outeiro, junto da Ribeira de Çeras e de hua aldeabque se chama dos Caluynos, que he casy em meo da limitação desta terra; e ora nom se vee delle mais que algus pedaços dos fundamentos (...)»¹²⁹. Séculos mais tarde, no final Setecentos, Viterbo declara não encontrar vestígios claros da fortificação¹³⁰.

Após a decisão de construir um castelo em Tomar, e o consequente abandono de Ceras, as obras iniciam no ano de 1160, como nos indica a inscrição gravada num lintel existente na entrada do castelo¹³¹. Esta fortificação apresentava-se como a principal estrutura defensiva na região em torno da vila de Tomar, onde orbitavam outras estruturas defensivas de menor dimensão, nomeadamente atalaias e torres. No que se refere às atalaias, a sua existência está comprovada na carta de foral atribuída à vila pelos freires do Templo, em 1162, onde se pode ler: «athalaias ponamus nos medietatem anni et vos medietatem»¹³². A passagem dá-nos conta da existência de um sistema defensivo na região tomarense. De facto, e no que concerne à região de Tomar, é possível identificar estruturas fortificadas que se prendem com imperativos estratégicos

¹²⁸ Vide *DMP*, doc. 271, pp. 344-345.

¹²⁹ Vide *MH*, vol. 1, doc. 4, nota 1, pp.10-11.

¹³⁰ Cfr. «Templeiros», Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...*, vol. II, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p. 591, onde se lê: «como o de Cêra, já então pouco mais tinha que o nome, pois hoje nem o sítio se mostra com certeza».

¹³¹ Cf. IN ERA M^a C^a LX^a VIII REGNANTE ALFONSO ILLUSTRISIMO REGE PORTUGALIS DOMNUS GALDINUS MAGISTER PORTUGALENSIUM MILITUM TEMPLI CUM FRATRIBUS SU(I)S PRIMO DIE MARCII CEPIT HEDIFICARE HOC CASTELLUM NOMINE THOMAR QUOD PREFATUS REX OBTULIT D[EO ET MILITIBUS TEMPLI], Vide Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Porto, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 230-234, inscr. n.º 104.

¹³² Cfr. *PMH, Leges*, p. 388-389.

de defesa das vias de comunicação, nomeadamente ao longo dos rios Zêzere e Tejo, da própria vila de Tomar e seus termos.

O esforço construtivo do castelo de Tomar fica demonstrado no facto de durante a década de sessenta não se conhecer qualquer outra construção, ou remodelação de um castelo templário. Com efeito, apenas em 1171, temos conhecimento do início da construção de outro castelo, o de Almourol. A construção desta estrutura tem levantado inúmeras dúvidas entre os académicos, pois alguns consideram que se trata de uma reconstrução/reaproveitamento de uma estrutura já pré-existente (provavelmente romana), outros consideram que a sua construção é de raiz. As fontes epigráficas têm apontado o ano de 1171 para o início da construção. No entanto, na carta de doação dos castelos de Zêzere e Cardiga (1169) já encontramos o topónimo *Almourol*, a delimitar os territórios, será que a estrutura já existia antes das obras templárias? Novamente, é impossível afirmar com certeza se a estrutura é anterior à conquista cristã, pois faltam dados arqueológicos que permitam apontar uma hipótese verosímil.

A década de setenta de Undecentos foi a mais rica no que concerne à construção de estruturas castelares no Médio Tejo. O impulso construtivo foi desenvolvido sobretudo, pelos Templários, pois nesse período encontramos os freires ocupados não só na construção de Almourol, como também na construção dos castelos de Cardiga e Zêzere, e ainda Idanha-a-Velha e Monsanto (note-se que, ao mesmo tempo, encontravam-se também a remodelar o castelo de Pombal, e a fazer alterações nos castelos de Penas Róias e Longroiva), como podemos concluir das inscrições epigráficas que nos deixaram¹³³.

O vigor construtivo que ocupou os Templários nesta década estará certamente relacionado com o fim da construção do castelo de Tomar, o que teria possibilitado uma redistribuição de meios humanos e económicos. Se analisarmos a situação geográfica destes castelos verificamos que não só tem propósitos defensivos de pontos estratégicos, como também são centros fundamentais no que diz respeito ao ordenamento do território.

Salientamos o facto de, ao mesmo tempo que, os Templários edificavam estruturas a jusante, na área de influência da vila tomarense, também construíam castelos a montante do Tejo, designadamente os castelos de Monsanto, em construção

¹³³ E(RA) M CC VIII (...) CONSTRUXIT CASTRUM PALUMBAR THOMAR / OZE-ZAR ET HOC Q(U)OD DICITUR ALMORIOL ET EIDANIAM ET MONTEM SANCTUM. Cfr. Idem, *ibidem*, vol. II, tomo 1, pp. 348-349, inscr. n.º 133.

no ano de 1171, que constituía um importante ponto de defesa de Idanha-a-Velha. Apesar de edificarem o castelo, a sua tutela sobre Monsanto foi transitória, pois, como referimos anteriormente, em 1172, o castelo é doado à Ordem de Santiago. A mesma Ordem no ano seguinte recebe o castelo de Abrantes, que no ano de 1179, de acordo com as crónicas cristãs, é atacado pelos Almóadas. O Tejo é igualmente assolado em 1190, esta forte ofensiva do exército almóada ficou marcado pelo ataque a Santarém, e pela travessia do rio em direcção a Tomar e Torres Novas.

Estas estruturas militares edificadas ao longo da «linha do Tejo», na segunda metade do século XII, mostraram-se, pois, essenciais aquando da forte ofensiva militar almóada, que marcou o último quartel do século, uma vez que travaram os avanços militares muçulmanos. No entanto, e em resposta aos acontecimentos militares que expomos, e que fizeram recuar a fronteira militar até ao Tejo, Sancho I inicia um novo ciclo de doações, favorecendo a ordem do Hospital. Assim, concede aos Hospitalários, em 1194, a herdade de Guidimtesta, com vastos territórios nas margens esquerda e direita do Tejo, como o objectivo de ali ser construído o castelo de Belver. Esta especificação, indicada na carta de doação, pode ter tido como objectivo resolver falhas defensivas na «linha do Tejo». É nesta perspectiva que interpretamos a doação aos Templários de Açafa, em 1199. Nesta região, hoje Ródão, a torre templária controlava o curso do rio, e as estradas de acesso à Beira Baixa, sendo por esse motivo vital na defesa da região. As doações de Sancho I, registadas na última década de Undecentos, na região Leste do vale tagano, marcam, portanto, uma tentativa de reforçar do ponto de vista militar uma área estratégica da «linha do Tejo».

Em suma, e no que diz respeito aos aspectos militares, podemos atestar que os Templários foram favorecidos, sobretudo, por Afonso Henriques e Sancho I, tendo constituído um vasto património territorial ao longo do curso do Tejo e na linha do rio Erges. O espaço onde se estabeleceram constitui uma fronteira ambivalente, numa primeira fase, ou seja, na segunda metade do século XII, face ao Islão, e numa segunda parte, durante a primeira metade do século XIII, face ao reino de Leão (como demonstram as doações dos castelos de Salvaterra do Extremo, Segura e Rosmaninhal, em 1244). À medida que o Tejo perde o seu carácter de fronteira, os freires do Templo passam a focar-se no ordenamento do território e na sua exploração económica, processo que é concomitante com o facto de a fronteira bascular para Leste.

Por conseguinte, podemos afirmar que, o papel que os Templários desempenharam em Portugal na segunda metade do século XII foi essencial, na medida

em que desempenharam três tarefas fundamentais, para a viabilidade do Reino: combateram o Islão, povoaram ou contribuíram para o povoamento cristão das terras conquistadas e defenderam as fronteiras, primeiro a «linha do Tejo», e outros importantes cursos fluviais, como o Zêzere, apoiados numa rede de castelos, e posteriormente a «linha do Erges».

IV. A ofensiva almóada no Médio Tejo a partir das crónicas árabes (anos 80 e 90 do século XII)

Os acontecimentos militares da dinastia almóada foram abundantemente glosados, em particular pelos cronistas de origem magrebina, que numa clara exaltação aúlica dos seus califas, narravam apenas os feitos que consideravam mais relevantes.

Procurando afirmar o poder califal no *al-Andalus*, os primeiros califas Almóadas organizam várias ofensivas militares com o objectivo de submeterem os poderes periféricos. O Médio Tejo não será excepção, dado que procuravam dominar e controlar o avanço militar do reino português. É nesse contexto de afirmação de poder político-militar que a região tagana será, sobretudo, no último quartel do século XII, palco de intensas campanhas militares narradas pelos cronistas árabes.

Durante os séculos XI e XII, o Médio Tejo constitui, no Ocidente peninsular, a fronteira entre o mundo cristão e o poder muçulmano. A região, como terra de fronteira, conhece poderes voláteis e conquistas efémeras, que certamente marcaram as populações locais. Em 1094, perante a ameaça militar da dinastia almorávida, al-Mutawakkil, rei da taifa de Badajoz, cede a Afonso VI as cidades de Lisboa, Sintra e Santarém que, mais tarde, serão conquistadas aos cristãos por Yusuf b. Tashfin. O poder de Afonso VI nestas cidades será breve, pois apesar de conceder foral a Santarém em 1095, a cidade será Reconquistada pelos Almorávidas em 1111. Anos mais tarde, perante o enfraquecimento desta dinastia, o emergente reino português conquista definitivamente Santarém em 1147. A tomada desta cidade constituiu para o poder muçulmano um forte revés no controlo do vale tagano, sendo por isso noticiado por Ibn Al-Athir, nos *Annales du Magreb et de l’Espagne*¹³⁴. Apesar do êxito da conquista, a cidade não abandonou o seu papel de fronteira, continuado a funcionar como elemento chave no controlo do rio Tejo pois, décadas mais tarde, a dinastia almóada protagonizará uma forte investida bélica contra a região tagana. Os Almóadas procuravam travar os avanços militares que Afonso Henriques e Sancho I faziam em território muçulmano. A forma mais eficaz de o fazer era atacar Santarém, que servia de base às incursões militares que assolavam o *al-Andalus*.

¹³⁴ O autor conta-nos que a cidade, e «toutes les places voisines» foram tomadas pelos Francos. Ibn Al-Athir, *Annales du Magreb et de l’Espagne*, [s.l.], Elibron Classics, 2006, p. 557.

De facto, durante a segunda metade do século XII, a cidade sofreu ataques muçulmanos. Ibn Sahib Al-Sala, na obra *Al-Mann bil-Imama*, narra-nos uma algara que os Almóadas teriam perpetrado contra Santarém no ano de 1165. A notícia conta que a expedição foi bem-sucedida, dado que os «derrotaron y saquearon, exterminándolos entre muertos e cautivos»¹³⁵. A acção almóada, claramente enquadrada na economia de guerra, procura por um lado a destruição dos recursos da região, por outro proveitos económicos, sobretudo através dos cativos, que iriam inundar os mercados de escravos de cidades como Sevilha ou Marraquexe. Apesar de nos narrar o sucesso da algara, a crónica não nos fornece qualquer informação sobre a organização ou itinerário da mesma. A referida fonte menciona ainda fossados cristãos que teriam sido protagonizados por cavaleiros oriundos de Santarém, e atacado a região de Afarate em Niebla, tendo sido derrotados¹³⁶. O autor também relata um fossado às cercanias de Badajoz, no qual Geraldo terá liderado uma «tropa numerosa de la gente de Santarem»¹³⁷. Os protagonistas dos fossados cristãos são, de acordo com a crónica, provenientes da cidade de Santarém, o que demonstra o poderio militar desta cidade. Salientamos que, e que apesar importância do acontecimento para os Almóadas, uma vez que o registaram, a cronística cristã não deixou memória escrita do acontecimento.

Relativamente ao Médio Tejo, as notícias mais ricas em descrições militares são as que narram os violentos ataques que ocorreram antes e em torno de 1190¹³⁸. As narrativas que mais pormenores nos fornecem são a de Al-Marrakushi, e a de Ibn Idhari. A primeira, escrita no primeiro quartel do século XIII, conta-nos o assalto à cidade de Santarém protagonizado por Abu Ya'qub Yusuf em 1184. Segundo o cronista, o califa saiu do Norte de África rumo a Sevilha, e daí até Badajoz, de onde seguiu em direcção ao Tejo, utilizando, naturalmente, os itinerários indicados pelos geógrafos¹³⁹. O cronista Al-Marrakushi conta-nos, ainda, o sucesso das algaras muçulmanas aos territórios a Norte do Tejo, como Tomar e Torres Novas, entre 1189 e 1191. Para a realização destes ataques o príncipe terá atravessado o Tejo; desconhece-se, no entanto, o local por onde o terá efectuado. Durante a campanha contra Tomar e Torres Novas, o seu exército terá

¹³⁵ Cf. Ibn Sahib Al-Sala, *Al-Mann bil-Imama*, est. preliminar, trad., e índices por A. Huici Miranda, Valencia, Anubar Ediciones, 1967, p. 75.

¹³⁶ Cf. Idem, *ibidem*, p. 91.

¹³⁷ Cf. Idem, *ibidem*, p. 150.

¹³⁸ Sobre as incursões almóadas ocorridas nas últimas décadas de Undecentos são de referência os estudos de Huici Miranda: «Las Campañas de Yaqūb al-Mansūr», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. V, Lisboa, 1954, pp. 53-74; «Los Almohades en Portugal», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. V, Lisboa, 1954, pp. 9-51.

¹³⁹ Cf. Al-Marrakushi, *op. cit.*, p. 210 *et passim*.

fustigado Santarém, pois ao descrever o seu castelo, o autor enaltece os seus «sólidos baluartes», e recorda que «esta fortaleza (...) es la má amplia de las ciudades en limites para los ojos y la de tierra más fértil»¹⁴⁰. O elogio cronístico remete para a componente militar e económica de Santarém, pois considera que se trata da maior e da mais importante cidade da região, e que é também aquela que detém a terra mais fértil. Apesar de nos apresentar um relato que narra os feitos militares da dinastia magrebina, Al-Marrakushi não ignora a tradição dos textos geográficos, pois recupera-os ao mencionar a riqueza do solo de *Shantarín*, uma das descrições mais associadas à cidade. Depreendemos das palavras do cronista uma relação directa entre o domínio do território, ou seja, as suas riquezas naturais (neste caso agrícola), e o poder militar. De igual modo, a crónica *al-Bayan* de Ibn Idhari é rica em notícias bélicas que terão ocorrido no *Gharb al-Andalus* na segunda metade do século XII. Tal como a crónica anterior, esta foi também redigida no século XIII, factor que poderá explicar o facto de haver muitas informações semelhantes. É Ibn Idhari que nos relata o ataque ao *hisn Funj*, situado no vale do Sorraia, o qual pela sua posição geográfica era estratégico na guerra de fronteira que opunham os cristãos e muçulmanos. Enquanto que para as forças cristãs constituía uma plataforma militar de avanço em direcção ao Sul, para o poder almóada era um *hisn* cujo controlo era essencial para submeter a cidade chave no controlo do Tejo, ou seja, Santarém.

A violenta investida militar ocorrida em 1190 contra o território português é narrada no *Bayan*, no qual o cronista conta que campanha teve início com os ataques a Silves e Évora. Em seguida dirigiu-se para Norte, em direcção a Santarém. O ataque foi infrutífero, e Yaqub atravessa o Tejo. Depois de penetrar em território cristão, manda «destruir lo que se encontró de edificios, alterar las aguas, arrancar las árboles, arrasar los sembrados y quemar todo lo que se podia destruir y hacer desaparecer por el fuego»¹⁴¹. A destruição sistemática e ordenada visava, certamente, produzir um efeito catastrófico na economia local, que tanto fomentava a acção militar cristã. A marcha destrutiva do califa continuou até alcançar o castelo de *Turrush*, situada a Norte do Tejo, a partir do qual, de acordo o *Bayan*, comandou algaras na região com o objectivo de «conseguir víveres»¹⁴² que permitissem a permanência dos seus exércitos na região. Depois de atacar o castelo de *Turrush*, o califa parte em direcção a *Taman*, onde inicia

¹⁴⁰ Cf. Al-Marrakushi, *op. Cit.*, pp. 122 *et passim*.

¹⁴¹ Cf. Ibn Idhari, *Al-Bayan*, p. 78.

¹⁴² Cf. Idem, *ibidem*, p. 78.

um assédio de cinco dias ao castelo/cidade¹⁴³, que, já sob o domínio dos Templários, resiste.

As sucessivas narrativas de Ibn Idhari em torno das actividades militares, quer cristãs quer muçulmanas, permitem-nos perceber o dinamismo militar da cidade de Santarém, pois em todos os fossados cristãos descritos na fonte árabe existem grupos militares provenientes desta cidade. Tratava-se de contingentes de «caballería» e de «jinetes y infantes»¹⁴⁴, que atacavam locais como Taliata, junto a Afarate, ou Niebla¹⁴⁵.

Os protagonistas das campanhas militares cristãs são, de acordo com o cronista, provenientes da «región de Santarén y de Lisboa»¹⁴⁶. Tal facto deve-se, certamente, à riqueza do solo da região que permitia suportar economicamente a guerra. Com efeito, a conquista de Santarém e Lisboa, em 1147, marca um ponto indelével na viabilidade da conquista portuguesa, constituindo-se a cidade escalabitana como essencial, pois se por um lado tinha excelentes recursos económicos (segundo a glosa de vários geógrafos árabes, era a região mais rica e fértil do *Gharb al-Andalus*), por outro, detinha uma posição geográfica estratégica no curso do Tejo. Este último factor era vital, já que controlar a cidade equivalia a controlar o curso do Médio Tejo, os caminhos fluvial e terrestre, essenciais do ponto de vista comercial, ao mesmo tempo que ligavam a região a outros centros urbanos e rurais.

Podemos concluir que foi a vitalidade da acção militar cristã, cujos fossados chegaram ao centro do *al-Andalus*, atacando inclusivamente a cidade de Sevilha, que fez com que os exércitos almóadas prontamente respondessem ao impulso cristão atacando, pilhando e cercando as cidades e os territórios recentemente conquistados por Afonso Henriques.

¹⁴³ Cf. Ibn Idhari, *Al-bayan*, p. 162.

¹⁴⁴ Cf. Idem, *ibidem*, p. 41.

¹⁴⁵ Cf. Ibn Sahib Al-Sala, *op. cit.*, p. 91.

¹⁴⁶ Cf. Ibn Idhari, *op. cit.*, p. 41.

Parte III

Algumas aproximações à Toponímia e ao Povoamento no Médio Tejo

I. Alguns problemas em torno da toponímia no Médio Tejo

A inclusão deste capítulo fica a dever-se ao facto de considerarmos que o estudo da toponímia nos permite, dentro de certos limites, apontar para possíveis redes de ocupação do espaço, ao nível de povoamento e das estruturas militares. Assim, e para que possamos mapear os vestígios da presença muçulmana no Médio Tejo, devemos não só consultar as fontes geográficas e cronísticas, mas também atentar na toponímia, já que, em última análise, o seu estudo revela-nos a memória da ocupação de um espaço.

Iremos somente considerar os topónimos nos textos árabes e na documentação cristã referente à cronologia de estudo. Esta escolha prende-se com o facto de muitos dos topónimos hoje existentes, apesar da origem etimológica árabe serem de época posterior. A existência de um topónimo árabe não significa a ocupação física de um determinado espaço, dado que muitos dos topónimos foram atribuídos depois da «Reconquista».

Assim, analisaremos em primeiro lugar os topónimos atestados nas fontes árabes anteriores ao século XII. Nos topónimos por nós coligidos encontramos, sobretudo, aqueles que se reportam aos núcleos populacionais de maior importância, como *Shantarin*¹⁴⁷, *Shirush*¹⁴⁸, *Ballata*¹⁴⁹, *Saklab*¹⁵⁰, *Montesanto*¹⁵¹, *Antaniya*¹⁵²,

¹⁴⁷ Topónimo cuja etimologia deriva de Santa Iria, mártir cujo corpo foi, segunda a lenda, arrastado pelo Tejo, sendo recolhido junto à cidade *Sacclabis*. O seu martírio data de cerca de 653. Assim sendo, à data da conquista árabe a cidade já teria o nome de Sanctaeiren, topónimo que aliás é documentado no ano de 958. Shantarin deriva da arabização do genitivo latino *Sanctae Irenae*. (Pedro Cunha Serra, «Da Hagionímia e da Hagiotoponímia Portuguesa», Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VIII, 1957, pp. 39 *et passim*; Idem, «Aspectos do português primitivo e sua adaptação em Formas Toponímicas colhidas de textos arábicos», Lisboa, [s.n.], 1961, p. 176 *et passim*; Avelino Jesus da Costa, «Santa Iria e Santarém. Revisão de um problema hagiográfico e toponímico», Sep. *Revista Portuguesa de História*, n.º14, 1972, pp. 1 *et passim*).

¹⁴⁸ Trata-se de um topónimo mencionado apenas por Yaqut, («es un de los distritos de Santarem, en al-Andalus», Gamal Abd Al-Kamir, *op. cit.*, p. 213). Alguns autores procuram identificar a forma árabe com a actual Vila Franca de Xira.

¹⁴⁹ O topónimo é-nos indicado por Idrisi («la provincia de la Ballata, donde están Santarem, Lisboa y Cintra», Al-Idrisi, *Geografía de España*, p. 163). A sua localização geográfica ficaria algures entre as *kurar* de Santarém e Lisboa. O topónimo pode ser identificado com o da actual povoação ribatejana Valada, situada no actual concelho do Cartaxo. O vocábulo terá derivado do ár. *al-balat*, «planície» (J. P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. I, p. 115), sendo que mais tarde o *b* ter-se-á transformado no *v* (David Lopes, *Nomes árabes de terras portuguesas*, colectânea organizada por José Pedro Machado, Lisboa, Publicação Comemorativa do Centenário de David Lopes, 1968, p. 107 *et passim*).

¹⁵⁰ Parece tratar-se de uma arabização da antiga designação da *ciuitas* romana. O topónimo é elencado por Al-Himyari. («un de los distritos de Santarem es el de Saklab», Al-Himyari, *op. cit.*, p. 235 *et passim*).

*Quluj*¹⁵³, *Turrush*¹⁵⁴, *Almenar/Taman*¹⁵⁵. Note-se que, praticamente todos se referem às cidades do *Gharb*. Tal amostra relaciona-se, seguramente, com o facto de os geógrafos árabes glosarem sobre as cidades, esquecendo, desse modo, os núcleos populacionais de menor dimensão.

Mas, a presença de topónimos árabes também pode ser atestada na documentação cristã coeva, sobretudo nas cartas de demarcação do século XII e XIII. Alguns desses topónimos sugerem a existência de comunidades arabo-berberes, principalmente a montante de Santarém, para os períodos anteriores à conquista, ou pelo menos no período que media entre a conquista e a atribuição da carta de demarcação.

Atentemos, então, e de forma cronológica, aos documentos cristãos emanados da chancelaria de Afonso Henriques e Sancho I: em 1159, é outorgada carta de doação do Castelo de Ceras (c. de Tomar) com seus limites a favor da Ordem do Templo¹⁵⁶; em

¹⁵¹ Referenciado na *Crónica do Moro Rasis* («muchos castillos (...) de los quales es Montesanto (...), e el outro es Arraches, e el outro es Malvan», M. Pidal, *Fuentes Cronísticas de la Historia de España. Crónica de Moro Rasis...*, p. 87). Pode ser identificado com Monsanto. Na mesma passagem, o autor enumera as cidades de *Arraches*, identificada com Arronches, e *Maluan*, que deriva do nome próprio árabe *Marwan*.

¹⁵² O topónimo *Antaniya* aparece-nos nas geografias do *Moro Rasis* e de *Al-Bakri*. Na primeira, o geógrafo refere que a «Exitania es muy antigua çibat» (M. Pidal, *Fuentes Cronísticas de la Historia de España: Crónica de Moro Rasis* [...], p. 86). *Al-Bakri* enuncia o mesmo ao descrever a orografia da região («en los montes de Antaniya», *Al-Bakri, op. cit.*, p. 38). *Antaniya* deriva da arabização do latim *Igaeditania* (J. P. Machado, *DOELP*, vol. II, p. 793).

¹⁵³ *Coruche* é um dos topónimos que mais controversia gerou entre os estudiosos, pois sempre colocou dúvidas ao nível da tradução do árabe. Hernández Jiménez considera que Huici Miranda traduziu erradamente o texto árabe, mencionando desse modo o topónimo *Fonch*. E indica como tradução correcta *Quluj* ou *Qulij*, o qual identifica como *Coruche*. (F. Hernández Jiménez, *op. cit.*, p. 330).

¹⁵⁴ Arabização do latim *Turrus*. O topónimo aparece-nos na crónica de *Al-Marrakushi*, (p. 233). No *Al-bayan* também existe uma referência («dirigiéndose al castillo de Turrus», p. 161). Este topónimo tem gerado discussão entre os autores, sendo que Huici Miranda o identifica como *Coruche*, excluindo desse modo, tratar-se de *Torres Vedras* ou *Torres Novas*. No entanto, cremos tratar-se de *Torres Novas*.

¹⁵⁵ É na crónica *Al-Bayan* que encontramos a referência a *Taman* ou *Almenar* (*Al-bayan*, p. 163). O topónimo tem sido identificado com *Tomar*, sendo que a passagem em questão se refere especificamente ao episódio do cerco de *Tomar* liderado por *Al-Mansur*, em 1190.

¹⁵⁶ Vide Documento I – Na carta encontramos os seguintes topónimos: *Ceras* – que na documentação do século XII, aparece como tratando-se de um castelo que é doado ao cavaleiros da Ordem do Templo. Trata-se também de uma ribeira, afluente do *Nabão*. Provavelmente o hidrónimo originou o topónimo referido na carta de doação de Afonso Henriques. *Ceras* terá a sua raiz no de lat. pl. neutro *Celia* > *Cera*, sendo *Ceras* o pl. em português. Os autores encontram relação entre o *Ceras* e o topónimo latina da antiga cidade de *Sellium* (Vide J. P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 390); *Kajjs* – *Ribeira de Cains*. Alguns autores têm identificado neste hidrónimo uma origem berbere. Derivaria de *Qayan*, uma tribo de árabes iemenitas (A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 154); *Ozezar* – hidrónimo que nos aparece na documentação emanada da chancelaria de D. Afonso Henriques grafado como *Ozezar*. A sua origem linguística é árabe. A sílaba inicial remete para a palavra árabe *od-* (ou *ode-*, ou *odi-*), que significa rio. O restante da palavra parece ter origem berbere, *zez* que significa «cigarra» (David Lopes, *op. cit.*, p. 175); *Murta* – *Ribeira de Murta*; *Fraxineta* – *Freixianda*. Do lat. *fraxinatu*, «freixial» (J. P. Machado, *DOELP*, vol. II, p. 671); *Beselga* – *ribeira de Beselga*. Deriva do lat. *Basílica*, ou seja, igreja cristã e que mais tarde recebeu o significado mais genérico de templo ou capela (J. P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 250).

1165, é concedida a carta de Idanha e Monsanto¹⁵⁷; anos mais tarde, em 1169, a Ordem do Templo recebe a confirmação da doação do Castelo de Tomar, a doação do castelo do Zêzere, do castelo da Cardiga e de uma vinha na foz do Zêzere, junto ao castelo¹⁵⁸; em 1173, o rei doa o castelo de Abrantes e seus termos à Ordem de Santiago¹⁵⁹; no ano de 1194, Sancho I doa à Ordem do Hospital a herdade de Guidimtesta onde deve ser construído o castelo de Belver¹⁶⁰; em 1197, o mesmo rei doa a cidade de Idanha-a-Velha e seus termos à Ordem do Templo¹⁶¹; a qual, em 1199, recebe em doação a herdade de Açafa¹⁶²; no segundo quartel do século XIII, em 1229, a cidade da Egitânia recebe foral, no qual estão limitados os seus termos¹⁶³.

¹⁵⁷ Vide Documento II – Elga – a sua origem é pré-romana, resultante de uma radical *Elg(u)-* ou *Er(g)(u)*. O linguista João Pedro Machado encontra no hidrónimo uma influência moçárabica (J. P. Machado, *DOELP*, vol. II, p. 572).

¹⁵⁸ Vide Documento III – Penela – do lat. *pinella* ou *penella*, dimin. de *pinna* ou *penna* (J.P. Machado, *DOELP*, vol. III, p. 1156); Alfeigiados – Alfeigiadoa. De origem árabe (J. P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 93); Tanchos – Topónimo que provavelmente deriva do celta *tenk*, «unir-se» (J. P. Machado, *DOELP*, vol. III, p. 1383); Almourel – De acordo com David Lopes, o topónimo deriva do lat. *moru*, «amoreira». O vocábulo é constituído pelo prefixo *al+**moru* (David Lopes, *op. cit.*, p. 166; J.P. Machado, vol. I, p. 108); Thomar – tem origem etimológica obscura. Cardica – deriva do fitotopónimo *cardo* (J. P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 351).

¹⁵⁹ Vide Documento – IV – Ablantes – Tem origem desconhecida. J. P. Machado apresenta como hipótese provável a origem celta, tratar-se-ia de *aber*, «confluência» (J. P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 33); Lombum – Lombão; Dalcolura – Topónimo identificado com Alcolobra, uma ribeira na freguesia do Tramagal, actual concelho de Abrantes. O hidrónimo terá evoluído para topónimo. Eduardo Campos e Joaquim Candeias Silva, no seu estudo sobre a toponímia no concelho de Abrantes, não consideram tratar-se de um topónimo de origem árabe, mas do latim *colubra* > *colobra* > *coobra* que significa «cobra», que só mais tarde teria recebido o prefixo *al*, originando *alcolura* (Eduardo Campos, Joaquim Candeias Silva, *Dicionário Toponímico e Etimológico do Concelho de Abrantes*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1987, p. 16 *et passim*) J. P. Machado, no seu dicionário etimológico, defende que *Alcolura* poderá derivar do ár. *al-qulula*, «esgalho de cacho» (J. P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 82); Arracef – Será Arrecife, do ár. *ar-racif*, «calçada, caminho pavimentado». O topónimo tem em sido identificada como Arreciadas, situado no concelho de Abrantes. Também no actual concelho de Abrantes encontra-nos o topónimo Arreces, cuja origem também é ár. *ar-ras*, «cabo, promontório» (J. P. Machado, *Vocabulário português de origem árabe*, p. 77); Almegion – Segundo David Lopes, deriva do ár. *al-megta'a*, «vau de um rio», David Lopes, *op. cit.*, p. 261. Tratar-se-á da localidade de Almegue em Constância?; Soor – Identificado como Ponte de Sôr ou Ribeira de Sôr. Parece ter a sua raiz no lat. *saurium* (J. P. Machado, *DOELP*, vol. III, p. 1364); Dalgudi – Algudi, de raiz ár. *al-gadir*, «alverca» (David Lopes, *op. cit.*, p. 5), Seur – Rio Sever. Deriva do antroponímico latino *Severus*

¹⁶⁰ Vide Documento V – Guidimtesta – A origem etimológico-linguística é obscura; Rosmarinal – Rosmaninhal; Aries – Ribeira de Eiras; Bando Maiore – Bando; Amendoa – Amêndoa; Thomalia – Ribeira de Tamolha; Aluegam – Os autores E. Campos e J. Candeias Silva consideram que se trataria de um hidrónimo que teria dado origem ao nome da localidade Alvega. Quanto à explicação etimológica, pensam que terá a sua origem no ár. *al-begaa*, «planície baixa» (Eduardo Campos, e J. Candeias Silva, *op. cit.*, p. 20). J. P. Machado, porém, considera tratar-se do da conjugação do artigo definido ár.*al+**vega*, forma vulgar de *veiga* (J.P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 115); Gaiam – Gavião; Franzira – Vale da Margem; Merlyza – Limpas de Merliça; Vitem – Ribeira de Vide; Seuer – Ribeira de Sever; Exarec – Ribeira de Enxarrique. Do ár. *ax-xariq*, «rasgão» (J. P. Machado, *DOELP*, vol. II, p. 568); Lupariz – Ribeira de Lupe, afluente da Ribeira de Aviz. Terá a sua origem etimológica no lat. *lupi*, gen. de *lupis*, «lobo» (J. P. Machado, *DOELP*, vol. II, p. 905); Turrem de Dardola – Microtopónimo não identificado; Iuncaoso – Juncal; Oleiros – Oleiros; Pedrogao – Pedrógão Pequeno; Tamolla – Ribeira de Tamolha.

¹⁶¹ Vide Documento VI.

¹⁶² Vide Documento VII – Açafa – segundo J. P. Machado trata-se de um topónimo de origem árabe. Existem várias explicações etimológicas: 1 – do ár. *aç-çaffâ*, «linha, fila, sebe, valado»; 2 – seria derivada

Ao estudar os limites indicados nas citadas cartas de demarcação podemos de imediato aferir algumas conclusões, pois neste conjunto documental encontrámos e identificámos um vasto e rico conjunto de topónimos, hidrónimos, zootopónimos e fitotopónimos, embora não tenhamos conseguido estabelecer ou apresentar uma origem linguística para todos. Destacamos que, na documentação cristã aqui apresentada, os limites territoriais definidos pelo rei são maioritariamente marcados por acidentes geográficos, quer sejam hídricos, quer sejam orográficos. A pouca utilização de topónimos na definição desses marcos territoriais tem levado muitos autores a confirmar a tese do eremamento, pois segundo eles, não haveria núcleos de povoamento nessas regiões. No entanto, consideramos ser possível antever unidades de povoamento nas cartas de demarcação para cronologias anteriores à conquista militar cristã do Médio Tejo, dado que alguns dos topónimos que encontramos atestam uma raiz linguística árabo-berbere¹⁶⁴ e moçárabe¹⁶⁵.

da ribeira de Açafal. Também pode significar «rochedo» (J.P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 38); Paracana – Ribeira de Pracana. Do moçárabe *pêro*, «pedra» + cana «branco» (J.P. Machado, *DOELP*, vol. III, p. 1209); Saxo – Seixo; Bostelim – Ribeira de Bostelim; Racefe – J. P. Machado, *Vocabulário português de origem árabe*, p. 117; Isna – Ribeira de Isna. Do ár. *hisn*, «castelo»; Tamolliam – Ribeira de Tamolha; Oleiros – Oleiro; Couilliana – Covilhã; Cambas – Cambas; Moncaual – Microtopónimo não identificado; Asina – Isna ?; Alpreadam – Mencionado na carta de Doação à Ordem do Templo de Açafa, em troca das igrejas de Mogadouro e Penas Róias, era um dos limites aquíferos da herdade da Açafa. Trata-se da ribeira de Alpreade, situada na Beira Baixa. O hidrónimo é composto pelo al-, artigo definido ár. e *preada*, que J.P. Machado indica derivar do lat. *plenata*, «cheia, plena» (J.P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 111), Tratar-se-ia, portanto, de uma arabização do latim; Merones – Microtopónimo não identificado; Cardoso – Vila Franca da Cardoso, hoje Castelo Branco; Figueiroo – Ribeira de Figueiró; Merlica – Lampas de Merliça; Mongaret – Microtopónimo não identificado. Terrom – Identificado como Nisa (Mário Barroca, «A Doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194», in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, Palmela/GESOS, 2009, p. 703); Alpalantri – Alpalhão, que seria a conjugação de artigo definido ár. *al*+*palha* (J.P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 109); Bensayam – Micro topónimo não identificado geograficamente. A sua raiz etimológica remete para uma origem onomástico-étnica árabe; Mola de Salor – Molhe, junto ao Rio Salor.

¹⁶³ Vide Documento VIII – Tortel - Rio Torto; Taleigas – Do ár. *ta'liqa*, «saco» (Vide J. P. Machado, *DOELP*, vol. III, p. 1379); Açor – provém do latim *acceptore*, que terá evoluído para aztor, que por influência moçárabica passou a açor (J. P. M., *Vocabulário português de origem árabe*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991, p. 28); Brunal – Microtopónimo não identificado; Arauil – Rio do Aravil – parece ter origem pré-céltica na forma *ar-* que significa «rio», e *avil*, «fraco» (J. P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 155); Monrrache – Serra da Monracha; Godina – Microtopónimo não identificado; Marmelal; Momoroqui – Microtopónimo não identificado; Almorton – resulta da forma híbrida de *al*+*motão*, aumentativo de mota? (J. P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 107); Tortum – Rio Torto?; Caniza – Do ár. *Kanisa*, ou seja, igreja ou templo de cristãos (J. P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 335; Proencia; Taaueyrol – Ribeira de Taveiró; Accffi – Ribeira de Ceife, do ár. *saiif*, «espada»?; Ocesa apresenta a mesma raiz que Oezar, e que remete para o ár. «rio». Cresa, no entanto, tem origem obscura (J. P. Machado, *DOELP*, vol. III, p. 1084); Alviela – hidrónimo cuja construção linguística é composta por *al* + *veila* que deriva do substantivo latino *vanela*, «canal de água» (J. P. Machado, *DOELP*, vol. I, p. 116).

¹⁶⁴ Fernando Branco Correia apresenta, para a região Idanha-a-Velha, alguns topónimos que considera serem de origem árabe, procurando, desse modo, confirmar a ocupação muçulmana (Fernando Branco Correia, «Egitânia / *Antanyia* e o domínio islâmico algumas hipóteses para o estudo de um território de fronteira», Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Fernandes (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo*

A região tomarense é rica em étimos cuja origem poderá recuar a períodos anteriores ao domínio muçulmano, como é o caso de *Beselga* – que nos surge documentada na carta de Doação do Castelo de Ceras, em 1159 –, cuja origem etimológica é, como vimos, moçárabe (deriva de *basílica*, igreja cristã), e que provavelmente remete para a existência de uma comunidade cristã anterior à conquista árabe do século VIII, a qual se teria mantido até à segunda metade do século XII. Ainda na mesma carta encontramos a referência ao «monasterium de Murta». É possível que a origem deste mosteiro fosse anterior à conquista e nesse sentido de origem moçárabe. Em torno do rio Nabão existem, ainda hoje, topónimos que atestam a existência de cultos religiosos anteriores ao domínio muçulmano, como Santa Susana, e São Paulo (patrono de uma serra local). Mas, ao culto religioso mais ligado à cidade tomarense será o culto de Santa Iria.

Na carta de doação de Abrantes aos cavaleiros de Santiago, datada de 1173, também foi possível atribuir aos topónimos que delimitam o território origens linguísticas árabes. Um dos étimos que claramente radica no árabe é *Arracef* – que significa calçada ou caminho pavimentado. Seria esta referência relativa a uma das partes físicas de um dos itinerários glosados pelos geógrafos árabes? A utilização de caminhos ou estradas para delimitar territórios é utilizada noutras cartas, designadamente na carta de doação de Ceras, na qual podemos ler: «in strata de Colimbria que audit ad Sanctaren»¹⁶⁶, ou na carta de doação da Egitânia em 1129, onde lemos: «calçadam de Alcantara»¹⁶⁷. Tais referências corroboram as repetidas alusões dos geógrafos árabes à rede de estradas que era utilizada no *Gharb*.

Um dos aspectos que podemos encontrar nestes documentos é as menções a topónimos de origem árabe que apontam para a existência de estruturas militares. Na carta da doação do vasto território de Açafa, surge-nos *Isna*¹⁶⁸ ou *asina* (Asno) (que em ár. significam castelo), os quais designam hidrónimos onde muito provavelmente se

e o Douro (séculos VIII a XIII), Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 80 *et passim* (pp. 77-90); Também Sílvio Alves Condes estabeleceu igual exercício para a região de Tomar (Sílvio Alves Conde, «Fronteira, guerra e organização social do espaço: o Vale do Tejo entre muçulmanos e cristãos (séculos IX-XIII), *op. cit.*, p. 43 *et passim*; ainda do mesmo autor, «Ocupação humana e polarização de um espaço rural do Gharb Al-Andalus. O Médio Tejo à luz da toponímia árabe», p. 353 *et passim*.

¹⁶⁵ Relativamente ao fenómeno moçárabe consultar: José Mattoso, *op. cit.*, pp. 19-34.

¹⁶⁶ Vide Documento I.

¹⁶⁷ Vide Documento VIII.

¹⁶⁸ No Médio Tejo, para além da Ribeira de Isna, indicada numa carta de documentação do século XII, existem as localidades de Nova Isna e Ponte de Isna.

situariam estruturas fortificadas. Estes pequenos *husun* fariam parte de uma vasta rede de estruturas militares, que incluiriam *talai'a* (atalaias)¹⁶⁹ e *buruj* (torres) organizadas em torno de fronteiras ou vias de comunicação naturais como rios ou ribeiras, as quais estariam dependentes dos núcleos populacionais mais importantes ou de uma fortaleza de grande dimensão (*qala'a*).

Na doação de Açafa, é apontado o topónimo *Bensayam*, cuja origem árabe é indiscutível, pois trata-se de um antropónimo, ou de uma referência à proveniência clânica. Reportaria a menção de tal étimo à memória oral de uma comunidade de origem árabe ali existente? A raiz do étimo *Ben* tem proximidade linguística em muitos topónimos existentes actualmente na região Médio Tejo¹⁷⁰. Se considerarmos que todos esses topónimos teriam origem em clãs arabo-berberes estaríamos perante a existência de vários grupos, cuja colonização teria ocorrido, provavelmente, nos séculos VIII e IX.

Na actual Beira Baixa, também encontramos topónimos de origem árabe, como *Caniza* – indicado no foral da Egitânia, datado de 1229 –, que significa igreja ou templo cristão, e que poderá indiciar uma presença humana na região durante o período anterior ao século XII, uma vez que, no nosso entender, tal topónimo só podia ser atribuídos por muçulmanos a igrejas cristãs sob o seu domínio. Ainda no mesmo foral, é mencionado como ponto de referência geográfica «sancta Mariam de Almorton»¹⁷¹, santuário ou local de culto moçárabe que, através da arqueologia, sabemos ser anterior ao século VIII. Seriam *caniza*, cujo orago desconhecemos, e Sancta Mariam de Almorton dois centros de religiosidade moçárabe? Seriam estas igrejas centros polarizadores de comunidades rurais? A existência de um culto a Santa Maria é conhecida noutras regiões do *Gharb*, nomeadamente em *al-Harun*, tal como é conhecida a *kanisat al-gurab*¹⁷², Igreja dos Corvos, em Sagres. Tais exemplos demonstram ser possível a existência de comunidades moçárabes na região de *Antaniya*. Essas comunidades seriam, como vimos rurais, pois como nos narram os geógrafos árabes nessa região não

¹⁶⁹ Apesar de este topónimo não nos aparecer indicado nas cartas na região do Médio Tejo existem actualmente inúmeras localidades designadas por Atalaia, como em Vila Nova da Barquinha, Casal das Atalaias, Tomar; Atalaia Cimeira e Atalaia Fundeira, Abrantes; Cabeça de Atalaia, Abrantes, Ponte da Atalaia, Vila do Rei.

¹⁷⁰ A. H. de Oliveira Marques, «O Portugal Islâmico», in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II – *Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”*, coord. A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença, 1993, p. 140 *et passim*.

¹⁷¹ Vide Documento VIII.

¹⁷² Vide Yaqut, *op. cit.*, p. 95.

predominam as cidades, somente castelos, que certamente controlariam esses núcleos de povoamento.

Os hidrónimos, que designam tanto as pequenas ribeiras como os grandes rios, são as referências mais frequentes nos documentos estudados. Alguns deles, apresentam uma origem árabe, como é o caso de Ozezar, ou Ocresa, que apresentam na sua raiz a forma árabe *od-*. A origem linguística de muitos dos rios do *Gharb* conserva, ainda hoje, os vestígios da presença árabe¹⁷³.

A documentação referente às cartas de demarcação permite-nos conhecer muitos étimos de origem moçárabica, como, *Almourol*, *Pracana*, *Alpalhão*, ou *Alpreade*, que resultam de vários séculos de convivência linguística entre os falantes do árabe e do romance.

Os vários étimos que destacámos nas fontes coevas por nós coligidas apresentam, como anteriormente procurámos demonstrar, uma grande variedade linguística. Tais étimos auxiliam-nos no exercício de, por um lado, procurar conhecer as origens étnicas das populações locais, dado que a toponímia legou vestígios linguísticos arábicos e moçárabes e, por outro, as suas formas de povoamento, que julgando pelas cartas de demarcação territorial, seria rural e disperso.

¹⁷³ A título de exemplo, a versão medieval do rio Odiana, hoje Guadiana. Curiosamente, na margem esquerda deste rio, na actual Andaluzia, praticamente todos os grandes rios, como Guadalquivir, tem a mesma raiz que Guadiana.

II. Algumas aproximações ao povoamento no Médio Tejo

Depois de conquistada, militarizada e estabilizada, a «linha do Tejo» conhece, a partir do último quartel do século XII, através de vários agentes, nomeadamente os Templários, incentivos ao povoamento¹⁷⁴, principalmente a jusante do Tejo, e nos vales do Nabão e do Zêzere. Com efeito, os seus principais povoadores foram os freires do Templo, pois ao mesmo tempo que construíram castelos; promoveram o povoamento e a exploração económica da terra; instituíram enquadramentos civis e judiciais às populações, através da atribuição de cartas de foral. O primeiro documento a regulamentar a fixação de populações foi outorgado pelos freires do Templo, apenas dois anos após o início da construção do castelo de Tomar, em 1162. Este diploma visava atrair populações a uma região de fronteira. No mesmo espaço geográfico, e igualmente atribuídos pelos Templários, foram outorgadas as seguintes cartas de povoamento: Castelo do Zêzere e Vila de Carvalhal de Ceras¹⁷⁵.

Assim, e ao mesmo tempo que, os Templários se afirmavam como promotores da fixação de grupos populacionais diversos nas suas cidades através da emanação de forais, constituíam um vasto património fundiário, através de doações particulares, sobretudo testamentárias. De facto, a partir do último quartel do século XII, verificamos que a Ordem começa a receber diversas propriedades. As doações testamentárias que beneficiavam os Templários são uma constante, pois, como notámos anteriormente, a Ordem desde os primeiros anos que se instalou em Portugal recebeu inúmeras doações, as quais, como procurámos demonstrar, foram indispensáveis na constituição de um rico património fundiário que lhes conferiu poder e prestígio. Mas se as primeiras doações atribuídas aos freires do Templo ocorreram imediatamente após a entrada desta Ordem em Portugal, como vimos em capítulo anterior, na região do Médio Tejo, as primeiras doações particulares conhecidas datam do último quartel do século XII, concretamente de 1172. Estas doações são, portanto, posteriores ao início do processo de construção de estruturas defensivas na região, e à atribuição de forais, que procuravam atrair e fixar as

¹⁷⁴ Neste capítulo não analisaremos as medidas ou incentivos de povoamento desenvolvidos pelo rei, como é o caso de Abrantes. Do mesmo modo, não nos focaremos nos territórios pertencente à Ordem do Hospital, pois como sabemos o seu cartulário sobrevivente é muito parco em informações relacionadas com o problema que aqui procuramos tratar.

¹⁷⁵ O foral da vila de Castelo do Zêzere foi outorgado em 1162 (vide *PMH, Leges*, p.385). A Vila de Ceras recebeu foral em 1178 (ANTT, *LN/LM*, fls. 77v-78).

populações. Por esse motivo, podemos inferir se estas doações não se relacionam com um possível sentimento de segurança na fronteira, e um consequente assentamento das populações.

No cartulário sobrevivente da Ordem do Templo encontrámos vinte e nove documentos de natureza contratual, relativos especificamente ao Médio Tejo para a cronologia do nosso estudo. Este conjunto documental demonstra o papel que os Templários tiveram na dinamização do povoamento incentivando a economia local, sobretudo através da exploração económica de terras doadas e compradas, estabelecendo para o efeito contratos de enfiteuse, como aforamentos. O património templário foi igualmente enriquecido com escambos. Os diplomas emanados da chancelaria templária apresentam, por conseguinte, as seguintes tipologias: doações, compras/vendas, contratos de enfiteuse, escambos e cartas de composição.

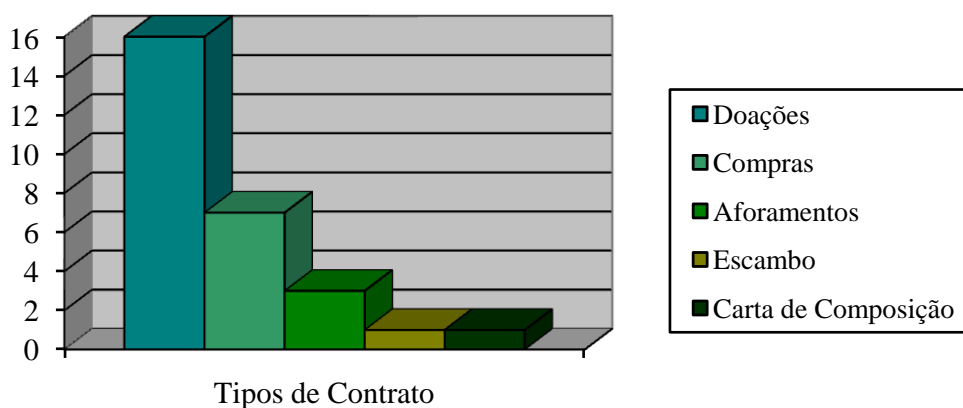


Figura I – Tipologia de contratos presentes na chancelaria da Ordem do Templo no último quartel do século XII e a primeira metade do século XIII

A maioria refere-se a doações particulares, com um total de dezasseis. As compras apresentam menor expressividade, com sete casos. Com número muito inferior de ocorrências temos de três aforamentos, e apenas um escambo e uma carta de composição. Note-se que tão considerável número de doações nos anos subsequentes à construção do castelo e à atribuição do foral permitem-nos concluir que existia em Tomar e no seu termo população proprietária de bens, sobretudo imóveis, suficientemente próspera para que os pudesse deixar em testamento aos freires. Indicia isto a presença de um povoamento disperso de base latifundiária no termo de Tomar, o qual provavelmente remontava ao período muçulmano? Seriam as herdades, almuinhas,

quintas e herdades doadas ao Templo na segunda metade do século XII herdeiras das *day'a* muçulmanas a que os autores se reportam? Existem vestígios linguísticos de moçarabismo na região, seriam as propriedades provas da existência de comunidades rurais moçárabes que se mantiveram com a conquista cristã?

Ao mesmo tempo, constatamos a tentativa, por parte dos freires do Templo, de angariar património através de compras concentradas na região tomarense, seja intra, extra muros ou arrabaldes, o que mais uma vez nos faz supor a existência de património imóvel na região explorado por comunidades, sobretudo rurais, que já deteriam tal património há tempo considerável para que a partir das décadas de 70 e 80 o vendessem. Nesse sentido, e dada a existência de património, parece-nos legítimo supor que o povoamento em torno de Tomar é anterior à conquista da cidade, e que portanto, as comunidades submetidas ao poder muçulmano se mantiveram no mesmo espaço após a conquista e doação da cidade aos Templários que através de foral que as enquadraram juridicamente no novo sistema político-administrativo.

A partir da nossa amostra documental, podemos ainda notar a diversidade de propriedades transaccionadas entre particulares e a Ordem do Templo, entre as quais casas, olivais, herdades, almuinhas, quintas, casais, vinhas, matas e albergarias. A sua aquisição foi feita principalmente através de doações e de compras, como podemos visualizar nos gráficos que abaixo se apresentam. O primeiro refere-se às doações particulares.

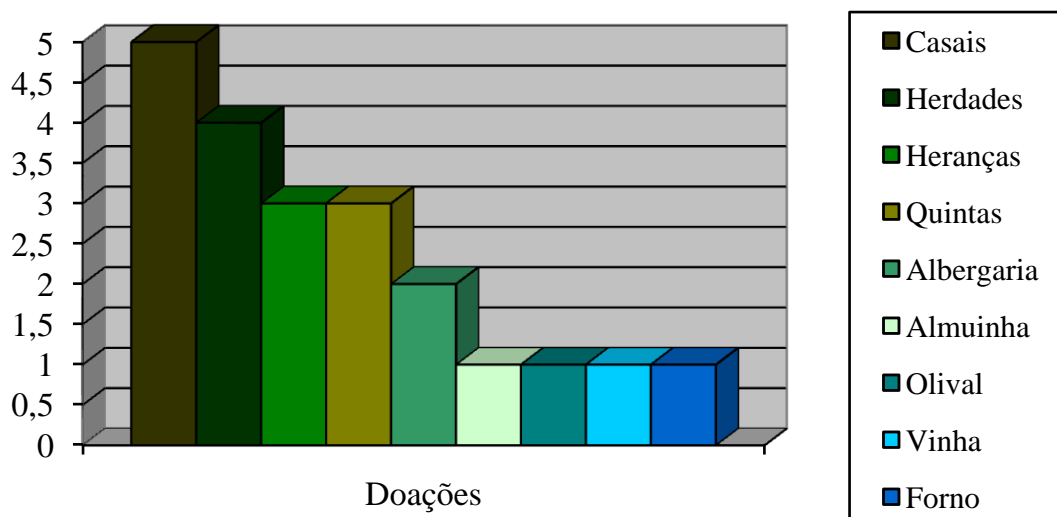


Figura II – Conjunto de doações particulares à Ordem do Templo

De acordo com o gráfico, verificamos que a Ordem recebeu em doações o total de vinte e um bens. No conjunto das doações recebidas encontram-se: cinco casais,

quatro herdades, três heranças, três quintas, duas albergarias, duas partes de bens, uma almuinha, um olival, uma vinha e um forno. As unidades de exploração rural são as mais doadas, com catorze casos (cinco herdades, cinco casais e três quintas, uma almuinha). Os freires receberam, ainda, duas unidades de exploração agrícola destinada ao cultivo da vinha e da azeitona, e um forno, estrutura destinada à transformação de produtos primários. A variedade de bens doados à Ordem está profundamente ligada ao mundo rural, o que nos demonstra que a economia local assentava em pequenos núcleos populacionais (*qura* e/ou *dya'a'*?) organizados em torno da produção agrícola cujas riquezas certamente seriam escoadas para o centro urbano. Estas numerosas doações permitiram que os Templários se tornassem grandes terratenentes na região tomarense, dominando e explorando as unidades de exploração agrícola locais, ao mesmo tempo que se tornavam senhores de terras povoadas.

Nos diplomas emanados da chancelaria templária encontramos, geralmente, notícia de um outro tipo de património doado, que não propriedades, como dinheiro ou armas. A doação deste tipo de bens é bastante comum, como podemos conferir pela consulta da documentação coeva. Em 1143, Mendo Moniz doa aos Templários, para além de uma herdade, um cavalo, uma cota de malha e armas¹⁷⁶, e Paio Dias, em 1164, doa em testamento parte dos seus bens, entre os quais dinheiro, um cavalo, e armas¹⁷⁷.

O gráfico seguinte indica a quantidade e o tipo de propriedades compradas.

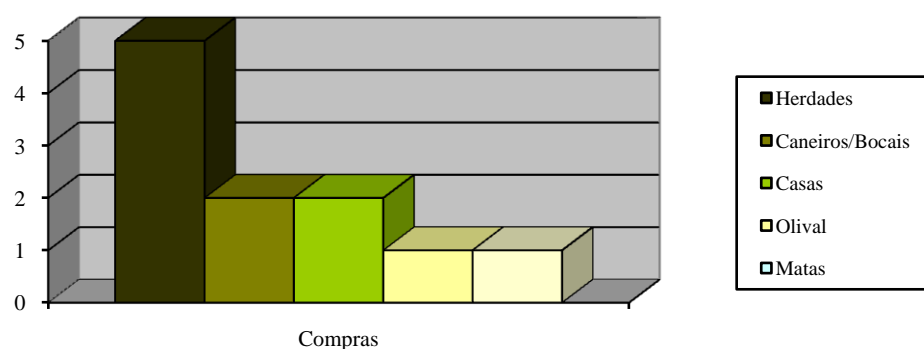


Figura III – Compras efectuadas pela Ordem do Templo

¹⁷⁶ ANTT, *Gavetas*, VII, mc 10, doc. 6.

¹⁷⁷ ANTT, *LN/LM*, fol. 45v, onde se lê: «milites accipiant meo cavallo et meas armas si (...) non habuero cavallum ipsi frates templi accipiant triginta morabitos».

Analisando os dados, concluímos que, apenas foram realizadas onze compras, sendo que entre estas se encontravam cinco herdades, um conjunto de caneiros e bocais (utilizados nos sistema de irrigação), duas casas, um olival e uma mata. Se atentarmos à cronologia das compras, verificamos que estas, de acordo com os documentos sobreviventes, apenas tiveram início na década de 80 do século XII. A aquisição de bens no Médio Tejo começou em 1178 quando a Ordem compra a Domingos e Sancha um olival, no termo de Tomar. Pedro Cativo vende à Ordem uma casa, sita fora das muralhas da mesma cidade, na rua da Corridoura. Na venda seguinte, os Templários compram uma casa em Balistenis, situada, igualmente, fora dos muros da cidade. Em 1192, por intermédio da compra efectuada a Pero Pires, a Ordem adquire uma herdade em Cerzedo, termo de Tomar, e uma década mais tarde compra uma herdade localizada na Mata dos Casais¹⁷⁸. Notamos, portanto, a intenção de procurar adquirir património edificado na cidade de Tomar, ou nos seus arredores, onde os freires haviam instalado a sua sede. Assim, se atentarmos nos diplomas relativos às compras efectuadas pelo Templo, verificamos que todas as propriedades transaccionadas se situam no termo de Tomar. Concluímos, por isso, que a Ordem do Templo, através da compra de bens, fosse de uma unidade de exploração agrícola, fosse de uma qualquer propriedade edificada, procurava claramente constituir um património diversificado e aglomerado em torno da cidade tomarense. A tentativa de concentrar património num determinado local permitiria a constituição de um monopólio no que se refere à administração e exploração dos bens, sobretudo imóveis.

Os bens patrimoniais adquiridos em menor número, designadamente os canais/bocais, situados no Alvaragel (termo de Tomar), remetem para o importante papel que os Templário desempenharam na modificação da paisagem (neste caso o desvio e a canalização das águas do rio) com o objectivo de transformar e fomentar actividades agrícolas. Temos notícia de um outro documento presente na chancelaria dos freires relativo a canais. Trata-se de uma carta de composição, celebrada entre a Ordem do Templo e o prior do Convento de Santa Cruz¹⁷⁹.

No período cronológico que o nosso trabalho ocupa, o aforamento foi usado somente em três ocasiões, tendo sido aforadas três herdades. O primeiro contrato desta natureza celebrado na região ocorreu em 1184. Neste diploma a enfiteuse é sobre uma herdade, situada no termo de Tomar. O segundo contrato, datado de 1222, é referente a

¹⁷⁸ Vide Tabela II.

¹⁷⁹ Vide Tabela II.

uma herdade localizada na Fonte do Carvalho, termo de Beselga. O último aforamento, acordado em 1246, foi celebrado entre o Mestre da Ordem e os habitantes da herdade de Casével¹⁸⁰.

O parco número de diplomas relativos a este tipo de contratos pode, em nosso entender, estar relacionado com o facto de a maior parte dos documentos relativos à Ordem do Templo serem cópias modernas dos documentos originais. Nesse sentido, os copistas da Ordem de Cristo teriam apenas traslado os documentos que consideravam mais relevantes, ou pelo tipo de propriedade ou pela sua proveniência. Assim, os documentos de enfiteuse, geralmente relativos a períodos de aforamento muito precisos quanto à especificação do tempo do contrato, normalmente válido no período de uma vida, ou gerações, não seriam copiados por já não representarem importância significativa para quem os copiou, ou porque o seu prazo de validade contratual já não estava válido, ou por não ser necessário justificar a pertença de tais propriedades, ou a realização de tais aforamentos.

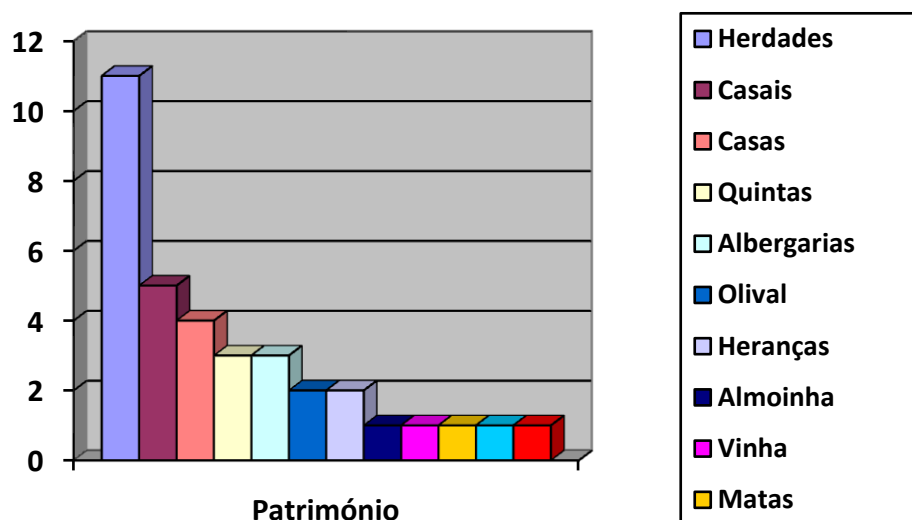


Figura IV – Tipologia de bens e/ou propriedades, pertencentes à Ordem do Templo no Médio Tejo, adquiridos através de compra e/ou doação

Os gráficos supra apresentados mostram-nos o vasto património que a Ordem do Templo detinha no Médio Tejo, o qual era constituído por uma grande variedade de propriedades e bens, tais como herdades, casais, quintas, albergarias, heranças, olivais, almuinhas, vinhas, matas, fornos, caneiros e bocais. Do mesmo modo, verificámos que

¹⁸⁰ Vide Tabela II.

a quase totalidade do património templário teve origem em doações particulares; que foram efectuadas apenas dez compras, e três aforamentos. Esta forma de enfiteuse, apesar de neste período ainda ter pouca relevância entre os contratos efectuados pelos Templários teve particular importância na exploração económica da terra, como podemos comprovar pelo aforamento mais antigo de que temos conhecimento para a região do Médio Tejo. Trata-se de um documento datado de 1184, no qual a Ordem afora Salvador Penício e Pelágio Mouro, uma herdade junto a Tomar, no lugar chamado Casal das Éguas. Segundo o contrato celebrado entre as partes, estes tinham de dar aos aforadores 1/4 de pão e vegetais, 1/8 de vinho, azeite e linho, caso construíssem um moinho tinham de entregar 1/5 de pão, todavia, eram excluídos de participar no fossado ou de auxiliar na reparação das muralhas da cidade de Tomar¹⁸¹. A excepção atribuída aos foreiros de participar na reparação das muralhas da cidade, ou no esforço de guerra (*fossatum*), parece-nos interessante porque, na nossa perspectiva, demonstra a importância que exploração agrícola e os rendimentos que desta resultavam significava para a Ordem, sobretudo se considerarmos a variedade de produtos enunciados no diploma. Os aforamentos estabeleciam a entrega de parte dos rendimentos provenientes da exploração de determinada herdade ou outra propriedade, como podemos verificar na carta de aforamento da herdade na Fonte do Carvalho, Beselga, na qual se determinava a entrega aos freires de galinhas e ovos. Documentos como este fornecem-nos inestimáveis informações sobre a produção agrícola desenvolvida na região, sendo que neste caso encontramos o azeite, o cereal, os vegetais, a vinha. No que concerne à produção de azeite, possuímos outros dois documentos nos quais existe a transacção de um olival, sendo que num caso se trata de uma compra e noutro de uma doação. A compra da vinha localizada no termo de Tomar ocorreu em 1178, e foi feita a Domingo e Sancha, sua mulher¹⁸². Na doação de 1229, os Templários recebem um olival em S. Martinho¹⁸³.

Relativamente à exploração da vinha, esta parece ter sido relevante no conjunto de produtos agrícolas cultivados pelos Templários, e conseqüentemente uma importante fonte de rendimento, uma vez que o documento anteriormente citado não é o único caso onde a vinha é referida. No entanto, e apesar de conhecermos exemplos vários que confirmam a exploração vinícola, desconhecemos se os excedentes se destinavam ao

¹⁸¹ Vide ANTT, *Gavetas*, VII, mc. 9, doc. 14. No diploma podemos ler: «(...) Nec unquam eant in fossatum nec ueniant ad facere murum (...)».

¹⁸² Vide Tabela II.

¹⁸³ Vide Tabela II.

comércio interno ou externo. Encontramos, igualmente, menções a viticultura na carta de doação do Castelo de Zêzere e do castelo de Cardiga, no qual se faz alusão à existência de uma vinha junto ao castelo de Zêzere. Do mesmo modo, na doação de Abrantes, um dos limites indicados é uma vinha pertencente aos freires da Ordem do Templo. Na centúria seguinte, os Templários recebem em doação duas vinhas, uma situada em S. Fins¹⁸⁴, e outra na região do Ozêzere¹⁸⁵. No diploma referente à última doação, no qual são enunciadas as quintas, a vinha, a casa e o dinheiro doados ao Templo, surge-nos, igualmente, um inventário de bens de natureza militar, entre os quais se encontra: «*meum caballum inseletum et infreratum et meam lorica meliorem et meas caligas (...) et meum scutum et meam lanceam et meam spatam et meum elmum et meos perpontos (?) de meo et corporis mei et meum temptorium ispsi frates templi accipiant triginta morabitinos*»¹⁸⁶.

A Ordem detinha ainda estruturas de transformação como moinhos e um forno. Os primeiros situavam-se no Touvede do Alviela, como podemos atestar na doação régia de 1157¹⁸⁷. Anos mais tarde, no foral de Ozêzere outorgado pelos freires, fica instituída a construção de moinhos, como se pode ler: «*(...) fecerit molinos in ribeiros habeat illos (...)*»¹⁸⁸. Em 1179, Oiroe (?) e sua mulher Toda Mendes doam aos Templários uma herança, sita em Moinhos do Prado, termo de Tomar, onde já existiam moinhos, como atesta o documento, que haviam sido feito pelos freires da Ordem. Deprendemos, por isso, que a sua construção tenha ocorrido entre a fixação dos Templários na cidade, ou seja, o ano do início da edificação do castelo e a data da doação. As sucessivas menções que referem a existência de moinhos em domínios Templários sugerem que estas estruturas serviriam para transformar, sobretudo, cereais que os freires recebiam através, por exemplo, de dízimos. A segunda estrutura, um forno situado em Tomar, integrou o património da Ordem em 1229, através de doação privada.

Um dos bens pertencentes ao Templários presentes na chancelaria da Ordem é a albergaria (para o período analisado são conhecidas três). A sua existência entre o

¹⁸⁴ Vide ANTT, *OC/CC*, cód. 234, fls. 81v-82v.

¹⁸⁵ Vide ANTT, *LN/LM*, fls. 113-114v.

¹⁸⁶ Vide ANTT, *LN/LM*, fls. 104-104v.

¹⁸⁷ Vide *DMP*, vol. I, doc. 262, p. 325. Onde lemos, «*(...) facimus cartam testamenti etque donationes (...) octo molendinis qui sunt in duobus azudes de Touuede de Aluenela et de omnibus alijs quos in ipsis duobus azudes hedificare potueritis. Damus itaque atque concedimus Deo et uobis ipsos molendinos tali pacto et conditione ut eos edificandi curam habeatis ex eo quicquid idem molendini lucrati fuerint et quod remanserit per médium habeamus (...)*».

¹⁸⁸ Vide *PMH, Leges*, vol. I, p. 403.

património templário remete para uma das suas funções basilares, a assistência. Assim, encontramos a Ordem a doar a Paio Farpado, no ano de 1188, o lugar da Ceiceira para aí manter uma albergaria, a qual deveria receber peregrinos ricos e pobres¹⁸⁹. No século XIII, a Ordem do Templo volta a doar albergarias no lugar de Casével¹⁹⁰.

No período que nos ocupa, a Ordem do Templo angariou considerável riqueza patrimonial através das doações de populações que se fixaram na região do Médio Tejo. O património adquirido, através de vários tipos de contrato, como vimos anteriormente, apresenta uma geografia muito concentrada, dado que as diversas propriedades e bens se situam, principalmente, no termo de Tomar. Outra característica importante é o facto de, na sua grande maioria serem bens imóveis rústicos, e nesse sentido, muito ligados à exploração económica da terra, embora como procuramos pontualmente demonstrar, os freires do Templo recebem-se a par de herdades ou quintas outro tipo de bens, como dinheiro ou armas. Note-se, igualmente, que uma percentagem muito significativa das doações foram feitas em testamento, ou seja, revertiam para a Ordem após a morte do doador. Existiram, porém, ocasiões em que as doações foram feitas *in vita*, nesses casos cabia à Ordem garantir assistência e protecção ao doador, como aconteceu em 1194¹⁹¹ ou 1247¹⁹². Novamente, verificamos o desempenhar de acções assistências por parte dos Templários.

O estabelecimento de comendas foi uma das medidas tomadas pelos Templários que mais directamente procurou incentivar ao povoamento e à fixação das populações. Na região do Médio Tejo foram instituídas várias comendas, nomeadamente as de Tomar, Almourol, Cardiga, e Ceras. Quando em 1321 se inventariaram todas as comendas pertencentes à Ordem do Templo, para a região de Tomar, foram enumeradas as comendas de Pias, Prado, Beselga, Paul, e Tomar. As comendas estavam organizadas de forma a fomentar a exploração agrícola das terras adquiridas, quer através de doação, compra e venda ou permuta. Nas comendas eram cultivados diferentes produtos, como pudemos perceber pelos exemplos supra citados, entre os quais se encontram vinha, oliveira, vegetais, linho, cereal, e criados diversos animais, como galinhas, cavalos, ou vacas e porcos. Paralelamente à exploração dos produtos agrícolas ou da criação de animais, as comendas procuravam a organização e dinamização de centros populacionais

¹⁸⁹ Vide Tabela I.

¹⁹⁰ Vide Tabela I.

¹⁹¹ Vide ANTT, *LN/LM*, fol. 104v.

¹⁹² Vide ANTT, *LN/LM*, fol. 36.

Assim, e perante este conjunto de dados, cabe-nos interrogar se as unidades de exploração agrícola, tais como as herdades ou almuinhas, presentes nos contratos, de compra e/ou venda e de enfiteuse, indiciam uma permanência da populações locais depois da «Reconquista»? Nesse sentido as terras que ora vemos exploradas teriam pertencido as anteriores comunidades rurais de origem moçárabe (os *rumi*) de que nos falam geógrafos árabes como Ibn Hawqal? Estariam essas comunidades organizadas em modelo de ocupação do território baseadas nas aldeias muçulmanas, ou seja, núcleos produção agrícola e concomitantemente unidades fiscais.

Ao mesmo tempo que a Ordem do Templo constituía o seu património na região, também o poder régio incentivava ao povoamento e à fixação de populações nos vales do Nabão e do Zêzere, pois em 1190 Sancho I, doa ao besteiro (*balistarius*) Pedro Ferreira, pelos seus serviços em Montemor-o-Novo, uma herdade em Val de Orjães (actual concelho de Ferreira do Zêzere – cuja quase totalidade do território estava incluída no termo da doação de Ceras) situada nos termos de Tomar¹⁹³. A partir dessa data são conhecidas doações na região, como a de uma herdade no Porto de Cais ao Templários¹⁹⁴, e compras, como a de Pelágio Mendes e João Mendes de uma herdade em Juncais, no termo de Tomar¹⁹⁵.

Mas, se para os territórios em torno de Tomar conhecemos um considerável número de diplomas que permitem seguir as medidas de povoamento promovidas, sobretudo pelos Templários, para a região a jusante do Tejo, no território da Beira Baixa, temos muito poucas informações forte incentivo ao povoamento, a jusante do Tejo, as dinâmicas de incentivo à fixação das populações

Mas, se para os territórios em torno de Tomar conhecemos um considerável número de diplomas que nos permitem seguir as medidas de povoamento promovidas, sobretudo, pelos Templários, para a região a jusante do Tejo, no território da Beira Baixa, temos muito poucas informações De facto, os poucos documentos disponíveis, sobretudo as cartas de doação, não nos permitem conhecer as dinâmicas de povoamento na região, onde foram outorgados poucos forais. Os habitantes de Monsanto apenas recebem foral em 1174. O castelo de Monsanto havia sido doado aos Templários em 1165, incluído nos territórios de Idanha, e em 1172 doado à Ordem de Santiago. Esta doação tal como a de Abrantes á mesma Ordem seria efémera, pois em 1174 o rei doa

¹⁹³ Cf. António Baião, *A vila e concelho de Ferreira do Zêzere. Apontamento para a sua história documentada*, Lisboa, INCM, 2008, pp. 5-6.

¹⁹⁴ Vide Tabela I.

¹⁹⁵ Cf. António Baião, *op. cit.*, pp. 6-7.

foral ao castelo. O foral seguinte só será outorgado em 1229, a Idanha, pelo rei Sancho I.

Tal como havia acontecido no período muçulmanos as notícias sobre a região de Beira Baixa são escassas, sobretudo no que se refere ao povoamento. Estará a ausência de fontes relacionada com as dificuldades de povoamento na região? Terão as sucessivas doações de Monsanto, por exemplo, reflectido os infrutíferos esforços de povoamento por parte das Ordens Militares, como defende alguns autores¹⁹⁶?

Constatamos, portanto, que a partir da segunda metade do século XII existem dois espaços que, no que concerne ao povoamento, conhecem dinâmicas diferentes, pois se na região em torno de Tomar, encontramos um grande número de documentação que comprova a existência de grupos populacionais, para a região a montante, não dispomos de informações claras. O silêncio das fontes, porém, não significa que não houvesse grupos populacionais ali instalados, pois as cartas de doação e a toponímia fazem nos inferir a sua existência, ainda que rural e dispersa.

¹⁹⁶ Mário Barroca, «A Doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194», *op. cit.*, p. 699.

Conclusão

A nossa dissertação visou compreender e enunciar os problemas relativos aos sistemas de povoamento e estruturas militares no vale do Médio Tejo, no período compreendido entre o século IX e a primeira metade do século XIII.

O espaço em análise conheceu diversas conjunturas políticas que de forma indelével marcaram toda a «linha do Tejo», não só no que concerne ao povoamento mas também no que diz respeito às questões militares. De facto, o seu carácter de fronteira, e o processo de militarização que lhe está subjacente, dificulta a percepção das estruturas e da organização do povoamento.

Com o objectivo de compreender as estruturas administrativas e as dinâmicas de povoamento no espaço tagano antes e depois de 1147, analisámos as fontes muçulmanas (geográficas e cronísticas) e as cristãs (como cartas de doação e diplomas de carácter contratual).

Assim, de acordo com as fontes muçulmanas, para os séculos IX e X existiam dois importantes centros polarizadores no Médio Tejo; o primeiro, *Shantarin*, situado a jusante do Tejo, e o segundo, *Antaniya*, situado a montante. No entanto, a partir do século XI este último desaparece das fontes muçulmanas. Segundo os geógrafos, estas são as *mudun* mais importantes do espaço tagano, sendo que delas dependeria um vasto conjunto de outras estruturas, que apesar de não enunciadas nas fontes, podemos supor existirem atendendo à orgânica da administração árabe, como os *aqalim* (distritos), os *husun* (castelos), e as *qura* (alcarias) que estavam dependentes das *mudun*. Estas duas *mudun* apresentavam características específicas.

A *madina* de *Shantarin* detinha uma posição estratégica sobre a «linha do Tejo», relacionada directamente com a agricultura, o que determinava a existência de um *hawz* fértil. Perante a abundância cerealífera da região, podemos inferir a existência de inúmeras estruturas de povoamento certamente centradas na exploração agrícola (as *qura*). A notícia de um vasto conjunto de unidades de exploração em torno da cidade pode ser encontrada no *Anónimo Dirik Bilad al-Andalus*, que refere a existência de muitas alcarias¹⁹⁷. Os textos coevos corroboram, portanto, a existência de estruturas rurais de povoamento. Nesse sentido, parece-nos certo que existiam *qura* em grande número nos arrabaldes de *Shantarin*; porém, que grupos populacionais as exploravam e ocupavam? Vários autores consideram que os processos de islamização e arabização permitiram a manutenção de comunidades cristãs na região. E que a maior parte dos moçárabes teria ocupado as áreas rurais situadas em torno dos principais centros urbanos, como *Qulunbiryā* ou *Shantarin*¹⁹⁸. Para além das referências à fertilidade do Tejo, tema que dominou a produção escrita sobre *Shantarin*, a cidade é-nos descrita como sendo um importante baluarte militar. A nuclearidade militar da *madina* prender-se-ia certamente com a sua posição geográfica no rio Tejo, e com a riqueza económica.

A cidade da *Antaniya*, porém, parece ser secundária neste quadro regional, sobretudo se considerarmos que as referências à mesma são parcas, e relativas a uma cronologia muito concreta. De facto, esta cidade é referenciada pelos geógrafos muçulmanos apenas para os séculos IX e X. Nessas descrições são enaltecidas a sua economia e o seu poder militar. Todavia, a partir do século XI, a menção à cidade desaparece das fontes. Estará o silêncio das fontes relacionado com o declínio de *Antaniya*? Teria esta sido cidade eclipsada pela ascensão de outros pólos urbanos na região, como Alcântara, cidade com a qual, segundo Al-Razi, fazia fronteira? Teria a cidade de *Antaniya*, de herança romano-visigótica, sucumbido ao surgimento de novas cidades, tal como concomitantemente aconteceu com a antiga cidade de Emerita Augusta face a *Batalyaws*. Ou estará o aparente eclipse de *Antaniya* (note-se que pelo facto de a *madina* não ser mencionada nos textos muçulmanos não significa que tenha deixado de ser ocupada) relacionado com a acção centralizadora de Córdoba faces aos poderes locais, pois, como vimos anteriormente, esta cidade parece ter um desempenhado um importante papel a quando dos movimentos muladis que ocorrem no final do século IX? De facto, como nos conta Al-Hayyan, no *Muqtabis*, *Antaniya* terá

¹⁹⁷ Cf. *Una descripción anónima del al-Andalus*, p. 59.

¹⁹⁸ Cf. José Mattoso, *op. cit.*, pp. 21-22.

sido refúgios de alguns dos protagonistas destas sublevações. As mesmas fontes indicam que no território em torno de *Antaniya* existiam vários castelos. Tratava-se, portanto, uma região militarizada, e habitada tanto por comunidades moçárabes como berberes, como nos demonstram os textos.

Estamos, assim, perante duas realidades distintas. Se nos séculos IX e X o Tejo era dominado por duas *mudun*, a de *Shantarin* urbana, arabizada e rodeada por *aqalim*, e a de *Antaniya* rural, militarizada, moçárabe e berbere, a partir do século XI e até aos meados do século XII, a *madina* de *Shantarin* torna-se o principal centro de influência no Médio Tejo.

A década de 40 do século XII marca indelevelmente o vale do Tejo, não só pela conquista militar cristã, como pelo processo de castralização desenvolvido a partir da década de 60 do século XII, em grande medida, pelas Ordens Militares, no qual é construída uma rede de castelos (e atalaias, como refere o foral de Tomar, por exemplo) situados nos principais rios, como o Tejo (Almourol, Abrantes, Belver e Açafa), e nos vales do Nabão (Tomar) e do Zêzere (castelo do Ozêzere e Cardiga). No entanto, tal processo só se inicia mais de uma década volvida sobre a conquista militar. De facto, desconhecemos praticamente tudo o que terá ocorrido no Médio Tejo entre a conquista de Santarém e 1159, ano que marca a primeira doação na região aos cavaleiros do Templo e, possivelmente, a primeira tentativa conhecida de organizar administrativamente a região do Médio Tejo. O que terá ocorrido no período que explique a ausência de arquivo documental para o Médio Tejo entre a doação do eclesiástico de Santarém e a doação de Ceras? Estará a ausência de informações para a região relacionada com o facto de na cronologia em questão a cidade de Lisboa se afirmar face a Santarém, como capital viável do reino? Ou o problema estará directamente relacionado com a disputa em torno da jurisdição dos territórios? Sabemos que a querela jurisdicional foi sanada, mas desconhecemos o que aconteceu entretanto, ou seja, quem detinha o poder jurisdicional sobre o espaço, e a forma como era tutelado ou administrado aquele espaço.

Note-se que depois de 1159 se verifica um aumento significativo de fontes disponíveis, nomeadamente cartas de doação. Estes diplomas são fundamentais para o estudo do território e do povoamento, dado que nos fornecem informações sobre a toponímia e a dimensão dos territórios doados aos novos agentes de povoamento, como Templários e Hospitalários. À medida que a cronologia avança no último quartel do

século XII, estas cartas tornam-se cada vez mais restritas em termos de abrangência geográfica do território, ou seja, começam a ser centradas em determinados núcleos populacionais. Se as primeiras cartas emitidas se caracterizavam pela doação de vastíssimos territórios delimitados pelos principais cursos de água, como o Tejo ou o Erges, as cartas do último quartel do século XII e da primeira metade do século XIII caracterizam-se pela subdivisão territorial, ou seja, os territórios com grande dimensão geográfica anteriormente doados sofrem agora um processo de redistribuição jurisdicional e administrativa. Em consequência, as Ordens Militares que após a conquista da «linha do Tejo» receberam amplos territórios vêm agora as suas doações diminuídas, divididas e atribuída a outros poderes. Se analisarmos a geografia do final do século XII e início do XIII, verificamos como a jurisdição territorial se alterou em função de novas dinâmicas militares e/ou de povoamento, sobretudo depois das incursões almóadas ocorridas no último quartel do século XII, fazendo com que depois dessa data se fizessem novas doações que procuravam reforçar militarmente a «linha do Tejo», como é o caso de Belver. O conjunto de cartas de demarcação ou doações outorgadas pelo poder régio demonstram, ainda, a necessidade de instituir mecanismos jurídicos em territórios povoados. Com efeito, tanto as evidências arqueológicas como a toponímia de origem árabe e/ou moçárabe permitem-nos supor, com alguma segurança, a existência de grupos populacionais em regiões do Médio Tejo, como por exemplo o vale do Zêzere, que através de legislação ficam abrangidos e submetidos ao poder cristão.

Se algumas regiões, como do vale do Zêzere, não nos oferecem muitas dúvidas sobre a continuidade ao nível do povoamento, noutras, porém, é mais difícil encontrar elementos que nos permitam afirmar com certeza a existência dos grupos populacionais anteriores à conquista cristã, e por esse motivo se recorreu ao estudo da toponímia atestada na documentação muçulmana e cristã coeva, para que esta nos auxiliasse na tentativa de, através da mesma, antever núcleos de povoamento e a origem étnico-religiosa dos seus grupos populacionais. Utilizaram-se as referências presentes nos textos geográficos e cronísticos muçulmanos e nas cartas de doação datadas da segunda metade do século XII. Do conjunto documental reunido, pudemos verificar que, no período muçulmano, os topónimos mais representados são relativos aos centros urbanos, e que para as cronologias mais recuadas só encontramos referências a *Shantarin*, *Antaniya* e *Montesancto*. Para os séculos XII e XIII os autores elencam

outros topónimos, como *Shirush*, *Balata*, *Almenar*, *Turrush*, e *Quluj*, o que não significa que estes não fossem anteriores. Na documentação cristã encontramos atestado um grande número de hidrónimos, fitotopónimos, zootopónimos e topónimos, cuja origem etimológica remete para o árabe e o latim, demonstrando, portanto, a convivência linguística entre os falantes do árabe e do romance. Pudemos, ainda, verificar que muitos dos topónimos de origem árabe atestados na documentação cristã, subsequente à conquista da «linha do Tejo», indiciam a existência de estruturas fortificadas (como *Isna*), e grupos de origem arabo-berbere (como *Bensayam*). Do mesmo modo, foi possível encontrar étimos que permitem supor a existência de cultos moçárabes (como *Beselga*, *caniza* ou *Sancta Maria do Almortão*) e por conseguinte, vestígios da permanência da cultura de tradição romano-visigótica. Em suma, e no que refere à toponímia, foi possível, através do estudos dos étimos elencados nas fontes coevas, demonstrar a presença grupos populacionais no Médio Tejo antes da sua conquista. Os níveis de povoamento seriam rurais e dispersos, sendo as povoações habitados por grupos arabo-berberes e moçárabes.

Assim, e também a partir do estudo da toponímia, parece-nos verosímil concluir que essas mesmas comunidades se teriam mantido após a conquista cristã desses territórios, continuando a exploração económica da terra. Nesse sentido, as populações ter-se-iam mantido praticamente inalteradas. Podemos, por isso, questionar se as unidades de exploração agrícola presentes nos contratos de compra, de venda e de emprazamento do século XII e XIII são herdeiras directas das unidades muçulmanas?

A conquista militar da «linha do Tejo» é um dos primeiros problemas que se colocam, uma vez que também estas fontes escasseiam. Conhecemos em pormenor a expugnação da cidade de Santarém, mas desconhecemos as circunstâncias militares da conquista de Tomar, de Abrantes, ou da Egitânia. As fontes coevas não nos deixaram memória do acontecimento. No entanto, parece-nos interessante sublinhar que apenas conhecemos relativamente bem a narrativa relativa à tomada de Santarém, tal como para o período muçulmano as informações mais abundantes são igualmente relativas *Shantarin*. Significa, portanto, que a hegemonia da cidade foi impermeável à flutuação de poderes, mantendo-se sempre como referência nuclear na memória colectiva contemporânea. De facto, verificamos que a cidade de Santarém continua a dominar a «linha do Tejo», como a grande cabeça económica e demográfica do Médio Tejo, como demonstram as investidas almóadas de 1184. No entanto, depois da segunda metade do

século XII, vão emergir outros centros urbanos, nomeadamente Tomar e Abrantes. Muitos problemas e questões têm sido colocados sobre estes dois núcleos, sobretudo pelo facto de aparecerem documentados décadas depois da conquista da «linha do Tejo». Um dos principais problemas é a hipotética origem árabe destes núcleos. Na nossa perspectiva, tratam-se de estruturas de povoamento anteriores à conquista cristã. No caso de Tomar, a arqueologia já demonstrou a existência física de estruturas datadas do período muçulmano. No que concerne a Abrantes, porém, os indícios são mais nebulosos, no entanto, em nosso entender, é possível que tivesse origem muçulmana, se não na dimensão de uma cidade, pelo menos na dimensão de uma alcaria. A sua dimensão e categoria administrativa justificariam, portanto, a sua ausência das fontes, uma vez que as *qura* são raramente mencionadas pelos geógrafos muçulmanos. Embora muitos autores considerem que se trata de uma cidade de fundação cristã, descartando, desse modo, a hipótese de ter origem muçulmana apenas porque as geografias dos séculos IX ao XII não a referirem, nem mesmo Idrisi, que no século XII terá viajado por aquela região.

Em suma, esta tese procurou responder a um conjunto de questões relacionadas com a ocupação do espaço a que convencionámos denominar Médio Tejo. O conjunto de dados extraídos das fontes árabes, cristãs e também arqueológicas levam-nos a estabelecer um quadro de uma região que parece ter mantido o povoamento ao longo do período de ocupação muçulmana (muito provavelmente arabo-berbere nas regiões montanhosas e moçárabes nas regiões rurais), e que este poderá ter, com grande probabilidade, continuado no período cristão.

No que concerne à militarização, percebemos que a região da Egitânia era particularmente militarizada, dada a grande concentração de *husun*. Também na região do vale do Zêzere se encontra um conjunto de topónimos de cariz militar, o que parece apontar para a existência de uma rede defensiva na região. Para o período cristão parece ter havido alguma continuidade, e um eventual reaproveitamento das estruturas secundárias pré-existentes (como as atalaias) pelas Ordens Militares, que na segunda metade do século XII iniciam a castralização da «linha do Tejo».

Anexos – Tabelas

Tabela I – Doações Régias à Ordem do Templo na Região do Médio Tejo

Data	Património	Tipologia	Doadores
1128	Castelo de Soure, termo de Coimbra ¹⁹⁹	Doação	D. Teresa
1147	Eclesiástico de Santarém ²⁰⁰	Doação	D. Afonso Henriques
1157	Oito moinhos de açudes de Touvede e do Alviela, e todos mais que a Ordem puderem edificar ²⁰¹	Doação	D. Afonso Henriques
1159	Castelo e termo de Ceras ²⁰²	Doação	D. Afonso Henriques
1165	Idanha e Monsanto terra limitada pelos rios Elga, Tejo e Zêzere ²⁰³	Doação	D. Afonso Henriques
1169	Da terça parte das terras que vierem a ser conquistadas para Além Tejo ²⁰⁴	Doação	D. Afonso Henriques
1169	Castelo de Zêzere e do castelo de Cardiga, e de uma vinha junto ao castelo de Zêzere. Confirmação do castelo de Tomar, com os termos indicados na carta de doação do castelo de Ceras ²⁰⁵	Doação	D. Afonso Henriques

¹⁹⁹ Vide *DMP*, vol. I, doc. 79, p. 101.

²⁰⁰ Vide *DCAH*, doc. 145, p. 209-210; *MH*, vol. I, doc. 2, pp.3-4; *DMP*, vol. I, doc. 221, p. 272-273.

²⁰¹ Vide *DMP*, vol. I, doc. 262, p. 325.

²⁰² Vide *MH*, vol. I, n.º 4, pp. 10-12.

²⁰³ Vide *DMP*, vol. I, doc. 288, p. 370; *DCAH*, doc. 203, p. 296-297.

²⁰⁴ Vide *DMP*, vol. I, doc. 295, p. 384-385.

²⁰⁵ Vide *DCAH*, doc. 214, pp. 319-321; *MH*, vol. I, n.º 7, pp. 15-16; *DMP*, vol. I, doc. 297, p. 388-389.

Data	Património	Tipologia	Doadores
1178	Albergaria de Maças do Caminho, situada entre Murta e Penela ²⁰⁶	Doação	D. Sancho I
1189	Confirmação da doação de Idanha e de seus termos, pelos serviços prestados e e à cedência dos castelos de Mogadouro e Penas Róias, ao Arcebispo de Braga ²⁰⁷	Escambo	D. Sancho I
1199	Doação de Açafa em troca das igrejas de Mogadouro e Penas Róias ²⁰⁸	Escambo	D. Sancho I
1200	Reguengo de Monsalude (Dornes) ²⁰⁹	Doação	D. Sancho I
1206	Confirmação da doação de Idanha-a-Velha, e doação de Idanha-a-Nova ²¹⁰	Doação	D. Sancho I
1214	Cardosa ²¹¹	Doação	D. Afonso II

²⁰⁶ Vide ANTT, *LN/LM*, fls 66v-67v.

²⁰⁷ Vide *DS*, vol. I, doc. 100, pp. 160-161.

²⁰⁸ Vide *DS*, doc. 117, pp. 181-182.

²⁰⁹ Vide ANTT, *LM/LM*, fls. 74v-75.

²¹⁰ Vide *DS*, vol. I, doc. 120, pp. 250-251.

²¹¹ Vide ANTT, *LNLN*, fls. 75-77v; Frei Bernardo da Costa, *op. cit.*, n.º 39, pp. 242-244.

Tabela II – Património da Ordem do Templo na Região do Médio Tejo

Data	Património	Tipologia	Outorgantes
1172	Doação de casas em Tomar ²¹²	Doação	Justa
1178	Olival, no termo de Tomar ²¹³	Compra	Domingo e Sancha, sua mulher
1179	Uma herança em Moinhos do Prado (que haviam sido feitos pelos Templários) ²¹⁴	Doação	Oiroe e sua mulher Toda Mendes
1180	Uma casa em tomar, extramuros, na rua da Corridoura ²¹⁵	Compra	Pedro Cativo e seus filhos
1182	Metade da vila da Cardosa e seus termos, com todas as igrejas, direitos e pertenças ²¹⁶	Doação	Fernão Sanches
1184	Herdade junto a Tomar, num local chamado Casal das Éguas ²¹⁷	Aforamento	Salvador Penicio e sua mulher Maria Petri e Pelágio Mouro e Columbe Gonçalves sua mulher
1187	Uma casa em Balistenis, fora dos muros de Tomar ²¹⁸	Compra	Durão e Domingos Mendes, e Elvira, sua mulher
1188	Paio Farpedo recebe da Ordem o lugar da Ceiceira para aí manter uma albergaria ²¹⁹	Doação	D. Pedro Alvito, Mestre da Ordem
1192	Herdade de Cerzedo, termo de Tomar ²²⁰	Compra	Pero Pires

²¹² Vide ANTT, *LN/LM*, fol. 43v.

²¹³ Vide ANTT, *OC/CT*, cód. 233, fol. 30.

²¹⁴ Vide ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fol. 30v-31.

²¹⁵ Vide ANTT, *OC/CT*, cód. 233, fls. 31v-32.

²¹⁶ Vide ANTT, *LN/LM*, fls. 109-109v; Frei Bernardo da Costa, *op. cit.*, n.º 34, pp.236-237.

²¹⁷ Vide ANTT, *Gavetas*, VII, mç. 9, doc.14.

²¹⁸ Vide ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fls. 31-31v.

²¹⁹ Vide Frei Bernardo da Costa, *op. cit.* n.º 38, pp.240-241.

Data	Património	Tipologia	Outorgantes
1201	Terça parte dos seus bens ²²¹	Doação	Aires Dias e sua mulher Maria Mendes
1201	Herdade em Lousã, termo de Tomar ²²²	Compra	Lourenço Gomes e Estevaninha, sua mulher
1202	Uma herdade na Mata dos Casais ²²³	Doação	Pero Dias
1202	Casas no lugar da Sisa e uma almuinha no lugar do Paraíso ²²⁴	Doação	Luís Mendes
1205	Uma herdade junto aos moinhos do Prado, no concelho de Tomar ²²⁵	Doação	Oiro e Toda Mendes, sua mulher
1206	Canais do rio Zêzere, desde Martinchel até Capris ²²⁶	Carta de Composição	Ordem do Templo e o prior do convento de Santa Cruz
1209	Metade de todos os seus bens ao mosteiro de Tomar ²²⁷	Doação	Pero Galego
1213	Recebe a Ordem todas as herdades situadas aquém do rio Beselga, e dá a herdade do Freixial ²²⁸	Escambo	Pedro Silvano e D. Sancha, sua mulher
1216	Quinta do Juncal e três casais ²²⁹	Doação testamentária	Guilherme Gonçalves
1217	Quintas (herdades) no termo de Cardiga e Torres Novas e vinhas no Ozezer, e uma herdade em Castelo Branco ²³⁰	Doação	Pedro Alvo

²²⁰ Vide ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fol. 32.

²²¹ Vide ANTT, *Gavetas*, VII, mç. 6, doc. 13.

²²² Vide ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fls. 40-40v.

²²³ Vide ANTT, *Gavetas*, VII, mç. 3, doc. 2.

²²⁴ Vide ANTT, *Gavetas*, VII, mç. 3, doc. 13.

²²⁵ Vide ANTT, *LN/LM*, fol. 34.

²²⁶ Vide ANTT, *Gavetas*, VII, mç. 10, doc. 22.

²²⁷ Vide ANTT, *Gavetas*, VII, mç. 10, doc. 32.

²²⁸ Vide ANTT, *LN/LM*, fls. 108-108v.

²²⁹ Vide ANTT, *LN/LM*, fls. 113-114v.

²³⁰ Vide ANTT, *LN/LM*, fls. 104-104v.

Data	Património	Tipologia	Outorgantes
1219	Herdade chamada Rossio do Freixial (Ferreira do Zêzere) ²³¹	Doação (da Ordem do Templo)	Fernando Anes e D. Maria Rodrigues, sua mulher
1220	Uma herdade no porto de Cais ²³²	Doação	Pedro Faber e Maria Vasques
1222	Herdade e Matas na ribeira do Zêzere ²³³	Compra	Mendo Gonçalves
1222	Uma herdade na Fonte do Carvalho, termo de Beselga ²³⁴	Aforamento	Mendo Vermelho
1222	Herdade, caneiros e bocais nas ribas do rio Zêzere, que é Alvarangel, termo de Tomar ²³⁵	Compra	Comendador de Pombal
1229	O lugar da Ceiceira, um olival em S. Martinho uma vinha em S. Fins e um forno em Tomar ²³⁶	Doação	Pedro Ferreira e sua mulher
1236	Uma herdade e uma albergaria em Casével ²³⁷	Doação	Martim Afonso
1236	Uma herança em Casével, com uma igreja e uma albergaria ²³⁸	Doação	Mendo Afonso
1237	Dois casais em Freande e metade de uma quinta ²³⁹	Doação	Urraca Ermigues
1246	Herdade de Casével aos seus habitantes ²⁴⁰	Aforamento	Mestre da Ordem

²³¹ Vide ANTT, *Gavetas*, VII, mç. 10, doc. 13.

²³² Vide ANTT, *LN/LM*, fls. 37v-38; ANTT, *Gavetas*, VII, mç. 3, doc. 28;

²³³ Vide ANTT, *Gavetas*, VII, mç. 9, doc. 19.

²³⁴ Vide ANTT, *Gavetas*, VII, mç. 12, doc. 7.

²³⁵ Vide ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fol. 32v.

²³⁶ Vide ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fls. 81v-82v.

²³⁷ Vide ANTT, *Gavetas*, VII, mç. 12, doc. 16.

²³⁸ Vide ANTT, *Gavetas*, VII, mç. 10, doc. 37.

²³⁹ Vide ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fol. 151.

²⁴⁰ Vide ANTT, *Gavetas*, VII, mç. 13, doc. 9.

Anexos – Documentos

Apesar de editados, são apresentados em anexos, excertos de alguns diplomas emanados das chancelarias de Afonso Henriques e Sancho I. A documentação seleccionada consiste em cartas de doação, confirmação e forais, que no seu conteúdo enunciam a atribuição e delimitação do território em questão. Optámos por incluí-los porque consideramos serem essenciais no nosso estudo, pois permitem-nos conhecer o espaço e o povoamento na região do Médio Tejo, ao mesmo tempo que nos fornecem informação de carácter toponímico essencial na compreensão da ocupação do espaço.

- I. Em 1159, Afonso Henriques doa o Castelo de **Ceras** (c. Tomar) com seus limites a favor da Ordem do Templo, e em troca das igrejas de Santarém anteriormente concedidas, com o fim de estabelecer concórdia entre o bispo de Lisboa e a referida Ordem:

«(...) Do et concedo illud castrum quomodo diuidit per flumen **Ozezar** ubj uocatur portus de **Kajjs** et inde per mediam stratam usque ad monasterium de **Murta** et inde per aquam de Murta quomodo descendit in **Fraxineta** et inde uenit ad portum de **Thomar** qui est in strata de Colimbria que uadit ad Sanctaren et inde per mediam stratam per portum de **Ourens** et inde per mediam stratam quomodo uadit per sumitatem de **Beselga** et inde per lumbum de contra Sanctaren quo uertit aquam ad Beselga et quomodo descendit ad Thomar et inde descendit in Ozezar et inde ad portum de Kaijs (...))»²⁴¹.

²⁴¹ Vide *DMP*, vol. I, doc. 271, pp.344-345.

- II.** Na carta de doação de Idanha e Monsanto à Ordem do Templo, datada de 1165, encontramos os seguintes topónimos e hidrónimos:

«(...) facio kartam donationis et fermitudinis de ydania et de monte sancto cum istis terminis, scilicet quomodo currit aqua **algie** inter regnum meum et regnum legionis in intrat in tagum. Et ex alia parte quomodo currit aqua uzezaris et similiter intrar in tagum (...)»²⁴².

- III.** No ano de 1169, em carta outorgada à Ordem do Templo, Afonso Henriques confirma a doação do Castelo de Tomar, a doação do castelo do Zêzere, do castelo da Cardiga e de uma vinha na foz do Zêzere, junto ao castelo:

«(...) scilicet de illo castello de ozezar sicut diuiditur terminis inferius scriptis. In primis per fozem, de beselga et inde per ipsam stratam que uocatur de **Penela** usque **Alfeigiados** et inde per cimam de monte de Alfeigiados aqui uertenibus contra **tanchos** et inde quomodo intrat mons ad funfum de pelago de **almourel** et inde per medium tagi usque ad fozem de ozezar et inde per medium de ozezar usque ad fozem **thomar** et inde per thomar quomodo uadit ad focem de beselga unde primam fecimus inchoationem. Do siquidem uobis ipsum castellum de **cardica** cim omni hereditate quam ibi rupistis et fecistis. Do etiam uobis ipsum uineam quam fecistis ultra tagum iuxta illd castellum de fosse de ozezar quomodo clauditur sou uallo. Et adhuc do atque concedo uobis ipsum castellum de **thomar** cum ipso terminis quos in carta de cera continentur prius uobis dederam. Habeatis itaque supra dictos castellos sicuti superius determinatur iure hereditário (...)»²⁴³.

²⁴² Vide *DMP*, vol. I, doc. 288, p. 370.

²⁴³ Vide *DMP*, vol. I, doc. 297, p. 388-389.

- IV.** No ano de 1173, o rei doa o castelo de Abrantes e seus termos à Ordem de Santiago:

«(...) Do itaque ipsi castello de **Ablantes** terminos et divisiones per **Ozezar** ubi intrat in Tagum, per ripam Tagi usque in terminum **Edaniae**, et ultra Tagum per lombum de super vinea (...) et inde sicut vadit per **lombum** illum se super ipsa mata **Dalcolura** et inde quomodo fert in **Arracef**, in **Almegion** ad pontem de **Soor**, et inde sicut vadit **Soor** ad sursum ad cabeza **Dalgudi** et inde ad taliadas de **Marvan**, quomodo fert in **Seur** et reveritur in Tagum (...)»²⁴⁴.

- V.** Em 1194, Sancho I doa à Ordem do Hospital a herdade de Guidimtesta onde deve ser construído o castelo de Belver:

«(...) **Guidimtesta** in qua concedimus uobis ut faciatis castellum quodam cui imponimus nomen **Beluer**. Hec hereditas istis circundatur terminis: citra Tagum diuidit cum castello de **Ablantes** per cummariam de **Rosmarinal** quomodo decurrunt aque ad riuulum de **Aries** et inde ascendit ad rostrum de **Bando Maiore** et exinde ad caput **Amendoa** ad uiam mouriscam directe ad Vzezar ad portum de **Thomalia** intra Tagum per Aurarium ubi extraxerunt call discurrentibus inde aquis ex una parte ad **Aluegam** et ex alia parte de **Valem de Gauiam** et exinde ad margin **Franzira** usque ad rostrum de **Merlyza**, et exinde per **Vitem** ad portum de **Seuer** usque ad portum de **Exarec** ubi **Lupariz** ingreditur Tagum et iterum transeunt Tagum. Hac parte uadit ad **Turrem de Dardola** et descendit per fundum de **Iuncaoso** et exinde ad **Oleiros** usque Vzezar ad Pedrogao descendo per medium fluminis de Vzezar usque **Tamolla**. (...)»²⁴⁵.

²⁴⁴ Vide *DMP*, vol. I, doc. 317, p. 417.

²⁴⁵ Vide *DS*, doc. 73, p. 112.

VI. Data de 1197 a doação da cidade de Idanha-a-Velha e seus termos à Ordem do Templo:

«(...) Egitânia (...) que sita est inter Couelianam et Montem Sanctum et fluuim qui uocatur Tagus et serram de Vclesa. (...)»²⁴⁶.

VII. A Ordem do Templo recebe em doação a herdade de Açafa, em 1199:

«(...) cuius isti sunt termini: partitur cum Belueer quomodo intrat aqua de Vclesa in Tagum et quomodo aqua de **Paracana** in Vclesam deinde quomodo uadit aqua de Paracana ad uiam de **Egitania** et quomodo uenti uia de **Egitania** ad capud de **Saxo** et exinde ubi intrat aqua de Saxo in **Bostelim**, deinde ad **Fontem de Carualio**, diende ad **Racefe Mauriscum** quomodo intrat in aqua de **Isna**, deinde ad capud quod est inter Isnam et **Tamolliam**. Deinde descendit ad focem de **Oleiros** ad uiam que uenit de **Couilliana** et quomodo uadit per uiam Couilliane ad focem de **Cambas**, deinde capud ad **Moncaual**, de inde ad capud de **Asina** quomodo uadit ad **Alpreadam** que est terminus de **Egitania**. Partitur namque cum **Egitania** a tago usque flumen de **Ponsul**, deinde ad capud de **Merones** quomodo uadit ad capud **Cardosa**. Partitur enim ultra Tagum per focem de **Figueiroo** quomodo intrat in Tagum, deinde intrat ad rostrum de **Merlica** et uadit ad **Mongaret**, deinde ad cimalias de aqua de **Vida**, deinde de castellum de **Terrom** quomodo uadit ad monasterium de **Alpalantri**, deinde ad semederium de **Bensayam**, deinde ad portum de **Mola de Salor** quomodo uertuntur aque de Tagum (...)»²⁴⁷.

²⁴⁶ Vide *DS*, doc. 100, p.160.

²⁴⁷ Vide *DS*, doc. 117, p.181-182.

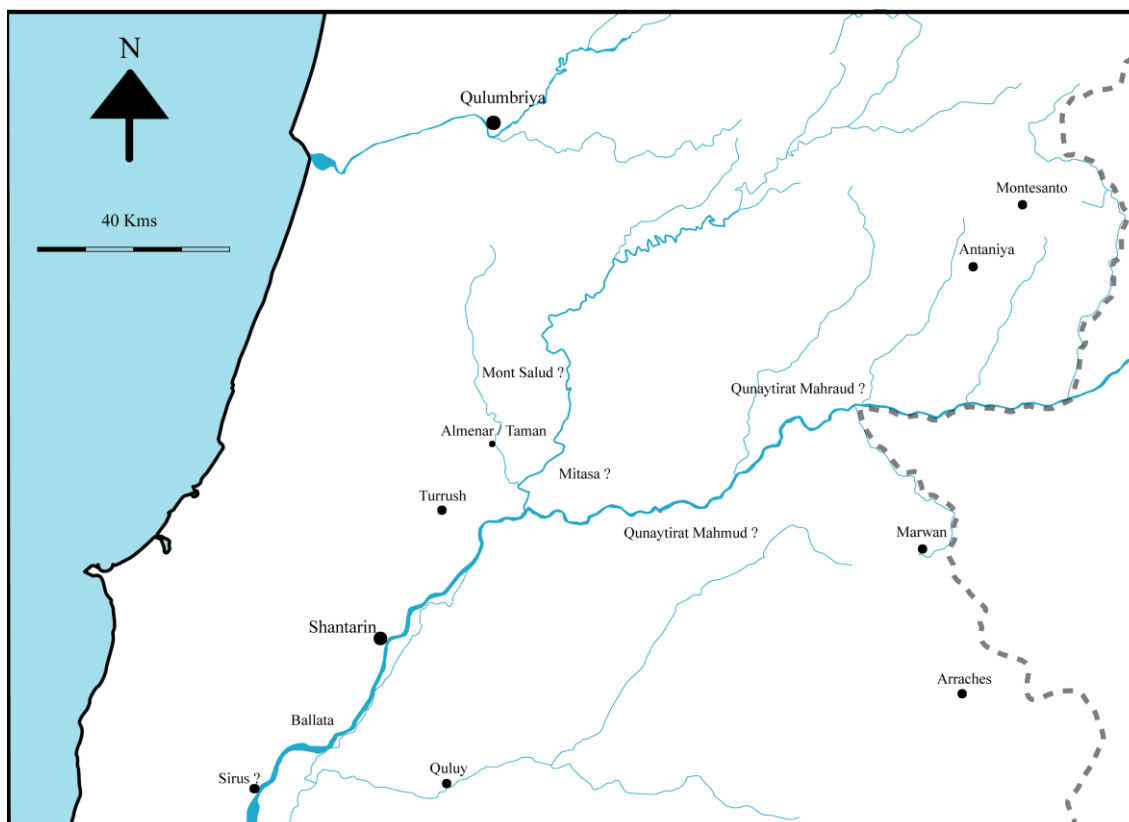
VIII. No ano de 1229, a cidade da Egitânia recebe foral, no qual estão limitados os seus termos:

«(...) Termini autem quos do et concedo ciuitati Egitanie sont hii: in primo incipiunt in rio **tortel** et uadit in directum de monta de **Taleigas** et deinde per campum de senebis et quomodo uadit ad calçadam ueteren et inde ad lapam lupi, et quomodo uadit ad cima de valle de enforcatis et passam fluuim de ponsul et inde ad **nidum de açor** et inde quomodo uadit per aquam de **brunal**, quomodo cadit aqua de brunal in aqua de **arauil** et inde uadot ad rostrum de **monrrache**, et inde ad fundum de **Tabual de Toualet** deinde ad directum ad **Castellum buzacum** et inde per vallongum et inde per cabeças mesadas de execua et inde quomodo uadit ad uadum de **Godina** de tago et quomodo uadit per tagum ad fontem de **marmelal** et inde quomodo uadit in directum as rostrum de **Momoroqui** et inde ad vallem sannum et inde ad sancta Mariam de **Almorton** et per paredenarios uteres de espadanal quomodo uenit ad paredenarios templariorum de **Terrone** et quomodo pasat cum ponsul in terrone et quomodo ad rium **tortum** et deinde quomodo partet **proencia** cum Egitânia noua deinde quomodo uadit ad fontem de **caniza** et deinde ad fontem de **alpreada** et deinde quomodo intrat **taaueyrol** in predam at deinde quomodo uadit ad fontem de **accffi**, deinde quomodo uadot ad calçadam que uenit de Couilhana ett deinde ad **fossaam de ramiro** et quomodo uadit ad fluuium tortum deinde quomodo uadit ad riulum tortel. De istis autem terminid separo terminos subsequentes, quos excellant homines de proencia dum mibi placuerit: in primo quomodo incipit in **ribeyro mourisco** et uadit ad **calçadam de Alcantara** et quomodo uadit ipsa calçada ad fluuium **tortel** et quomodo uenit fluuium tortel ad fluuium tortum et inde quomodo fluuius tortus ad **fossem de Ramiro** et de fossa de Ramiro ad viam de mata et quomodo uenit per ipsam viam ad zeffi: et quomodo intrat **azzeffi** in **Taaueirol** et deinde quomodo intrat Taaueyrol in **alpreada** et deinde quomodo uenit per alpreadam ad fontem de **caniza** et deinde quomodo diuidit cum **Egitânia noua** et uenit ad fluuium tortum et deinde quomodo uadit per ipsum fluuium ad fontem de ribeyro mourisco (...)»²⁴⁸.

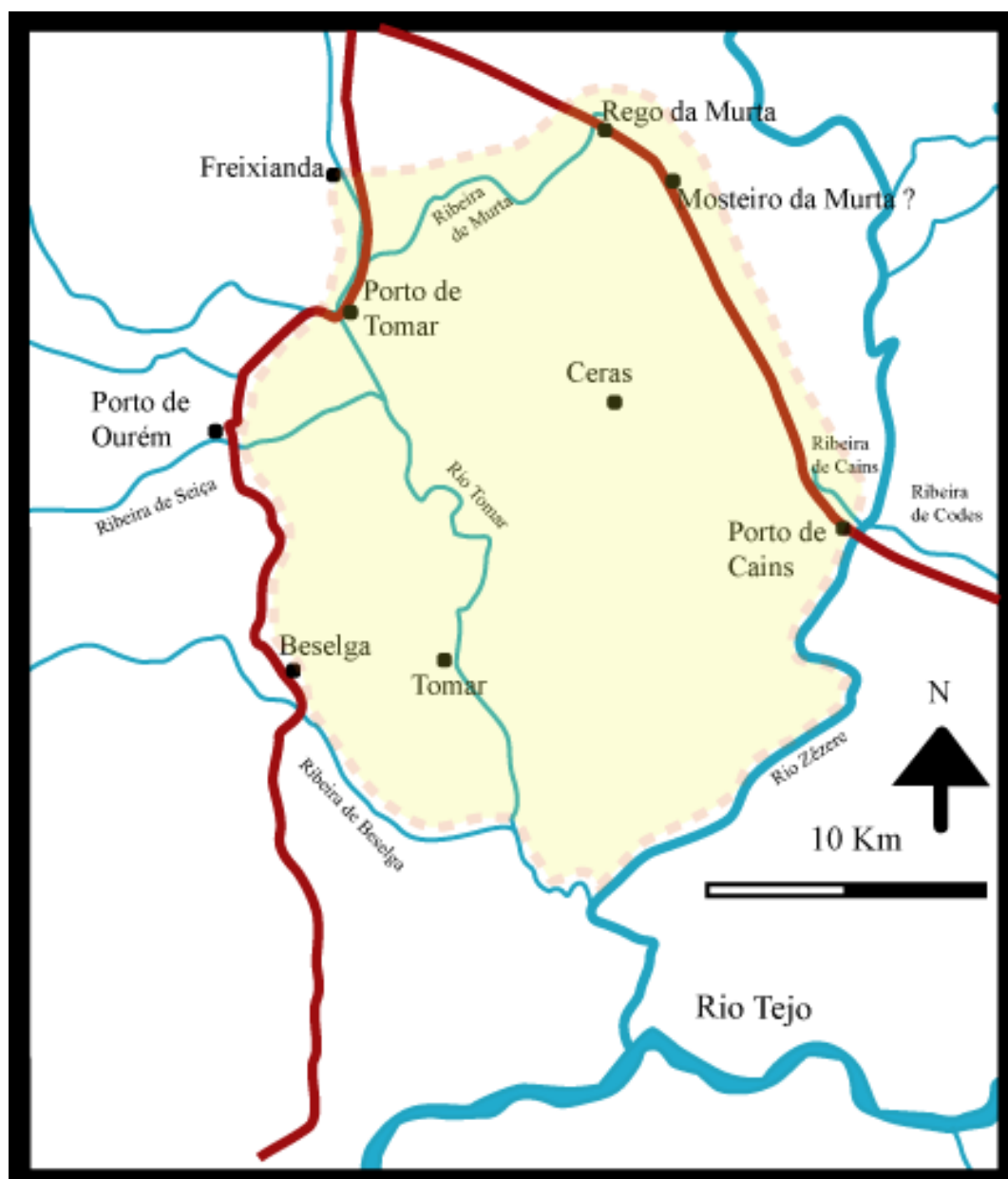
²⁴⁸ Vide *PMH, Leges*, vol. I, fasc. IV, pp. 313-316.

Anexos – Mapas

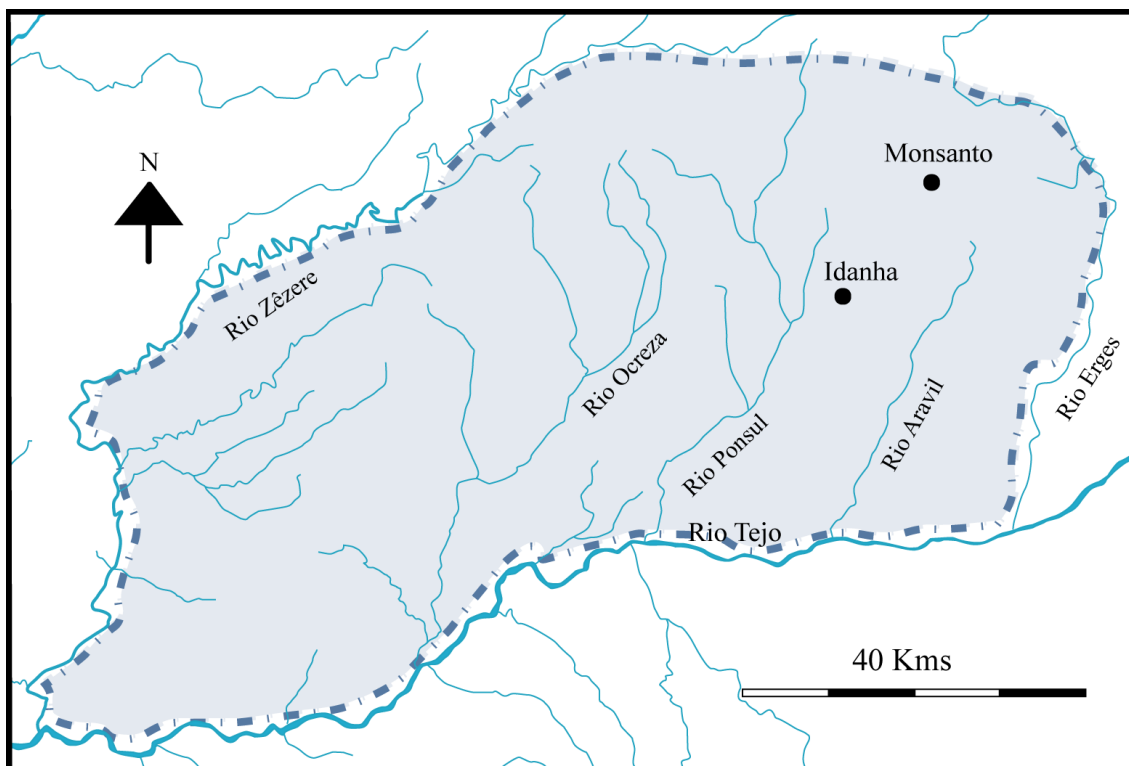
Mapa I – Topónimos atestados na Geografia e na Cronística árabes



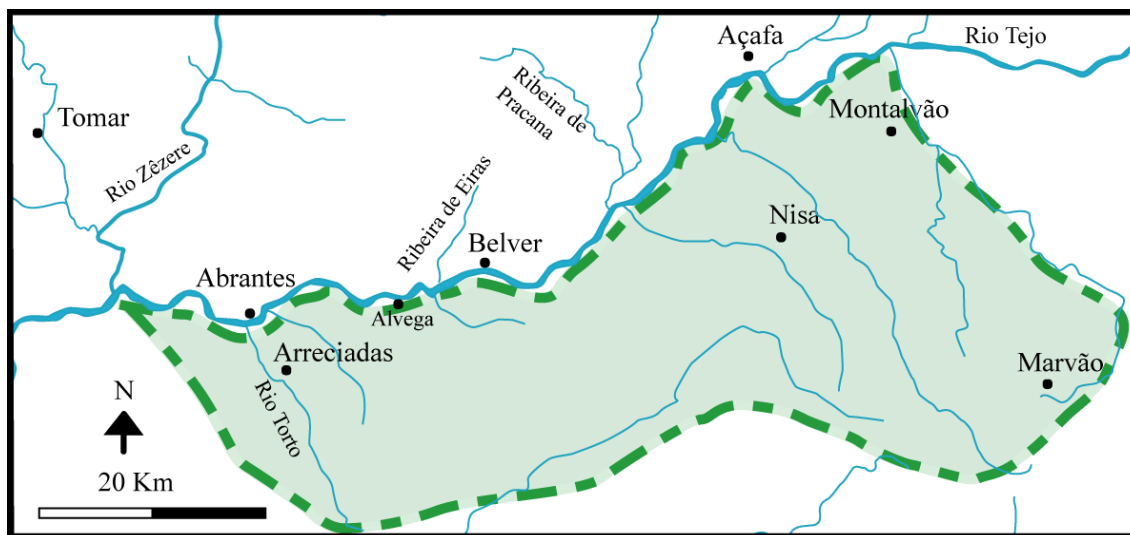
Mapa II – Doação do Castelo de Ceras com seus limites à Ordem do Templo (1159)



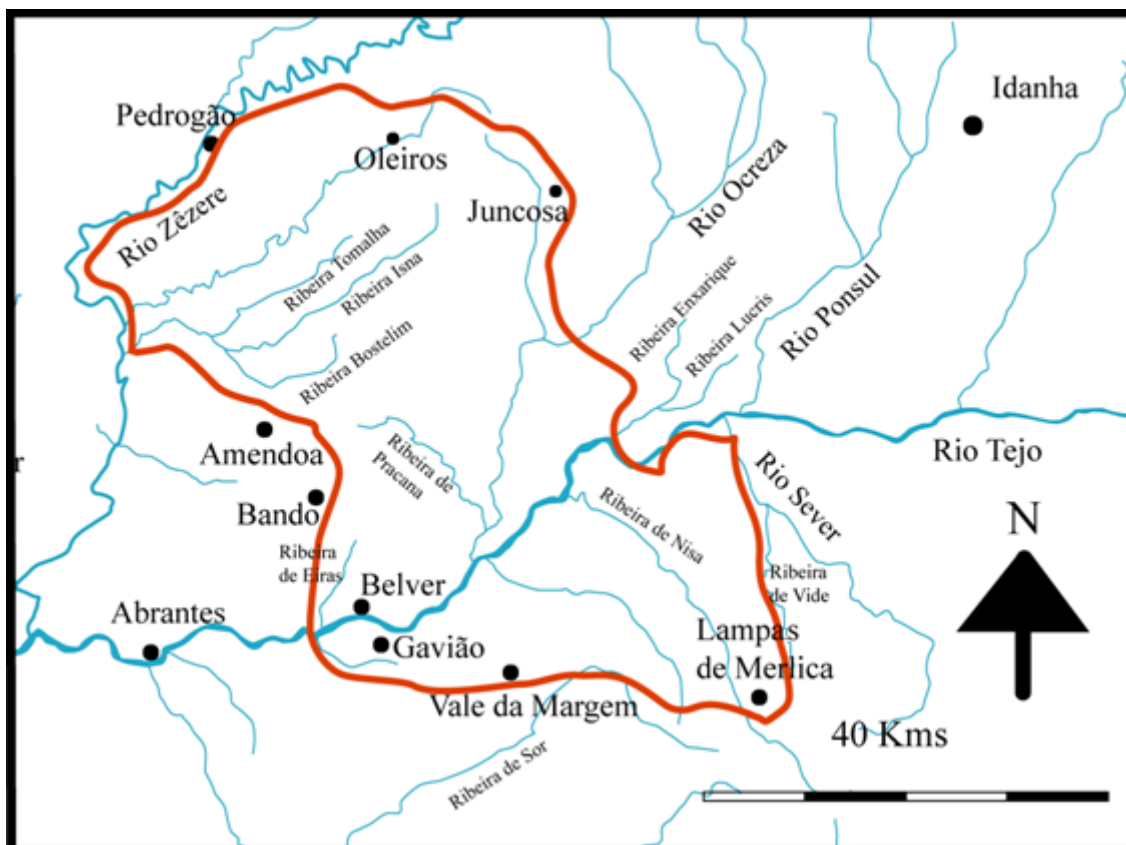
Mapa III – Doação de Idanha e Monsanto à Ordem do Templo (1165)



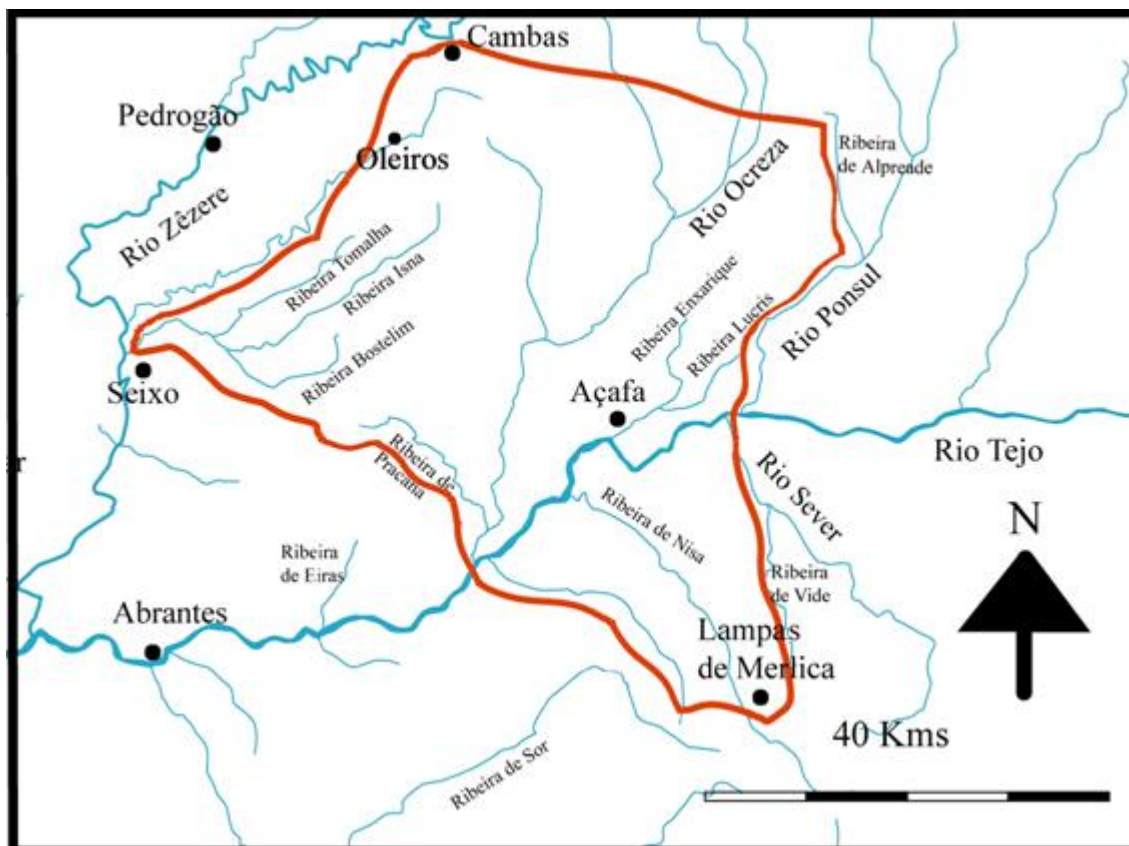
Mapa V – Doação de Abrantes à Ordem de Santiago (1173)



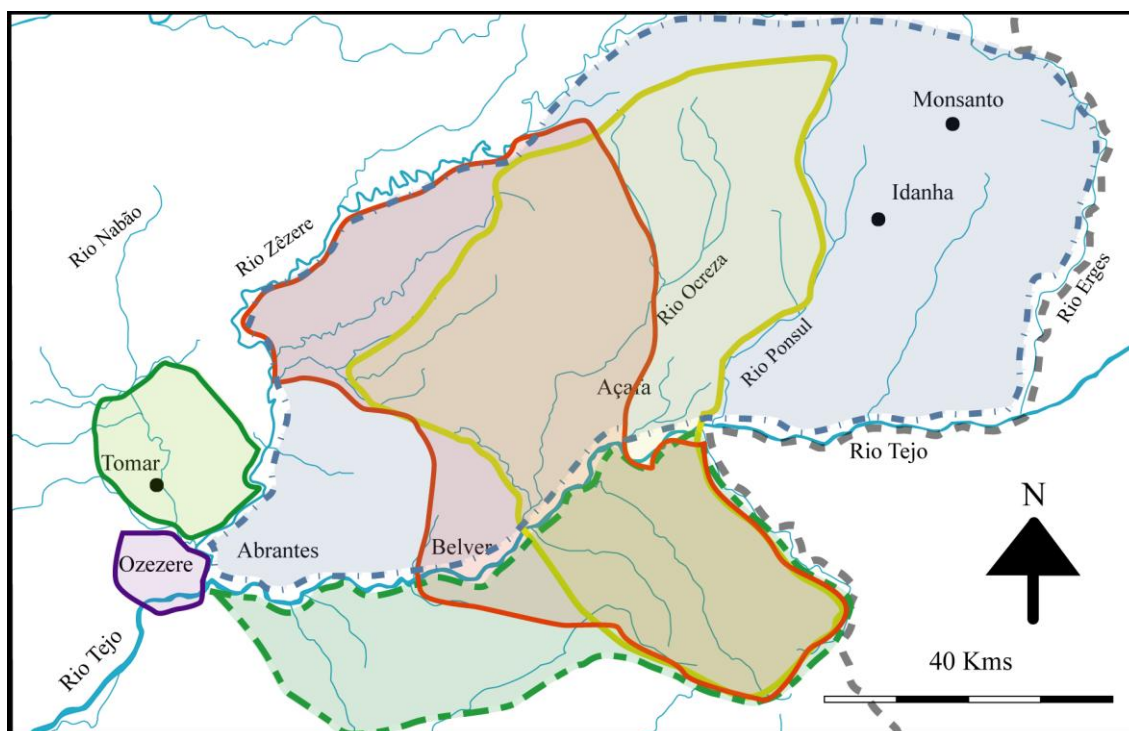
Mapa VI – Doação da Herdade de Guidimtesta à Ordem do Hospital (1194)









Mapa VII – Doação de Açafa à Ordem do Templo (1199)



Mapa VIII – Sobreposição territorial das doações régias



Legenda: Delimitações aproximadas

-  Doação de Guidimtesta (1194)
-  Termo de Tomar (1159)
-  Castelo de Ozêzere (1169)
-  Território de Idanha e Monsanto (1165)
-  Termo de Abrantes (1173)
-  Doação de Açafa (1199)

Fontes e Bibliografia

I. Fontes

1. Manuscritas

ANTT

Gavetas, n.º 7.

Leitura Nova, Livro dos Mestrados.

Ordem de Cristo, Convento de Tomar.

2. Impressas

Fontes Árabes

‘ABD AL-KARĪM, Gamāl, «La España Musulmana en la Obra de Yaquṭ (siglos XII-XIII)», *Cuadernos de Historia del Islam*, n.º 6, Granada, 1974, pp. 13-315.

AL-BAKRĪ, Abū ‘Ubayd, *Geografía de España (Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik)*, Zaragoza, Anúbar Ediciones, 1982.

AL-ḤIMYARĪ, Ibn ‘Abd al-Mun‘im, *La Péninsule Ibérique au Moyen-Âge d’après le Kitāb ar-Rawḍ al-Mi‘tār fī Ḥabar al-Aḳṭār d’[...]*. Texte arabe des notices relatives à l’Espagne, au Portugal et au Sud-ouest de la France, publié avec une introduction, un répertoire analytique, une traduction annotée, un glossaire et une carta par Évariste LEVI-PROVENÇAL, Leiden, Brill, 1938,

AL-IDRĪSĪ, *Geografía de España*, ed. de Antonio Ubieto Arteta, Valencia, Anúbar Ediciones, 1974.

- AL-MAKKARĪ, Aḥmad ibn Muḥammad, *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain, extracted from the Naḥḥu-t-Tīb min Ghosni-l-Andalusi-r-Rattīb wa Tārīkh Lisānu-d-Dīn ibni-l-Khattīb*. Translated by Pascual de GAYANGOS; introduction by Michael Brett, 2 vols. Facsimile of London, The Oriental Translation Fund of Great Britain and Ireland, 1840; London/New York, Routledge/Curzon, 2002.
- AL-QALQAŠANDĪ, *Ṣubḥ al-A‘ša fī Kitābāt al-Inšā*, trad. de Luis Seco de Lucena y índices por María Milagros Carcel Ortí, Valencia, Anúbar Ediciones, 1975.
- AL-RĀZĪ, Aḥmad ibn Muḥammad ibn Mūsā, *Crónica del Moro Rasis. Versión del Ajbār Mulūk al-Andalus de [...], 889-995; Romanzada para el Rey Don dionís de Portugal hacia 1300 por Mahomad, alarife, y Gil Pérez, clérigo de Don Perianes Porçel*. Ed. de Diego CATALÁN y María Soledad de ANDRÉS, con la colaboración de Margarita ESTARELLAS, Mercedes GARCÍA ARENAL y Paloma MONTERO, Madrid, Seminario Menéndez Pidal/Editorial Gredos, 1974.
- AL-ŠAQUNDĪ, Abū-l-Walīd Ismā‘īl ibn Muḥammad, *Elogio del Islam Español (Risāla fī faḍl al-Andalus)*. Trad. española de Emilio GARCÍA GÓMEZ, Madrid, Imprenta de Estanislao Maestre/Publicaciones de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada, 1934.
- ANÓNIMO, *Ajbar Machmu‘a (Colección de Tradiciones). Crónica anónima del siglo XI*. Dada à luz por primera vez, traducida y anotada por Don Emilio LAFUENTE Y ALCÁNTARA, académico de número, Madrid, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1867.
- BRAMÓN, Dolors, *El Mundo en el Siglo XII. Estudio de la Versión Castellana y del Original Árabe de una Geografía Universal: El Tratado de Al-Zuhrī*, Sabadell, Editorial AUSA, 1991.
- CASTELLÓ, Francisco, *El «Dīkr al-Aqālīm» de Ishāq ibn al-Ḥasan al-Zayyāt (Tratado de Geografía Universal). Estudios sobre un Tratado de Geografía Árabe*, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto «Millás Valicrosa» de Historia de la Ciencia Árabe de la Universidad de Barcelona/Departamento de Filología Semítica de la Universidad de Barcelona, 1989.

- CASTILLA BRAZALES, Juan, *La Cronica de 'Arīb sobre al-Andalus*, Granada, Impredisur (Taller de Edición), 1992.
- COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho, 2008.
- Cronica Anonima de los Reyes de Taifas*, Introducción, traducción y notas de Felipe MAÍLLO SALGADO, Madrid, Akal Ediciones, 1991.
- GARCÍA GÓMEZ, Emilio, *Andalucía contra Berbería. Reedición de traducciones de Ben Ḥayyān, Šaqundī y Ben al-Jaṭīb*, Barcelona, Publicaciones del Departamento de Lengua y Literatura Árabes de la Facultad de Filología de la Universidad de Barcelona, 1976.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio (ed.), *Al-Ḥulal al-Mawšiyya. Crónica árabe de las dinastías almorávide, almohade y benimerín*, Tetuán, Editora Marroquí, 1951.
- IBN 'IDĀRĪ AL-MARRAKUŠĪ, *Al-Bayān al-Mugrib fī ijtisār ajbār Muluk al-Andalus wa al-Mağrib (La Exposición Sorprendente en el Resumen de las Noticias de los Reyes del Andalus y del Magrib)*, tomos I y II – *Los Almohades*. Traducción española de Ambrosio HUICI MIRANDA, Tetuán, Editora Marroquí, 1953-1954.
- IBN 'IDĀRĪ AL-MARRAKUŠĪ, *Historias de Al-Andalus por Aben-Adhari de Marruecos*. Trad. del árabe, notas y estudio histórico-crítico de D. Francisco FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Granada, Imprenta de D. Francisco Ventura y Sabatel, 1860.
- IBN 'IDĀRĪ AL-MARRAKUŠĪ, *La Caída del Califato de Córdoba y los Reyes de Taifas (al-Bayān al-Mugrib)*, Estudio, traducción y notas de Felipe MAÍLLO SALGADO, Salamanca, Universidad de Salamanca/Estudios Árabes y Islámicos, 1993.
- IBN ABI ZAR', *Rawd al-Qirtas*. Trad. e anot. de Ambrosio HUICI MIRANDA, 2 vols., Valencia, Anúbar, 1964.
- IBN AL-AṬIR, 'Izz Al-Din, *Annales du Maghreb & de l'Espagne*, Trad. et annotations de E. FAGNAN; Alger, Typographie Adolphe Jourdan, 1901.
- IBN AL-ḤAṬĪB, *Islamische Geschichte Spaniens [= Kitāb A'māl al-A'lām]*. Übersetzung von Willelm HOENERBACH, Zürich/Stuttgart, Artemis Verlag, 1970.

- IBN AL-KARDABUS, *Historia de Al-Andalus (Kitāb al-Iktifā')*, Estudio, traducción y notas de Felipe MAÍLLO SALGADO, Madrid, Akal Ediciones, 2008.
- IBN BATTUTA, *The Travels of Ibn Battutah*, Ed. by Tim MACKINTOSH-SMITH, London, Picador, 2002.
- IBN BULUGIN, 'Abd Allāh, *El Siglo XI en 1.ª persona. Las «Memórias» de 'Abd Allāh, último rey Zīrī de Granada, destronado por los Almorávidas (1090)*, Traducción del árabe, introducción y notas de Évariste LÉVI-PROVENÇAL (ob. 1956) y Emilio GARCÍA GÓMEZ, Madrid, Alianza Editorial, 2005.
- IBN GĀLIB, «Una descripción d España de Ibn Gālib» (traducción de Joaquín VALLVÉ BERMEJO), *Anuário de Filologia*, Barcelona, 1975, pp. 369-389.
- IBN ḤALDŪN, *Histoire des Berbères et des Dynasties Musulmanes de l'Afrique Septentrionale*, trad. du Baron de SLANE, vol. II, Paris, Paul Casanova, 1978.
- IBN HAWQAL, *Configuración del mundo*, trad. e índices por Maria José Romani Suay, Valencia, Anubar Ediciones, 1971.
- IBN HAWQAL, *Opus geographicum*, J. H. Kramers (éd.), Leyde, Brill, 1939.
- IBN ḤAYYĀN DE CÓRDOBA, *Crónica del Califa 'Abdarrahmān III an-Nāṣir entre los años 912 y 942 (al-Muqtabis V)*, traducción, notas y índices de María Jesús VIGUERA y Federico CORIENTE, Zaragoza, Anúbar Ediciones/Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1981.
- IBN HAYYAN, *Al-Muqatis min anba ahl al-Andalus*, ed. Mahmud Ali Makki, El Cairo, 1390/1971.
- IBN ḤAYYĀN, *Crónica de los Emires Alḥakam y 'Abdarrahmān II entre los Años 796 y 847 [Al-muqtabis II-1]*, Traducción, notas e índices de Maḥmūd 'Alī MAKKĪ y Federico CORRIENTE, Zaragoza, Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2001.
- IBN ḤAYYĀN, *La Primera Década del Reinado de Al-Ḥakam I, según el Muqtabis II,1 de Ben Ḥayyān de Córdoba (m. 469 H./1076 J.C.)*, Ed., trad. e notas de Joaquín VALLVÉ BERMEJO y F. RUIZ GIRELA, Madrid, Real Academia de la Historia, 2003.

- IBN ḤAZM DE CÓRDOBA, *El Collar de la Paloma*, 8.^a reimp.; versión e introducción de Emilio GARCÍA GÓMEZ; prólogo de José ORTEGA Y GASSET, Madrid, Alianza Editorial, 2008.
- IBN SA'ĪD AL-MAGRIBĪ, *El Libro de las Banderas de los Campeones de Ibn Sa'īd al-Mağribī. Antología de poemas árabigoandaluces*, 2.^a ed., traducción, introducción, notas y índices de Emilio GARCÍA GÓMEZ, Barcelona/Caracas/México, Seix Barral, 1978.
- La Conquista de Al-Andalus [Fath al-Andalus]*, trad. de Mayte PENELAS, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe, 2002.
- LEVI-PROVENÇAL, Évariste, *Documents Inédits d'Histoire Almohade. Fragments Manuscrits du «Legajo» 1919 du Fonds Arabe de l'Escorial. Publiés et Traduits avec une Introduction et des notes par [...]*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1928.
- MOLINA, Luis (ed.), *Una Descripción Anónima de Al-Andalus [Dīkr Bilad al-Andalus]*, tomo I – Edición; tomo II – Traducción y estudio, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Miguel Asín, 1983.
- RODRÍGUEZ LOZANO, José António, «Nuevos Toponimos Relativos a al-Andalus en el Mu'jam al-Buldān de Yâqūt», *Cuadernos de Historia del Islam*, n.º 8, Granada, 1977, pp. 57-84.
- ROLDÁN CASTRO, Fátima, *El Occidente de Al-Andalus en el Ātār al-Bilād de Al-Qazwīnī*, Sevilla, Ediciones Alfar, 1990.
- ŞĀ'ID AL-ANDALUSĪ, *Libro de las Categorías de las Naciones (Kitāb Tabaqāt al-Umam). Vislumbres desde el Islam Clásico sobre la Filosofía y la Ciencia*, Estudio y traducción de Felipe MAÍLLO SALGADO, Madrid, Akal Ediciones, 1999.
- SANTIAGO SIMÓN, Emilio de, «Un Fragmento de la Obra de Ibn al-Šabbāṭ (siglo XIII) sobre Al-Andalus», *Cuadernos de Historia del Islam*, vol. 5, Granada, 1973.
- VANDENDRIESSCHE, E., PLANCHE, M., «Al-Andalus dans le «Mu'gam Al-Buldan de Yaquṭ Ar-Rūmī», *Studia*, n.º 39, Lisboa, 1974, pp. 237-304.

VELHO, Martim, *Varões Árabes Ilustres do Andaluz Ocidental. Biografias Traduzidas de Ibn Al-Faradí e Ibn Bashkuwal*, Évora, Gráfica Eborense, 1965.

Fontes Cristãs

«Annales Portugalenses Veteres», in BLÖCKER-WALTER, Monika, *Alfons I. von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der portugiesischen Unabhängigkeit*, Zürich, Fretz und Wasmuth Verlag AG, 1966.

AZEVEDO, Pedro A. de (ed.), *Livro dos Bens de D. João de Portel. Cartulário do Século XIII*. Notícia histórica de Anselmo BRAAMCAMP FREIRE; ed. facsímile da de Lisboa, Edição do Archivo Historico Portuguez, 1906-1910, com uma nota prévia de Hermenegildo FERNANDES, Lisboa/Portel, Edições Colibri/Câmara Municipal de Portel, 2003.

AZEVEDO, Rui de (ed.), *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I – *Documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques. A. D. 1095-1185*, tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1968.

AZEVEDO, Rui de, COSTA, Avelino de Jesus da (Pe.) e PEREIRA, Marcelino Rodrigues (eds.), *Documentos de D. Sancho I*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1979.

BRANCO, Manuel da Silva Castelo, *Inédito da Crónica da Ordem de Cristo*, de Fr. Bernardo da COSTA, Tomar, Edição da Assembleia Distrital de Santarém, 1980.

BRANDÃO, António (Fr.), O. Cist., *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*. Ed. facsimilada, com introd. de António da Silva REGO e notas de António Dias FARINHA e Eduardo dos SANTOS, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

Marquis d'ALBON (ed.), *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple (1119?-1150)*, Paris, Librairie Ancienne, 1913.

CALADO, Adelino de Almeida (ed.), *Crónica de Portugal de 1419*. Ed. crítica com introd. e notas de [...], Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.

- Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, 2 vols. Transcrição e edição de Leontina VENTURA e António Resende de OLIVEIRA, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- Chancelaria de D. Afonso III. Livros II e III*. Transcrição e edição de Leontina VENTURA e António Resende de OLIVEIRA, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- COSTA, Paula Pinto (ed.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, n.º 7 – *Livro dos Copos*, vol. I, Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/Fundação Eng. António de Almeida, 2006.
- GALVÃO, Duarte, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Apresentação de José MATTOSO, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
- História Militar da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, dedicada a El-Rei D. José I nosso Senhor, escrita por Frei Bernardo da Costa, freire conventual e cronista da mesma Ordem de Cristo*, Coimbra, Of. de Pedro Ginioux, 1771.
- LINDLEY CINTRA, Luís Filipe (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4 vols.; 2.^a ed. Edição crítica do texto português por [...], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.
- Monumenta Henricina*, 1º vol., Coimbra, Comissão executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960
- PIMENTA, Alfredo (ed.), *Fontes Medievais da História de Portugal*. Selecção, prefácio e notas de [...], 2.^a ed., vol. I – *Anais e Crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1982, pp. 141-146.
- Portugaliæ Monumenta Historica a Sæculo Octauo Post Christum Usque ad Quintumdecimum Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita – Leges et Consuetudines*, Ulyxbonae, Iussu Academiae Scientiarum Ulyxbonensis, 1856.
- REUTER, Abiah Elisabeth, *Chancelarias Medievais Portuguesas*, vol. I – *Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques*, Coimbra, Publ. do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1938.
- RODRIGUES, Maria Teresa Campos (ed.), *Livro das Posturas Antigas*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

TAROUCA, Carlos da Silva, S.J. (ed.), *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal [Códice Cadaval 965]*. Ed. crítica de [...], 3 vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1952.

GONÇALVES, Iria (coord.), *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 1 – *Comendas a Sul do Tejo (1505-1509)*. Transc. de Alice Borges Gago, Ana Margarida Morato, Isabel Branquinho e Manuel Sílvio Alves Conde; Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

GONÇALVES, Iria (coord.), *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 2 – *Comendas do Médio Tejo (1504-1510)*. Transc. de Alice Borges Gago e Albertina Tapadinhas; Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

GONÇALVES, Iria (coord.), *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 5 – *Comendas da Beira Interior Sul (1505)*. Transc. de Alice Borges Gago e Albertina Tapadinhas; Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

GONÇALVES, Iria (coord.), *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 6 – *Comendas da Beira Interior Centro (1508)*. Transc. de Alice Borges Gago; Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2010.

II. Bibliografia

1. Obras de carácter geral

ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Portugal no Mundo*, vol. 1 – *Povoamento e Colonização do Reino de Portugal. Início dos Descobrimentos Marítimos Portugueses. O Avanço no Atlântico*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. preparada e dirigida por Damião PERES, 4 vols., Porto, Livraria Civilização – Editora, 1968-71.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. I – *Formação e Limites da Cristandade*, coord. de Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

- BARROCA, Mário Jorge, «Da Reconquista a D. Dinis», *Nova História Militar de Portugal*. Dir. de Manuel THEMUDO BARATA e Nuno Severiano TEIXEIRA, vol. 1, coord. de José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.
- CATARINO, Helena, «A ocupação islâmica», *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*. Dir. de João Medina, vol. III – *O Mundo Luso-Romano (II)*. *Portugal Medieval (I)*, Alfragide, Ediclube, 2004, pp. 265-349.
- HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal. Desde o Começo da Monarquia até o fim do Reinado de Afonso III*, 4 tomos. Prefácio e notas críticas de José MATTOSO; verificação do texto de Ayala MONTEIRO, Lisboa, Livraria Bertrand, 1980.
- JOVER ZAMORA, José Maria (dir.), *Historia de España Menéndez Pidal*, tomo VIII-II, *El Retroceso Territorial de al-Andalus. Almorávides y Almohades. Siglos XI al XIII*. Coord. de María Jesús VIGUERA MOLÍNS, Madrid, Espasa-Calpe, 1997.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, GONÇALVES, Iria e ANDRADE; Amélia Aguiar, *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 2 – *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, coord. de José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. II – Portugal das Invasões Germânicas à «Reconquista», coord. de A. H. de Oliveira MARQUES, Lisboa, Editorial Presença, 1993.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal*, vol. IV – *Portugal em Definição de Fronteiras – Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Coord. de Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- TORRES, Cláudio, «O Garb-al-Andaluz», *História de Portugal*, dir. de José MATTOSO, vol. 1 – *Antes de Portugal (Proto História-1096)*, coord. de José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

2. Corografias

- ALMEIDA, José Avelino de, *Diccionario Abreviado de Chorographia, Topographia, e Archeologia das Cidades, Villas e Aldeas de Portugal*, 3 vols., Valença, Typographia de V. de Moraes, 1866.
- BAPTISTA, João Maria e OLIVEIRA, João Justino Baptista de, *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, 7 vols., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874-1879.
- CASTRO, João Baptista de (Pe.), *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, 4 tomos, Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.
- COSTA, Américo, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular. Hidrográfico. Histórico. Orográfico. Biográfico. Arqueológico. Heráldico. Etimológico*. Com prefácio de José Joaquim NUNES, 12 vols., Porto, Livraria Civilização, 1929-1949.
- COSTA, António Carvalho da (Pe.), *Corografia Portugueza, e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as Noticias das Fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contêm; Varões Illustres, Genealogias das Familias Nobres, Fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, Antiguidades, Maravilhas da Natureza, Edifícios, & outras Curiosas Observações*, tomo III – *Offerecido à Serenissima Senhora D. Marianna de Austria, Rainha de Portvgal*, Lisboa, Na Officina Real Deslandesiana, 1712.
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico & Etymologico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Numero de Aldeias*, 12 vols., Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, 1873-1890.
- PEREIRA, João Manuel Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, 7 vols., Lisboa, João Romano Torres & C.^a – Editores, 1906-1915.
- SOUSA, Fr. João de, T. O. R., *Vestigios da Lingua Arabica em Portugal, ou Lexicon Etymologico das Palavras, e Nomes Portuguezes, que tem origem arabica*,

composto por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, Na Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1789.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, ed. crítica por Mário FIUZA, vol. II, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, [s.d.].

3. Dicionários e enciclopédias

BEARMAN, P. J., Th. BIANQUIS, C.E. BOSWORTH, E. van DONZEL, W.P. HEINRICHS et al., *Encyclopædia of Islam*, 2nd edition, 12 vols. with indexes and etc., Leiden, E. J. Brill, 1960-2005.

CAMPOS, Eduardo e SILVA, Joaquim Candeias, *Dicionário Toponímico e Etimológico do Concelho de Abrantes*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1987.

Dicionário de História Religiosa de Portugal. Dir. de Carlos Moreira AZEVEDO e coord. de Ana Maria C. M. JORGE [et al.], vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.

Dicionário de História de Portugal, dir. de Joel Serrão, 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, [s. d.].

DOZY, R. et ENGELMANN, W. H, *Glossaire des Mots Espagnols et Portugais dérivés de l'arabe*, 2^{ème} édition revue et très considérablement augmenté, Leyde, E. J. Brill, 1969.

MACHADO, José Pedro, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., 3.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

PONS BOIGUES, Francisco, *Los Historiadores y Geógrafos Árabe-Españoles, 800-1450 A.D. Ensayo de una Dicciónario Bio-bibliográfico, acompañada de anotaciones críticas y históricas, descripciones analíticas de las obras con apéndices varios, un índice general e índices árabigos precedido de una introducción genereal*, Amsterdam, Philo Press, 1972.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

4. Estudos

- ABD AL-KARĪM, Gamāl, *Terminologia Geografico-Administrativa e Historia Politico-Cultural de Al-Andalus en el «Mu'ṣam al-Buldān» de Yāqūt*, 2.^a ed., Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1973.
- AILLET, Cyrille, PENELAS, Mayte y ROISSE, Philippe (coords.), *¿Existe una Identidad Mozárabe? Historia, Lengua y Cultura de los Cristianos de al-Andalus (siglos IX-XII)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2008.
- ALEMANY BOLUFER, José, *La Geografía de la Península Ibérica en los Escritores Árabes*, Granada, 1921.
- ANDRADE, Amélia Aguiar, *A Construção Medieval do Território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- IDEM, *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.
- ASÍN PALACIOS, Miguel, *Contribución a la Toponimia Árabe de España*, 2.^a ed., Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Patronato Menéndez y Pelayo – Instituto Benito Arias Montano, 1944.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, BURESI, Pascal y JOSSERAND, Philipe (coord.), *Identidad y Representación de la Frontera en la España Medieval (Siglos XI-XIV). Seminario celebrado en la Casa de Velázquez y la Universidad Autónoma de Madrid (14-15 de diciembre de 1998)*, Madrid, Casa de Velázquez/Universidad Autónoma de Madrid, 2001.
- AZEVEDO, Pedro, «Os Reguengos da Estremadura durante a primeira dinastia», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 11 – *Miscelanea de Estudos em Homenagem a d. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, pp. 577-634.
- AZEVEDO, Ruy Pinto de, «O Livro de Registo da Chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221)», *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 4, Barcelona, 1967, pp. 35-73

- IDEM, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. de António BAIÃO, Hernâni CIDADE e Manuel MÚRIAS, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 7-64.
- BAIÃO, António, *A Vila e o Concelho de Ferreira do Zêzere. Apontamentos para a sua História Documentada*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1918.
- BARBOSA, Pedro Gomes, «A batalha medieval em campo aberto», *Turres Veteras V. História Militar e da Guerra*, [s. l.], Câmara Municipal de Torres Vedras/Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo «Alexandre Herculano» da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 37-43.
- IDEM, *Documentos, Lugares e Homens. Estudos de História Medieval*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.
- IDEM, «Os sistemas de defesa na Reconquista do Baixo Curso do Tejo», *2.º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*, vol. 2 – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, pp. 273-285.
- IDEM, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Século XII a 1325*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.
- IDEM, *Reconquista Cristã. Nas Origens de Portugal. Séculos IX a XI*, Lisboa, Ésquilo, 2008.
- BARQUELÓ, Miquel et TOUBERT, Pierre (éds.), «*L'Incastellamento*». *Actes des Recontres de Gérone (26-26 Novembro 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*. Présentation. de Javier ARCE e Claude NICOLET, Roma, École Française de Rome/Escola Española de Historia y Arqueología en Roma, 1998.
- BARROCA, Mário Jorge, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séculos IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa da História Militar, 1994.
- IDEM, «A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do século XII», *Portugalia*, Nova Série, vols. XVII-XVIII, 1996/1997, pp.171-209.
- IDEM, «A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar em Portugal (séculos XII a XIV)», *A Arqueologia da Idade Média na Península Ibérica*, Actas do 3.º

Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VII, Utad, Vila Real, Portugal, Setembro de 1999, Coord. Vitor Oliveira Jorge, pp. 187-211.

IDEM, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 3 vols., Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

IDEM, e Paula Pinto COSTA, «A Doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194», in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, Palmela/GESOS, 2009, p. 679-714.

IDEM e FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coords.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séculos VIII a XIII). Actas dos Seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003 e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003*, Palmela/Porto, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

IDEM, MALPICA CUELLO, Antonio, e REAL, Manuel, *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, vol. 7, *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, realizado na UTAD, Vila Real, Portugal, em Setembro de 1999, Porto, ADECAP, 2000.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*, Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

IDEM, «Os muçulmanos na zona de Castelo Branco: do domínio árabe ao período medieval cristão», in *Colchas de Castelo Branco por terra e por mar*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, 2008, pp. 33-71.

BAZZANA, André, *Maisons d'Al-Andalus. Habitat Médiéval et Structures du Peuplement dans l'Espagne Orientale*. Préf. de Joseph PEREZ, 2 vols., Madrid, Casa de Velázquez, 1992.

BAZZANA, André, CRESSIER, Patrice y GUICHARD, Pierre (éds.), *Les Châteaux Ruraux d'Al-Andalus. Histoire et Archéologie des Huṣūn du Sud-Est de l'Espagne*, préf. de Pierre Toubert, Madrid, Casa de Velázquez, 1988.

- IDEM, GUICHARD, Pierre et POISSON, Jean-Michel (éds.), *Habitats Fortifiés et Organisation de l'Espace en Méditerranée Médiévale. Table-Ronde tenue à Lyon le 4 et 5 mai 1982*, Lyon, GIS/Maison de l'Orient, 1983.
- IDEM, *Maisons d'Al-Andalus. Habitat Médiéval et Structures du Peuplement dans l'Espagne Orientale*, préf. de Joseph Pérez, 2 vols., Madrid, Casa de Velázquez, 1992.
- BEIRANTE, Maria Ângela Violante da Rocha, *Santarém Medieval*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1980.
- BOISSELIER, Stéphane, *Le Peuplement Médiéval dans le Sud de Portugal. Constitution et Fonctionnement d'un Réseau d'Habitats et de Territoires. XIIIe-XVe siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.
- IDEM, *Naissance d'une Identité Portugaise. La Vie Rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- IDEM, «Organisation sociale et altérité culturelle dans l'hagyonimie médiévale du midi portugais», *Lusitania Sacra*, 2.^a série, tomo XVII, Lisboa, 2005, pp. 255-298.
- BRANCO, Maria João, *D. Sancho I. O Filho do Fundador*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
- BRAUER, Ralph W., *Boundaries and Frontiers in Medieval Muslim Geography*, Philadelphia, The American Philosophical Society, 1995.
- BURESI, Pascal, *La Frontière entre Chrétienté et Islam dans la Péninsule Ibérique. Du Tage à la Sierra Morena (fin XIe-milieu XIIIe Siècle)*, Paris, Éditions Publibook Université, 2004.
- BRONISCH, Alexander Pierre, *Reconquista y Guerra Santa. La Concepción de la Guerra en la España Cristiana desde los Visigodos hasta comienzos del Siglo XII*, trad. de Máximo DIAGO HERNANDO, Granada/Oviedo/València, Editorial Universidad de Granada/Ediciones de la Universidad de Oviedo/Publicacions Universitat de València, 2006.
- CAMPOS, Eduardo, *Notas históricas sobre a fundação de Abrantes*, 3.^a ed. revista e aumentada, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1995.

- CARA BARRIONUEVO, Lorenzo (ed.), *Ciudad y Territorio en Al-Andalus*, Granada, Athos-Pérgamos, 2000.
- CARREIRA, Carlos, «Um passado islâmico em torno de Torres Novas (Contributos para o seu estudo)», *Nova Augusta*, n.º 18, 2006, pp. 89-137.
- CARVALHO, Sérgio Luís, *Cidades Medievais Portuguesas. Uma Introdução ao Seu Estudo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- CASTRILLO MÁRQUEZ, Rafaela, «Descripción de al-Andalus, según un ms. de la Biblioteca de Palacio», *Al-Andalus*, vol. XXXIV, Madrid-Granda, 1969, pp. 83-103.
- CLEMENTE RAMOS, Julián «La Estremadura Musulmana (1142-1248). Organización defensiva y sociedad», *Anuario de Estudios Medievales*, 24, 1994, pp. 647-701.
- COELHO, António Borges, *Comunas ou Concelhos*, 2.ª ed., emendada, Lisboa, Editorial Caminho, 1986.
- CONDE, Manuel Sílvia Alves, *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, Cascais, Patrimonia, 1999.
- IDEM, «Ocupação humana e polarização de um espaço rural do Gharb Al-Andalus. O Médio Tejo à luz da toponímia árabe», *Arquipélago. História*, 2.ª série, II, 1997, pp. 353-385.
- IDEM, «Os forais tomarenses de 1162 e 1174», *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 4, *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no século XII*, Guimarães, Câmara Municipal do Minho/Universidade do Minho, 1996, pp. 349-381.
- IDEM, *Tomar Medieval. O Espaço e os Homens*, Cascais, Patrimonia, 1996.
- IDEM, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, Cascais, Patrimonia, 2000.
- COSTA, Avelino de Jesus (Pe.), «Santa Iria e Santarém. Revisão de um problema hagiográfico e toponímico», sep. da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Tomo XIV, 1972, pp. 1-39.

- CRESSIER, Patrice, GARCÍA-ARENAL, Mercedes et MÉOUAK, Mohamed (éds.), *Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental*, Madrid, Casa de Velázquez/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1998.
- DOMINGUES, José Domingos Garcia, «Conceito e limites do Ocidente Extremo do Andaluz nos geógrafos, historiadores e antologistas árabes», *Atti del III Congresso di Studi Arabi e Islamici (Ravallo, 1966)*, Napoli, 1967, pp. 331-348.
- IDEM, «O Garb Extremo do Andaluz e *Bortuqal* nos Historiadores e Geógrafos Árabes», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 78, Lisboa, 1960, pp. 327-362.
- IDEM, *Portugal e o al-Andalus*. Colectânea organizada por Adalberto ALVES, Lisboa, Hugin, 1997.
- DURAND, Robert, *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XIIe et XIIIe siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1982.
- FERNANDES, Hermenegildo, *D. Sancho II. Tragédia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- IDEM, «Dos limites às fronteiras: problemas de escalas e funções», *Nação e Identidades. Portugal, os Portugueses e os Outros*, coord. de Hermenegildo Fernandes, Isabel Castro HENRIQUES, José da Silva HORTA e Sérgio Campos MATOS, Lisboa/Casal de Cambra, Centro de História da Universidade de Lisboa/Caleidoscópio, 2009, pp. 157-175.
- IDEM, «Em torno de Santarin: posição e funções», *De Scallabis a Santarém [Catálogo da Exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2002]*, coord. de Ana Margarida ARRUDA, Catarina VIEGAS e Maria José de ALMEIDA, Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, 2002, pp. 47-59.
- IDEM, *Entre Mouros e Cristãos. A Sociedade de Fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (séculos XII-XIII)*. Tese de doutoramento em Letras (História) apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000. Exemplar mimeografado.
- IDEM, *Organização do Espaço e Sistema Social no Alentejo Medieval. O caso de Beja*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de

Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991.
Exemplar mimeografado.

IDEM, «Quando o Além-Tejo era *fronteira*. Coruche da militarização à territorialização», *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do mundo ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Coord. de Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, Lisboa/Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 451-483.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, *O Castelo de Palmela. Do Islâmico ao Cristão*, Lisboa/Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2004.

IDEM (coord.), *As Ordens Militares em Portugal e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 15 a 18 de Fevereiro de 2006*. Apresentação de Luís Adão da FONSECA, Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2009.

IDEM (coord.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos (2000)*, Lisboa/Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2002.

IDEM e PACHECO, Paula (coord.), *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 2, 3 e 4 de Outubro de 1992*, Lisboa/Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1997.

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa, *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

IDEM, «A Ordem do Templo em Portugal. Algumas considerações em torno das fontes para o seu estudo», *História*, Revista da Faculdade de Letras, Porto, III série, vol. 8, 2007, pp. 409-420.

GARCÍA-ARENAL, Mercedes (coord.), *Al-Andalus. Allende el Atlántico*, [Paris/Granada], Ediciones Unesco/El Legado Andalusí/Junta de Andalucía-Consejería de Cultura, 1997.

- GARCÍA FITZ, Francisco, *Castilla y León Frente al Islam. Estrategias de Expansión y Tácticas Militares (Siglos XI-XIII)*, Sevilla, Universidad de Sevilla/Secretariado de Publicaciones, 1998.
- GARCIA, João Carlos, *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1986.
- GARCÍA SANJUÁN, Alejandro, «Caracterización Geográfica del Garb Al-Andalus en las fuentes árabes medievales». *Medievalista [Em linha]*, n.º 6, Julho de 2009. (<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista>).
- GEAL, François (dir.), *Regards sur al-Andalus (VIIIe-XVe Siècle)*, Madrid/Paris, Casa de Velázquez/Éditions Rue d'Ulm, 2006.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coord.), *Al-Ândalus. Espaço de Mudança. Balanço de 25 Anos de História e Arqueologia Medievais. Seminário Internacional, Mértola, 16, 17 e 18 de Maio de 2005. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2006.
- GONÇALVES, Iria (coord.), *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas*, vol. IV – *População e Povoamento*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2009.
- GUICHARD, Pierre et SORAVIA, Bruna (coord.), *Les Royaumes de Taifas. Apogée Culturel et Déclin Politique des Émirats Andalous du XIe Siècle*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 2007.
- IDEM, *Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad Islámica en Occidente*, Barcelona, 1976.
- HERNÁNDEZ JIMÉNEZ, Félix, «Sobre los topónimos árabes correspondientes a los actuales *Santa Ella, Coruche, Flix y Ciurana*», *Al-Andalus*, Madrid, Vol. XIV, Fasc. 2, 1949, pp. 321-337.
- IDEM, «El convencional espinazo monstañoso, de orientation este-oeste, que los geógrafos árabes atribuyen a la Peninsula Iberica», *Al-Andalus*, Vol. XXX, Madrid-Granda, 1965, pp. 201-277.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio, *Historia Política del Imperio Almohade*, 2 vols. Edición facsímile de Tetuán, Editora Marroquí, 1956; estudio preliminar de Emilio

MOLINA LOPEZ y Vicente Carlos NAVARRO OLTRA; Granada, Editorial Universidad de Granada, 2000.

IDEM, «Las Campañas de Yaḡūb al-Mansūr», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. V, Lisboa, 1954, pp. 53-74.

IDEM, «Los Almohades en Portugal», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. V, Lisboa, 1954, pp. 9-51.

IDEM, «Un nuevo manuscrito de *Al-Bayān al-Mugrib*. Datos inéditos y aclaraciones sobre los últimos años del reinado de Alfonso VII, el Emperador», *Al-Andalus. Revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*, vol. XXIV, Madrid-Granada, 1959, pp. 63-84.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo y CARROBLES SANTOS, Jesús (coord.), *Al-Andalus. País de Ciudades. Actas del Congreso celebrado en Oropesa (Toledo) del 12 al 14 de marzo de 2005*, Toledo, Diputación de Toledo, 2007.

KHAWLI, Abdallah, «Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas (539-552/1144-1157)», *Arqueologia Medieval*, n.º 7 (Actas do Colóquio «Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos». 850.º Aniversário da Reconquista de Lisboa), Porto/Mértola, 2001, pp. 23-35.

LAGARDÈRE, Vincent, *Campagnes et Paysans d'Al-Andalus. VIIIe-XVe Siècles*, Paris, Éditions Maisonneuve et Larose, 1993.

IDEM, *Les Almoravides. Le Djihad Andalou (1106-1143)*, Paris, Harmattan, 1998.

LAY, Stephen, *The Reconquest Kings of Portugal. Political and Cultural Reorientation on the Medieval Frontier*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2009.

LOPES, David, *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*. Colectânea organizada por José Pedro MACHADO, Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa/Círculo David Lopes, 1968.

IDEM, «Toponímia árabe de Portugal», *Revista Lusitana*, vol. XXIV, Lisboa, 1922, pp. 257-273.

LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo, *Estudio Crítico sobre la Crónica Mozárabe de 754*, Zaragoza, Anúbar Ediciones, 1980.

- LOURINHO, Inês, *1147. Uma Conjuntura vista a partir das Fontes Muçulmanas*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010. Exemplar mimeografado.
- MACÍAS, Santiago, «Islamização no território de Beja. Contribuições para um debate», *Análise Social*, vol. XXXIX, n.º 173, Lisboa, 2005, pp. 807-826.
- IDEM, *Mértola. O Último Porto do Mediterrâneo. Catálogo da Exposição «Mértola: História e Património (Séculos V-XIII)»*, 3 vols., Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2005.
- IDEM e TORRES, Cláudio (coord.), *Museu de Mértola. Arte Islâmica*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2001.
- MACHADO, José Pedro, «A Península Ibérica segundo um geógrafo árabe do século XII», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 1-3, Lisboa, 1964.
- IDEM, *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991.
- IDEM, «Notas de toponímia portuguesa», Sep. do *Boletim Mensal da Sociedade Portuguesa*, Lisboa, [s.n.], 1962, pp.3-32.
- IDEM, «Os mais antigos arabismos da língua portuguesa (séculos IX-XII)», Sep. do *Boletim Escolas Técnicas*, Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional, Dezembro, 1961, pp.1-11.
- IDEM, «Aspectos do português primitivo e sua adaptação em formas toponímicas colhidas de textos árabes», Lisboa, [s. n.], 1961, pp. 161-182.
- MAÍLLO SALGADO, Felipe, *De Historiografía árabe*, Madrid, Abada Editores, 2008.
- MALPICA CUELLO, Antonio, *Castillos y Territorio en al-Andalus. Jornadas de Arqueología Medieval. Berja, 4, 5 y 6 de Octubre de 1996*, Granada, Universidad de Granada/Athos-Pérgamos/Ayuntamiento de Berja, 2003.
- IDEM, *Los Castillos en al-Andalus y la Organización del Territorio*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2003.
- MANZANO MORENO, Eduardo, *La Frontera de Al-Andalus en Epoca de los Omeyas*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.
- IDEM, «El asentamiento y la organización de los *yund-s* sirios en al-Andalus», *Al-Qanṭara*, Madrid, vol. XIV, Fasc. 2, 1993.

- IDEM, «Beréberes de Al-Andalus: Los factores de una evolución histórica», *Al-Qanṭara*, vol. XI, fasc. 2, 1990, pp. 397-428.
- MARÍN, Manuela, *Al-Andalus et les Andaloussiens*, Trad. de Anne-Marie LAPILLONNE, Tunis/Aix-en-Provence, Alif/Édisud, 2000.
- IDEM, «La práctica del ribat en al-Andalus (ss. III-V/IX-XI)», *Fouilles de la Rábita de Guardamar I – El ribat califal. Excavaciones y investigaciones (1984-1992)*, coord. de Rafael Azuar Ruiz, Madrid, Casa de Velázquez, 2004, pp. 193-194.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Novos Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- MARTINS, Armando Alberto, *Os moçárabes na génese da cultura portuguesa: alguns aspectos*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988. Exemplar mimeografado.
- MATTOSO, José, «A história das paróquias em Portugal», *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 37-56.
- IDEM, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- IDEM, *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.
- IDEM, *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal. 1096-1325*, Vol. I – *Oposição*; Vol. II – *Composição*, 5.^a ed., rev. e actualizada, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- IDEM e DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte, *Portugal. O Sabor da Terra. Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*, 2.^a ed., Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009.
- MAZZOLI-GUINTARD, Christine, *Ciudades de al-Andalus. España y Portugal en la Época Musulmana (S. VIII-XV)*. Prólogo de Jerónimo PAÉZ LÓPEZ; trad. de Purificación de la TORRE, Granada, Ediciones Almed – Editorial Al-Andalus y el Mediterráneo, 2000.
- MOLENAT, Jean-Pierre, «Historiographie d’Al-Andalus. Un essai de mise au point», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série, n.^{os} 16/17, Lisboa, 2007, pp. 15-40.

- MOLINA, Luis, «La crónica anónima de *Al-Nasir* y el *Muqtabis* de Ibn Hayyan», *Al-Qanṭara*, vol. VII, Madrid, CSIC, 1986, pp. 19-29.
- IDEM, «Las dos versiones de la *Geografía* de Al-Udri», *Al-Qanṭara*, vol. III, Madrid, CSIC, 1982, pp. 249-297.
- MONTEIRO, João Gouveia, *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média. Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*, Lisboa/Coimbra, Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.
- MORATO, Manuel António, e MOTA, João Valentim da Fonseca, *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes*, org. e notas de Eduardo Manuel Tavares CAMPOS, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1981.
- IDEM, *Memória Histórica da Notável Villa de Abrantes para Servir de Começo aos Anais do Município*, 2.^a ed. revista, introd., org. e notas críticas de Eduardo CAMPOS, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1990.
- NEUVOVEN, Eero K., *Los arabismos del español en el siglo XIII*, Helsinki, Akateeminen Kirjakauppa, 1941.
- NYKL, A. R., «Algumas inscripciones árabes de Portugal», *Al-Andalus*, vol. V, Madrid-Granda, 1940, pp. 399-411.
- NÚCLEO DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA F.C.S.H.-U.N.L. (ed.), *A Nova Lisboa Medieval*, apresentação de Miguel de Alarcão, Lisboa, Edições Colibri/Núcleo Científico de Estudos Medievais/Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- OLIVEIRA-LEITÃO, «Do Ġarb al-Ândalus ao “segundo reino” da “Coroa de Portugal”: território, política e identidade», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série, n.º 16/17, Lisboa, 2007, pp. 69-104.
- IDEM, *O povoamento no baixo vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização (meados do século IX – início do século XIV)*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.
- PACHECO PANIAGUA, Juan Antonio, *Extremadura en los geógrafos árabes*, Badajoz, Diputación Provincial de Badajoz, 1991.

- PAVÓN MALDONADO, Basilio, *Ciudades Hispano-Musulmanas*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992.
- IDEM, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas. Crónicas de Viajes por el Sur de Portugal*, Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores/Agencia Española de Cooperación Internacional/Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe, 1993.
- PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista (Séculos XI-XIII)*, Pref. de Luís KRUS, Lisboa, Comissão Portuguesa da História Militar, 2003.
- PERNOUD, Régine, *Os Templários*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1996.
- PICARD, Christophe, *Le Portugal Musulman (VIIIe-XIIIe Siècle). L'Occident d'Al-Andalous sous Domination Islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000.
- IDEM, «Les villes musulmanes dans l'Occident d'al-Andalus. L'évolution du réseau urbain», *Le Portugal Musulman (VIII-XIII siècles). L'Occident d'al-Andalus sous Domination Islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, pp. 181-220.
- IDEM, *L'Océan Atlantique Musulman. De la Conquête Arabe à l'Époque Almohade. Navigation et Mise en Valeur des Côtes d'Al-Andalous et du Maghreb Occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1997.
- RAMÍREZ DEL RÍO, José, *La Orientalización de al-Andalus. Los días de los Árabes en la Península Ibérica*. Prólogo de Emilio MOLINA LÓPEZ, Sevilla, Universidad de Sevilla/Secretariado de Publicaciones, 2002.
- RAU, Virgínia, *Estudos de História Medieval*. Apresentação e org. de José Manuel GARCIA, Lisboa, Editorial Presença, 1985.
- REAL, Manuel Luís, «Os moçárabes do Gharb português», *Portugal Islâmico. Catálogo da Exposição*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 35-56.
- REI, António, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De Al-Rāzī a D. Pedro de Barcelos*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- IDEM, «O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa'îd al-Maghribî», *Medievalista on-line*, ano 1, n.º 1, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade Nova de Lisboa, 2005
(<http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalista-andalus.htm>).

REIS, António Matos, *História dos Municípios [1050-1383]*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

IDEM, *Origens dos Municípios Portugueses*, 2.^a ed.; prefácio de Humberto Baquero MORENO, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

RODRIGUES, Ana Maria S. A., «A formação da rede paroquial no Portugal medievo», *Estudos em Homenagem ao Professor José Amadeu Coelho Dias*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 71-84.

ROGER IDRIS, Hayer, «Les Aftasides de Badajoz», *Al-Andalus*, vol. XXX, Madrid-Granda, 1965, pp. 278-290.

SENAC, Philippe (ed.), *Le Maghreb. Al-Andalus et la Méditerranée Occidentale (VIIIe-XIIIe Siècle)*, Toulouse, Centre National de la Recherche Scientifique/Université de Toulouse-Le Mirail, 2007.

SERRA, Pedro Cunha, «Da hagianímia e hagiotoponímia portuguesa (a propósito de um livro recente)», *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VIII, Lisboa, 1957, pp. 39-59.

IDEM, «Aspectos do português primitivo e sua adaptação em Formas Toponímicas colhidas de textos arábicos», Lisboa, [s.n.], 1961, pp. 161-182.

SIDARUS, Adel, «Novas perspectivas sobre o Gharb al-Andalus no tempo de D. Afonso Henriques», 2.^o Congresso Histórico de Guimarães. *Actas do Congresso*, vol. 2 – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, pp. 249-268.

IDEM, «Shantarîn/Santarém, fronteira ambivalente islamo-cristã», *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio, 13 a 13 de Março de 1998*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, pp. 319-335.

IDEM (ed.), *Fontes da História de al-Andalus e do Gharb*. Introd. de Pierre GUICHARD, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 2000.

- IDEM (ed.), *Islão e Arabismo na Península Ibérica. Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos (Évora-Faro-Silves, 29 de Setembro a 6 de Outubro de 1982)*, Évora, Universidade de Évora, 1986.
- SILVA, Manuela Santos, «Reflexões em torno da conquista da Estremadura (1147-1153)», *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio, 13 a 13 de Março de 1998*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, pp. 337-345.
- SILVEIRA, Joaquim da, «Toponímia portuguesa (esboços)», *Revista Lusitana*, vol. XXIV, Lisboa, 1922, pp. 189-240.
- IDEM, «Toponímia portuguesa (esboços)», *Revista Lusitana*, vol. XXXV, Lisboa, 1937, pp. 67-69.
- IDEM, «Índice Geral dos Artigos de Toponímia Portuguesa», Coimbra, Faculdade de Letras de Universidade de Coimbra/Publicações do Instituto De Estudos Românicos, 1959, pp. 5-37.
- SORAVIA, Bruna e SIDARUS, Adel (eds.), *Literatura e Cultura no Gharb Al-Andalus. Simpósio Internacional. Lisboa, Abril de 2000*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Hugin Editores, 2005.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, «Elementos exógenos do povoamento em Portugal durante a Idade Média», *Portugal no Mundo*. Dir. de Luís de ALBUQUERQUE, vol. 1 – *Povoamento e Colonização do Reino de Portugal. Início dos Descobrimentos Marítimos Portugueses. O Avanço no Atlântico*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 38-52.
- VALLVÉ BERMEJO, Joaquín, *La División Territorial de la España Musulmana*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto de Filología/Departamento de Estudios Árabes, 1986.
- IDEM, «Fuentes latinas de los geógrafos árabes», *Al-Andalus. Revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*, vol. XXXII, Madrid-Granada, 1967, pp. 241-260.
- VALENTE, J. M., *Soldiers and Settlers: the Knights Templar em Portugal, 1128-1319*, A Dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in History, University of California, Santa Barbara, 2002.

- VANDENDRIESDDCHE, E., PLANLCKE, M., «Al-Andalus dans le *Mu'gam al-buldan* de Yaquut Ar-Rumi (première partie)», *Studia*, n.º 39, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, pp. 237-305.
- VIANA, Mário, *Espaço e Povoamento numa Vila Portuguesa (Santarém 1147-1350)*. Prefácio de Iria GONÇALVES, Lisboa/Casal de Cambra, Centro de História da Universidade de Lisboa/Caleidoscópio, 2007.
- VIGUERA MOLINS, María Jesús (coord.), *Al-Andalus y El Mediterráneo [Catálogo de la Exposición]*, Granada, Ediciones Unesco/El Legado Andalusi/Ediciones Lunwerg, 1995.
- VIGUEUR, Jean-Claude Maire, *D'une Ville à l'Autre: Structures Matérielles et Organisation de l'Espace dans les Villes Européennes (XIIIe-XVIe Siècle)*. *Actes du Colloque Organisé par l'École Française de Rome avec le concours de l'Université de Rome (Rome, 1er-4 décembre 1986)*, Rome, École Française de Rome, 1989.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, *Abrantes Medieval. Séculos XIV-XV*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1988.
- IDEM, *As Dimensões de um Poder: A Diocese de Évora na Idade Média*. Prefácio de Maria José Pimenta Ferro TAVARES, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- IDEM, *D. Afonso II. Um Rei Sem Tempo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
- IDEM e MATTOSO, José, «A sociedade urbana e a sociedade rural nos primeiros reinados portugueses», *Portugal no Mundo*. Dir. de Luís de ALBUQUERQUE, vol. 1 – *Povoamento e Colonização do Reino de Portugal. Início dos Descobrimentos Marítimos Portugueses. O Avanço no Atlântico*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 24-37.
- XELB. *Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, n.º 9 – *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus. Sínteses e Perspectivas de Estudo. Homenagem a José Luís de Matos (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008)*, coord. de Maria José GONÇALVES, Silves, 2009.